

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ANDRÉ DA SILVA SIMÕES

DINÂMICAS DA ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO NA REGIÃO DO RIO JACÚÍ: O
PERCURSO DO PROJETO MINA GUAÍBA

PORTO ALEGRE

2023

ANDRÉ DA SILVA SIMÕES

DINÂMICAS DA ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO NA REGIÃO DO RIO JACUÍ: O
PERCURSO DO PROJETO MINA GUAÍBA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia social.

Orientação: Prof. Dr. Pablo Quintero

PORTO ALEGRE

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Simões, André da Silva
Dinâmicas da acumulação via espoliação na região do
Rio Jacuí: o percurso do Projeto Mina Guaíba / André
da Silva Simões. -- 2023.
101 f.
Orientador: Pablo Quintero.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. acumulação via espoliação. 2. Projeto Mina
Guaíba. 3. colonialidade da natureza. 4. Rio Jacuí. 5.
mineração. I. Quintero, Pablo, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

André da Silva Simões

DINÂMICAS DE ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO NA REGIÃO DO RIO JACUÍ: O
PERCURSO DO PROJETO MINA GUAÍBA

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Antropologia Social do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia social.

Aprovado em: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Pablo Quintero (Orientador)

Universidade Federal Do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof Dr. Arlei Sander Damo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof Dr. Guilherme Radomsky

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof Dra. Katiane Silva

Universidade Federal do Pará – UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa, imprescindível para realização do mestrado acadêmico.

Agradeço ao meu orientador Pablo Quintero pelo apoio e paciência irrestrita durante toda realização do mestrado e, mesmo antes. Sem isso, dificilmente conseguiria chegar à escrita deste trabalho. Também por me apresentar um marxismo vivo e heterodoxo, produzido na América Latina que hoje faz parte de minhas reflexões e práxis cotidiana.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, seus coordenadores e o conjunto de seu corpo docente pela compreensão durante o conjunto do mestrado realizado no período da pandemia de Covid-19.

Agradeço principalmente a minha mãe, Ana Maria da Silva Simões pelo apoio durante toda esta trajetória. Não foi fácil e ela sempre esteve por perto me permitindo continuar.

Uma organização, o corpo também é um sistema organizado, está vivo enquanto se mantém organizado, e a morte não é mais do que o efeito de uma desorganização, E como poderá uma sociedade de cegos organizar-se para que viva, Organizando-se, organizar-se já é, de uma certa maneira, começar a ter olhos.

Ensaio sobre a cegueira, José Saramago

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar a trajetória do Projeto Mina Guaíba, que seria construído pela mineradora Copelmi Mineração Ltda, nos municípios de Eldorado Sul e Charqueadas, na região carbonífera do Rio Grande do Sul e também região metropolitana de Porto Alegre. Com análise da trajetória desta que seria a maior mina de carvão à céu aberto da América Latina, buscamos identificar as dinâmicas da acumulação do capital via espoliação e como elas se relacionam com a colonialidade que caracteriza a natureza latino-americana. A dissertação se divide em três capítulos: um primeiro essencialmente teórico, analisando as noções de acumulação via espoliação e colonialidade da natureza; um segundo capítulo analisa o contexto de avanço da mineração no Rio Grande do Sul a partir da atuação do Estado e da apresentação do Projeto Mina Guaíba; e o terceiro capítulo é dedicado a observar a resistência e combate das comunidades, movimentos sociais e pesquisadores para obter o arquivamento do Projeto Mina Guaíba pela Fepam.

Palavras-chave: acumulação via espoliação; Projeto Mina Guaíba; colonialidade da natureza; Rio Jacuí; mineração.

ABSTRACT

This work proposes to analyze the trajectory of the Mina Guaíba Project, which would be built by the mining company Copelmi Mineração Ltda, in the municipalities of Eldorado Sul and Charqueadas, in the coal region of Rio Grande do Sul and also in the metropolitan region of Porto Alegre. With an analysis of the trajectory of what would be the largest open pit coal mine in Latin America, we seek to identify the dynamics of accumulation via dispossession and how they relate to the coloniality that characterizes Latin American nature. The dissertation is divided into three chapters: the first is essentially theoretical, analyzing the notions of accumulation via dispossession and the coloniality of nature; a second chapter analyzes the context of the advance of mining in Rio Grande do Sul based on the State's actions and the presentation of the Mina Guaíba Project; and the third chapter is dedicated to observing the resistance and struggle of communities, social movements and researchers to obtain the archiving of the Mina Guaíba Project by Fepam.

Keywords: accumulation via dispossession; Mina Guaíba Project; coloniality of nature; Jacuí River; mining.

RESUMEN

Este trabajo se propone analizar la trayectoria del Proyecto Mina Guaíba, que sería construido por la empresa minera Copelmi Mineração Ltda, en los municipios de Eldorado Sul y Charqueadas, en la región carbonífera de Rio Grande do Sul y también en la región metropolitana de Porto Alegre. Con un análisis de la trayectoria de lo que sería la más grande mina de carbón a cielo abierto de América Latina, buscamos identificar las dinámicas de acumulación por desposesión y cómo se relacionan con la colonialidad que caracteriza la naturaleza latinoamericana. La disertación se divide en tres capítulos: el primero es esencialmente teórico, analizando las nociones de acumulación por desposesión y la colonialidad de la naturaleza; un segundo capítulo analiza el contexto del avance de la minería en Rio Grande do Sul a partir de las acciones del Estado y la presentación del Proyecto Mina Guaíba; y el tercer capítulo está dedicado a observar la resistencia y lucha de las comunidades, movimientos sociales e investigadores para obtener el archivo del Proyecto Mina Guaíba por parte de la Fepam.

Palabras clave: acumulación por desposesión; Proyecto Mina Guaíba; colonialidad de la naturaleza; Río Jacuí; minería.

Índice de figuras

Figura 1: Produção Mineral no Rio Grande do Sul - 2017.....	49
Figura 2: Localização da Mina Guaíba entre Charqueadas e Eldorado do Sul.....	61
Figura 3: Mapa com os limites sob o meio físico da ADA em vermelho, AID em roxo e AII em amarelo.....	63
Figura 4: Jazidas de Carvão no Rio Grande do Sul.....	66
Figura 5: Mapa da Região Carbonífera do Baixo Jacuí.....	68
Figura 6: Comunidades indígenas na região do Jacuí e do Guaíba.....	74
Figura 7: Proximidade das Tekoá Guajayvi, Pekuruty e Arroio do Conde da Mina Guaíba....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCM – Associação Brasileira de Carvão Mineral

ADA – Área Diretamente Afetada

AID – Área de Influência Direta

AII – Área de Influência Indireta

ALERGS – Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

ANM – Agência Nacional de Mineração

APA – Área de Proteção Ambiental

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CCMB – Companhia Carbonífera Minas de Butiá

CCMCAR – Companhia de Mina de Carvão de Arroio dos Ratos

CCMRGS – Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul

CEFMSJ – Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

COMERGS – Comitê de Planejamento de Mineração do Estado do Rio Grande do Sul (2015-2022) / Comitê do Patrimônio Mineral do Estado do Rio Grande Sul

COPELMI – Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais

CPCTP – Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa

CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Rossler

FLD – Fundação Luterana Diaconia

FMI – Fundo Monetário Internacional

GNS – Gás Natural Sintético

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IED – Investimento Estrangeiro Direto

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INGÁ – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
MAM – Movimento pela Soberania Popular pela Mineração
M/C – Modernidade/Colonialidade
MST – Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
NIT – Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais
OEA – Organização dos Estados Americanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PA – Projeto de Assentamento
PEDJ – Parque Estadual do Delta do Jacuí
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
RCS – Rede de Campos Sulinos
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SESAI – Secretária Especial de Saúde Indígena
SDR – Secretária Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SSM – Seival Sul Mineração
TEMAS – Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedades
TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4º Região
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1.....	25
ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E RECURSOS NATURAIS.....	25
1.1. OS METAIS PRECIOSOS DA AMÉRICA LATINA E A “ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA”.....	25
1.2 COLONIALIDADE DA NATUREZA LATINO-AMERICANA.....	29
1.3 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA VIA ESPOLIAÇÃO.....	34
1.4 A PAISAGEM DA ESPOLIAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....	42
CAPÍTULO 2.....	47
O PROJETO MINA GUAÍBA: ESTADO E AÇÃO EMPRESARIAL.....	47
2.1 A AGÊNCIA ESTATAL NA ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO.....	47
2.1.1 AS DINÂMICAS DA ESPOLIAÇÃO NO BIOMA PAMPA: UM HORIZONTE DE PROJETOS DE MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	48
2.2 AS TRANSFORMAÇÕES INFRALEGAIS COMO INCENTIVO A MINERAÇÃO.....	52
2.2.1 A TRIBUTAÇÃO COMO INCENTIVO A MINERAÇÃO: A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM) E A LEI KANDIR.....	53
2.2.2 PROGRAMA ESTADUAL DE MINERAÇÃO E A POLÍTICA ESTADUAL DO CARVÃO MINERAL.....	55
2.3 O PROJETO CARBONÍFERO MINA GUAÍBA.....	59
2.3.1 A EMPRESA MINERADORA COPELMI MINERAÇÃO LTDA.....	59
2.3.2 O PROJETO MINA GUAÍBA.....	60
CAPÍTULO 3:.....	65
MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNIDADES CONTRA MINERAÇÃO: O COMBATE AO PROJETO MINA GUAÍBA.....	65
3.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA REGIÃO DO RIO JACUÍ.....	65

3.2 POPULAÇÕES INDÍGENAS E TRABALHADORES RURAIS: UMA NOVA IDENTIDADE SOCIAL NA REGIÃO DO JACUÍ NO COMBATE À MINA GUAÍBA.....	70
3.2.1 A POPULAÇÃO MBYÁ GUARANI FRENTE AO PROJETO MINA GUAÍBA: AS ALDEIAS TEKOÁ GUAJAYVI E TEKOÁ PEKURUTY.....	71
3.2.2 O ASSENTAMENTO APOLÔNIO DE CARVALHO.....	77
3.2.3 O LOTEAMENTO GUAÍBA CITY.....	79
3.3 O COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	91

INTRODUÇÃO

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.

Karl Marx, *O Capital*

Con la constitución de América (Latina), en el mismo momento y en el mismo movimiento histórico, el emergente poder capitalista se hace mundial, sus centros hegemónicos se localizan en las zonas situadas sobre el Atlántico – que después se identificarán como Europa –, y como ejes centrales de su nuevo patrón de dominación se establecen también la colonialidad y la modernidad. En otras palabras: con América (Latina) el capitalismo se hace mundial, eurocentrado y la colonialidad y la modernidad se instalan, hasta hoy, como los ejes constitutivos de ese específico patrón de poder.

Aníbal Quijano, *Colonialidad del poder y clasificación social*

O Estado do Rio Grande do Sul tem registrado no último período um renovado processo de avanço de fronteira mineral sobre seu território que ensejam um conjunto de questionamentos sobre seus impactos sociais, ambientais, a saúde e a territorialidade de populações camponesas, indígenas e quilombolas. São ao todo mais sete mil requerimentos de pesquisa mineral e mais de 160 processos de licenciamento para exploração mineral em andamento no Estado (CARVALHO, 2020; AMIGOS DA TERRA BRASIL, 2019). Se por um lado estes projetos são levados adiante a partir da iniciativa das corporações mineiras, elas são favorecidas pela atuação estatal que se manifesta através de políticas governamentais de incentivo a mineração. Por outro lado as populações se organizam e resistem sob variadas formas, com o objetivo de defender seus territórios, suas práticas culturais e a biodiversidade local (PRATES; RAGUSE; ALT; FLEURY, 2019; CPCTP; TDL, 2018).

Um dos elementos centrais para o avanço da mineração no Rio Grande do Sul são suas reservas de carvão mineral. No Estado se concentram quase a totalidade das reservas nacionais desta matéria-prima, sendo responsável por 88% do recursos de carvão mineral do

país (DIEESE, 2021). O Rio Grande do Sul, no contexto recente de avanço da mineração, sancionou a Política Estadual do Carvão Mineral através da Lei 15.047 de 29/11/2017 instituindo o Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul com dois Complexos Carboníferos, nas regiões do Baixo Jacuí e da Campanha. Também, segundo informações de estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), as perspectivas para investimento no Rio Grande do Sul na extração mineral no período de 2018 a 2035 está em torno de 7 bilhões de reais, tendo sua destinação quase integral para dois projetos da empresa mineradora Copelmi Mineração LTDA, que sozinhos, abrangem a perspectiva de um investimento de quase 6 bilhões de reais (MONTORO; BIRD; LEITE; GUIDOLIN; VALE, 2018).

O carvão mineral é uma matéria-prima que apesar de ser fonte de energia fóssil e estar intimamente relacionada a geração de gases causadores do efeito estufa, continua com papel destacado na indústria extrativista contemporânea. A sua extração e uso como fonte de energia e como parte da indústria tem se acelerado nos últimos anos, em especial com advento de um forte debate na sociedade sobre segurança energética. O carvão ainda conta, por exemplo, com 27% de participação na matriz energética global, assim como seu uso industrial tem sido crescente, com 70% da fabricação de aço dependente desta matéria-prima, ao mesmo tempo que contribui de maneira fundamental na produção de cimento (IEA/WEO, 2019). É possível, desta maneira, considerar o carvão uma matéria-prima estratégica devido ao papel que ocupa para a produção capitalista (DELGADO-RAMOS, 2010; CECEÑA; BARREDA MARÍN, 1995).

No Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Carvão Mineral (ABCM, 2017) 84% da produção de carvão mineral é destinada a produção de energia elétrica. A indústria extrativista de carvão mineral tem como suas características gerais sua baixa capacidade de produção com valor agregado, já que se caracteriza pelo elevado nível de capital por trabalhador, ou seja, um uso elevado de máquinas, escavadeiras, caminhões etc., junto a reduzida utilização de mão de obra; baixo dinamismo econômico e baixa intensidade tecnológica (DIEESE, 2021). É, por sinal, uma característica do extrativismo de carvão mineral que ele esteja em crescimento em países da periferia capitalista enquanto nos países imperialistas sua substituição por fontes de energia renováveis tem sido acelerada nos últimos anos. O que reafirma a condição de subalternidade dos países da periferia capitalista e da colonialidade da natureza latino-americana (ALIMONDA, 2011), vista como espaço

apropriado para formas extrativistas tão nocivas ao meio ecológico, social e a saúde pública, como é o caso da megamineração de carvão à céu aberto.

A exploração de diferentes matérias-primas é um elemento constitutivo da formação histórico-estrutural do Rio Grande do Sul (QUIJANO, 1970). São as monoculturas de soja e eucalipto destinadas para exportação; a produção e comercialização de carnes; e o próprio extrativismo mineral de carvão no Estado. Mais que apenas matérias-primas para exportação com seus impactos econômicos, elas são parte da constituição cultural e subjetiva de amplas parcelas das populações e de regiões do Rio Grande do Sul. Um breve exemplo é o da região do Rio Jacuí que divide sua denominação com a de região Carbonífera do Estado. O que a define? O Jacuí ou a mineração de carvão? A disputa do imaginário social também é parte dos conflitos socioambientais, já que a subjetividade também é terreno em que opera a dominação colonial.

Este processo caracteriza tanto a formação histórico-estrutural do Rio Grande do Sul, quanto do Brasil e da América Latina. A presença de projetos de mineração em território latino-americano é uma das marcas fundamentais da história social e econômica do continente. As matérias-primas, metais e minerais retirados de seus solos sustentaram tanto a opulência da Coroa espanhola, com a mineração de prata em Potosí, como a portuguesa (holandesa e inglesa) com a mineração de ouro do atual estado de Minas Gerais. Outras regiões do continente foram e continuam atravessadas pela mineração de lítio, ferro, cobre, essenciais para produção capitalista contemporânea (CECEÑA; BARREDA MARÍN, 1995). Os produtos se modificam com o tempo, seguindo as exigências do mercado internacional, mas as práticas extrativistas permanecem, agora através da ideia/força desenvolvimento (QUINTERO, 2015).

A forma de inserção da América Latina no sistema mundial (WALLERSTEIN, 2007) com um papel subordinado econômica e politicamente como exportadora de matérias-primas também significou uma limitação no imaginário social na construção das distintas nações latino-americanas. A ideia de que a especialização na extração e venda de matérias-primas seria a forma privilegiada de inserção dos países do continente esteve presente tanto na forma de atuação de empresas estrangeiras, sobretudo estadunidense e canadenses na últimas décadas, como também nos recentes processos de governos progressistas no continente, no início do século XXI que não romperam (alguns priorizando) uma matriz produtiva baseada no extrativismo e na venda de *commodities* como forma de inserção no mercado internacional. Assim, cada novo ciclo de demandas de nossas matérias-primas tem significado

um novo sonho e pesadelo. O sonho de partes das elites políticas e econômicas em ganhos rápidos e o pesadelo de populações deslocadas de suas terras e transformadas em mão de obra barata no mercado de trabalho. Como prisões, as riquezas naturais da América Latina transformam-se em perpetuação de sua pobreza, material e imaginária.

Dando continuidade a seu papel histórico de espaço geográfico, político e econômico privilegiado para o deslocamento em investimentos de capitais para a implementação de projetos que avançam sobre a exploração de recursos naturais (ORNELAS, 2008; DELGADO RAMOS, 2010), nas últimas décadas acentuaram-se os projetos extrativistas das mais variadas matérias-primas por todo o continente. Esta dinâmica de capitalização da natureza aprofundada pela emergência do capitalismo flexível (HARVEY, 1992) e da hegemonia neoliberal tem operado em múltiplas dimensões, sejam elas econômicas, político-institucionais, sociais, ecológicas e ideológicas. O resultado deste processo é conhecido. São as destruturações das legislações, normativas e regulamentações possibilitando o aprofundamento de operações financeiras sobre a natureza e a terra; são as inversões estrangeiras diretas e a contínua presença de transnacionais no controle de setores estratégicos das economias nos países da região; são os projetos de mineração e seus desastres ambientais; as monoculturas de soja e o uso descontrolado de agrotóxicos; e sobretudo, a expulsão de populações indígenas, quilombolas e camponesas de seus territórios e a contínua privatização dos bens comuns, particularmente da natureza.

A este processo de contínua capitalização da natureza, privatização da terra e expulsão de populações e comunidades locais de seus territórios o geógrafo David Harvey (2014) definiu em seu livro *O novo imperialismo*, a partir da categoria de acumulação via espoliação¹ para apresentar as características da forma como as dinâmicas de acumulação de capital operam nesta etapa de capitalismo flexível. Seu trabalho conceitual é ao mesmo tempo um resgate e diálogo com as produções de Karl Marx (2017) e Rosa Luxemburgo (1976) sobre o processo de acumulação “primitiva” de capital, como também uma análise do funcionamento do atual regime de acumulação capitalista.

A característica fundamental da acumulação via espoliação é seu acentuado impulso à financeirização, apropriação e privatização dos bens comuns e coletivos. Ela se manifesta através de múltiplas dimensões. Por um lado, investimentos estrangeiros diretos de corporações para projetos de exploração dos recursos naturais e em infraestrutura que

¹ No original, em inglês, publicado originalmente em 2003, David Harvey utiliza o termo *dispossession* (desposseção), entretanto na tradução brasileira é utilizado o termo de espoliação. Utilizamos na dissertação o termo espoliação conforme a tradução brasileira.

possibilitem as condições para os empreendimentos. Por outro lado, há impactos sobre territórios e populações locais que tem suas terras expropriadas e privatizadas para a construção de tais empreendimentos. A mineração à céu aberto é um dos exemplos de destaque desta dinâmica capitalista que se torna cada vez mais acentuada nas periferias do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2007).

O Brasil tem se destacado como uma das geografias em que estas dinâmicas, com todos os seus respectivos resultados tem operado. Muito além de um problema localizado ou fruto de contexto de governos reacionários no período recente, de políticas regressivas na proteção ambiental e no desrespeito a proteção das populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, sustentamos como hipótese que este processo se insere em contexto mais amplo de acumulação capitalista e de busca por recursos naturais, em particular os energéticos. O papel ocupado pelas matérias-primas energéticas no atual contexto de disputas entre as potências capitalistas é, particularmente, um dos sintomas de como se manifesta o atual padrão de acumulação capitalista por espoliação. A disputa por mercados é apenas uma parte da disputa e conflitos pela hegemonia mundial. O fundamental é domínio das matérias-primas energéticas e de minerais estratégicos (CECEÑA; BARREDA MARÍN, 1995). Por isso as características da acumulação por espoliação são os deslocamento de capitais, a privatização de serviços públicos, o controle de grande áreas territoriais por empresas transnacionais ou a estas associadas para projetos de desenvolvimento na exploração e extração de recursos naturais. Sua consequência é a necessidade da espoliação de populações e territórios para alcançar estes objetivos.

Os anos 1990 foram fundamentais em termos políticos e econômicos para aprofundamento do caráter primário-exportador dos países latino-americanos, entre eles o Brasil. Primeiro com os ajustes estruturais e mudanças legais e, em seguida, com a privatização de setores econômicos chaves e maior abertura para os investimento estrangeiros. Era o advento do Consenso de Washington e do neoliberalismo. Este foi um primeiro passo necessário para “abertura das economias”, mas também demonstrativo da atuação dos Estados para possibilitar o avanço de projetos neoextrativistas sobre os países do continente (SVAMPA, 2011). Os governos de esquerda ou centro-esquerda na América Latina nos anos 2000 no essencial não romperam com esta matriz, em alguns casos aprofundando a dependência primário-exportadora de suas economias diante do *boom* dos *commodities* nos 15 primeiros anos do século XXI.

A dominação econômica e social que caracteriza o padrão de acumulação capitalista é acompanhado pela dominação do imaginário social que justifica a devastação da natureza latino-americana para megaprojetos de desenvolvimento sobre seus territórios. A colonialidade da natureza latino-americana (ALIMONDA 2011) se apresenta como característica deste processo de apropriação e colonização da natureza que marca desde o princípio a história do continente. A inclusão da América Latina em situação subordinada, econômica e socialmente, também é a subordinação da sua natureza as exigências do mercado mundial. O que no passado foi o sonho da riqueza originada do ouro e da prata, hoje são as das variadas matérias-primas fornecidas pela natureza latino-americana.

A partir deste marco de diálogo entre as noções teóricas que buscam apreender as dinâmicas da modernidade capitalista e a análise do processo empírico é que a presente dissertação pretende analisar a trajetória do projeto Mina Guaíba. O projeto da empresa Copelmi Mineração LTDA pretendia ser a maior mina de carvão a céu aberto do país e da América Latina, assim como previa a construção de um Complexo Carboquímico na região do Rio Jacuí, entre os municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, região metropolitana de Porto Alegre. O Rio Grande do Sul é atualmente o principal responsável pela extração de carvão mineral no país (DIEESE, 2021), tendo a Copelmi Mineração LTDA como responsável por 80% da participação na produção de carvão do mercado industrial brasileiro (COPELMI MINERAÇÃO LTDA, 2020). A empresa que opera há mais de 100 anos no estado tinha seu protocolo de intenção assinado com a empresa estadunidense Air Products e suscitava o interesse da empresa chinesa Zhejiang Energy que busca ampliar sua participação no mercado brasileiro. As duas empresas são transnacionais do ramo de energia de dois países chaves no atual contexto de disputa geopolíticas e econômicas de busca por recursos estratégicos, o que se insere como parte do embate pela hegemonia imperialista (AMIN, 1987; ARRIGHI, 2014).

A partir do papel que cumpre o carvão mineral como matéria-prima energética em contexto de disputa imperialista e de debates sobre a segurança energética devemos analisar o projeto Mina Guaíba. O desenho de seu projeto; a sua empresa empreendedora; a sua relação com Estado e suas instituições; a relação com a sociedade e movimentos sociais e, principalmente, a sua relação com as comunidades indígenas e assentamentos de trabalhadores rurais que seriam deslocados de seus territórios. Tudo isso intrincado em um contexto de projetos de mineração pelo continente latino-americano e pelo Brasil e o avanço de formas variadas de neoextrativismo.

É atento a esta realidade apresentada que este trabalho pretende analisar o desenho do projeto e o itinerário de conflitos que levaram ao arquivamento do processo de licenciamento pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM). Nosso objetivo é a apresentar como se realizaram as dinâmicas políticas e econômicas relacionadas a implementação do projeto, considerando a relação conflitiva entre os atores sociais envolvidos no seu processo. Nos interessa uma abordagem que interaja as dimensões macroeconômicas, relacionadas a acumulação capitalista e a disputa por recursos naturais na periferia capitalista, com as dimensões de resposta organizada das populações e comunidades locais. Com esta finalidade empregamos um exame das estratégias, práticas e mobilização de recursos dos atores sociais imersos na relação de conflito, em particular observaremos a prática empresarial e sua relação com o Estado e a resposta dos movimentos sociais, comunidades e pesquisadores.

Do ponto de vista metodológico o presente trabalho busca seguir a proposta de Pablo Quintero (2015) de deslocar o objeto do estudo das comunidades para análise do poder e seus mecanismos, observando a relação do projeto com a dinâmica econômica mais ampla na qual está inserido de crescente projetos minerários no Estado e no contexto de processos de (re)expansão capitalista a partir da espoliação territorial de populações e de seus impactos ambientais. Recorremos não apenas a análise do projeto, mas também as explicações, de ordem ideológicas que buscam sustentar a permanência de uma matriz energética baseada no uso de combustíveis fósseis como o carvão mineral.

Observar as relações mais amplas na qual o projeto está inserido não deve obscurecer a análise de sua aplicação prática, manifestada por um lado pela agência do Estado e da empresa mineradora e, por outro lado, a partir da agência das comunidades e movimentos sociais em resposta ao empreendimento e fundamentais para a paralisação e arquivamento do Projeto Mina Guaíba. Fernando Coronil (1999) em seu artigo *Más allá del occidentalismo: por categorías geohistoricas no imperiales* nos convoca a reflexão sobre a necessidade de desestabilizar as categorias com as quais trabalhamos e, sobretudo, a orientarmo-nos para o papel exercido pelos povos afetados pelo desenvolvimento ocidental. Sua proposta é fundamental para que na análise do trajeto da Mina Guaíba não se concentre apenas na ação daqueles que detém o poder econômico e político, mas observar as manifestações de resistência e combate social que os atores atingidos pelo projeto exercem para impedi-lo, visualizando suas histórias, suas práticas sociais e culturais e formas de organização e resistência.

Para seguir este caminho metodológico a dissertação recorrerá a revisão bibliográfica com o objetivo de apresentar os conceitos chaves que perfazem o marco teórico do trabalho. Por outra via também analisamos o trajeto do Projeto Mina Guaíba a partir das manifestações dos agentes estatais, das comunidades, movimentos sociais e pesquisadores, assim como, a análise de bibliografia etnográfica das comunidades. Por fim o trabalho tem com centralidade a análise documental tanto do EIA/RIMA elaborado pela empresa, como o documento elaborado por pesquisadores reunidos no Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul (CCMRS) com ampla diversidade de pareceres técnicos de resposta à elaboração da mineradora.

A presente dissertação é dividida em três capítulos:

O Capítulo 1, é fundamentalmente de natureza teórica. Com ele pretendemos localizar os marcos teóricos que balizam o conjunto da análise empreendida na dissertação. Apresenta-se as noções de colonialidade da natureza, elaborada pelo sociólogo Héctor Alimonda (2011) e de acumulação via espoliação, do geógrafo David Harvey (2014). Duas categorias teóricas que nutrem de importante ascendência. A primeira tem sua base na produção latino-americana do Grupo Modernidade/Colonialidade, em particular na formulação de colonialidade do poder pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2014a), que identifica em consonância com o nascimento da América Latina o alvorecer de um padrão de poder global intrínseco à modernidade capitalista e, que afeta tanto as dimensões materiais como as subjetivas das populações latino-americanas e, como observa Alimonda, a sua relação com a natureza. Já o segundo conceito resgata o processo analisado por Karl Marx (2017) de acumulação “primitiva” de capital. Presente na sua mais importante obra, *O Capital*, com este conceito Marx busca desmitificar a compreensão sobre o surgimento do capitalismo, promovida pela economia política britânica. Já no contexto do nascimento da dominação imperialista ele é aprofundado por Rosa Luxemburgo (1970) em seu *Acumulação de capital*.

Com estes dois conceitos e seus correspondentes históricos, é realizado um recorrido histórico dos processos de expansão capitalista e seus impactos para América Latina. Este empenho busca localizar na história econômica, social e ambiental da América Latina a permanência do padrão específico de poder que se estabelece pelo continente e como ele se articula para manutenção da América Latina como um espaço geográfico atravessado por dinâmicas de expropriação territorial e devastação ambiental. A partir desta localização histórica e conceitual é possível observar a sua atual forma de manifestação sobre os povos e natureza latino-americana.

O Capítulo 2 se concentra na análise do Estado e da empresa mineradora para o desenvolvimento do Projeto Mina Guaíba. Os processos de acumulação capitalista por sua forma e conteúdo necessitam da ação consciente do Estado através do uso da violência que concentra, mas, sobretudo, da sua capacidade de construir consenso, portanto, de construir hegemonia para tornar sua política em dirigente dos rumos da sociedade. Desta forma neste capítulo é observado o horizonte de projetos de mineração que avançam sobre o Rio Grande do Sul nos últimos anos e sua relação com as políticas governamentais como a Política Estadual de Carvão Mineral. Também se observa que o crescimento da mineração no estado é parte do processo de desregulação econômica neoliberal aberta a partir dos anos 1990, que incentiva a partir da política tributária a dependência do país ao neoextrativismo, como no caso da Lei Kandir e da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Por fim é analisado a história da empresa mineradora Copelmi Mineração, sua localização no mercado do carvão mineral brasileiro, a perspectivas de investimento estatal através do BNDES e de transnacionais de energia e seus possíveis impactos socioeconômicos e ambientais para região, expressos a partir do desenho do projeto da Mina Guaíba apresentado em seu Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

No Capítulo 3 realizamos uma revisão da bibliografia etnográfica com o objetivo de situar o espaço territorial e as comunidades locais, em particular a partir do estudo *O Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba* (PRATES; RAGUSE; ALT; FLEURY, 2019) que reúne um conjunto de pareceres técnicos elaborados por pesquisadores e militantes de movimentos sociais reunidos no Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul. A partir dele concentramo-nos em como as comunidades indígenas Tekoá Guajayvi e Tekoá Pekuruty, o assentamento agroecológico Apolônio de Carvalho do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a comunidade rural Guaíba City, que seriam diretamente afetadas pela construção do empreendimento, responderam a ele em conjunto com movimentos sociais e pesquisadores. Neste terceiro capítulo também se examina a intervenção na imprensa e nas audiências públicas como parte das estratégias do Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul (CCMRS) para impedir a continuidade do licenciamento ambiental da Mina Guaíba, compreendidas a partir do exposto sobre as novas características da resistências social diante dos processos de acumulação por espoliação.

Com este trajeto, o trabalho busca permitir um acesso a controvérsia existente entre o avanço mineral no Rio Grande do Sul como parte das dinâmicas que caracterizam a

acumulação por espoliação e a colonialidade da natureza, por um lado, enquanto, por outro, apresenta seus possíveis impactos negativos sobre os territórios próximos ao Rio Jacuí e articulação coletiva de suas populações para impedir o empreendimento. Portanto é sob a compreensão de que o conflito não é uma anomalia da sociedade, mas sim, parte constitutiva de como as relações capitalistas de produção e reprodução se desenvolvem em nossa sociedade e como o Estado apesar do discurso democrático tem como parte de seu funcionamento a permissividade ao avanço dos processos de (re)expansão capitalista.

CAPÍTULO 1

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E RECURSOS NATURAIS

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializam em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias, como fonte e reserva de petróleo e ferro, de cobre e carne, frutas e café, matérias-primas e alimentos, destinados aos países ricos que, consumindo-os, ganham muito mais do que ganha a América Latina ao produzi-los.

Eduardo Galeano, *As veias abertas da América Latina*

1.1. OS METAIS PRECIOSOS DA AMÉRICA LATINA E A “ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA”

A história da América Latina tem como elemento central de sua constituição a maneira como se desenvolveu sua relação com as metrópoles europeias que a colonizaram e, portanto, pela forma com se realizou sua inserção no sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 2007). Uma de suas características fundamentais é a articulação entre a dominação sobre o ser humano, a partir da exploração do trabalho e a dominação e exploração da natureza, realizada através da extração e expropriação de seus recursos naturais, essenciais para o desenvolvimento do capitalismo. O extrativismo no período colonial se caracterizou pela extração em larga escala de metais preciosos, como a prata e o ouro, que foram destinados ao mercado mundial, participando ativamente do enriquecimento da Coroa espanhola e portuguesa e, sobretudo, do processo de acumulação capitalista que se destacava no Reino Unido.

A conquista, a colonização e o extrativismo minero significaram um regime sistemático de violência e de desestruturação de sociedades autóctones da América Latina. Diferentes formas de organização social existentes no continente foram desmanteladas, ainda que não sem resistência, para se tornarem mão de obra nas minas de prata, como a de Potosí. Também, em Minas Gerais, o trabalho realizado por africanos escravizados foi a base para

extração de ouro disponibilizado no mercado mundial. O trabalho gratuito de indígenas e africanos e a destruição ecológica da mineração de prata e ouro foram fundamentais para eclosão da modernidade capitalista, tanto quanto outros processos econômicos e sociais ocorridos no continente europeu (ARÁOZ, 2020).

O processo de pilhagem que se realizou na América Latina a favor das metrópoles coloniais maturou o mercantilismo e serviu de base econômica para o posterior processo de desenvolvimento do capitalismo, ilustrados na manufatura inglesa e na própria Revolução Industrial. De acordo com Gian Carlo Delgado Ramos (2010) com base nos Arquivos das Índias Ocidentais, uma ordem de 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata foram extraídos da América Latina. A “assim chamada acumulação primitiva” de capital tinha na retirada de metais preciosos um de seus pontos fundamentais e o uso da violência colonial era o seu principal instrumento. Este processo é descrito por Karl Marx (2017, p. 821) no primeiro tomo de sua principal obra, *O Capital*:

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.

São múltiplos os processos que formaram parte da “assim chamada acumulação primitiva”. O uso da dominação estatal a partir da violência, possivelmente, seja o elemento fundamental do nascimento do capitalismo, mas não único. Na relação existente entre as metrópoles europeias e suas colônias para além do uso sistemático da violência também outros instrumentos mais sofisticados foram fundamentais para a relação duradoura de dominação entre Europa e América Latina. Neste sentido Marx evidencia o papel exercido

pelo extrativismo de metais preciosos para a alvorada do capitalismo e, por conseguinte, para o estabelecimento de uma duradoura relação de dominação entre o continente europeu e o americano. Sob a lógica das elites europeias da época, a América era o local onde existiam terras a serem invadidas e exploradas junto a seus habitantes, enquanto em terras europeias nasceria um novo modo de produção hegemônico e novas relações de poder.

Em *Mineração, genealogia do desastre*, o sociólogo argentino Horácio Machado Aráoz sustenta que “a mineração não só teve papel decisivo na *motivação, produção e materialização da conquista originária*, na produção histórico-geográfica do fenômeno colonial originário, como sua importância se intensificou com a consolidação da ordem colonial” (ARÁOZ, 2020, p. 177-178). O estabelecimento da América Latina como território minerador é alertado por Aráoz como parte constitutiva do poder colonial das metrópoles europeias. A continuidade deste projeto mesmo após os sucessivos processos de independência dos países da região, mostra que eles não significaram uma ruptura com o projeto colonial/minerador que permaneceu como uma das bases tanto da economia como do imaginário social do continente.

A acumulação capitalista descrita por Marx em *O Capital* como resposta científica aos economistas burgueses da economia política inglesa não é simplesmente um processo econômico e político de um determinado momento histórico, mas uma característica fundamental da forma como opera o capitalismo. A sua existência está plenamente relacionada com a capacidade do capitalismo, como modo de produção, mas, sobretudo, como sistema de dominação, de renovar os seus ciclos de expansão como parte de sua reprodução. O papel cumprido pelos metais e minerais extraídos tem atualmente se modificado, inclusive, no tocante a decisão de quais serão extraídos e colocados a disposição no mercado mundial. Porém no fundamental a extração continua a responder aos interesses econômicos dos centros capitalistas, servindo para seu desenvolvimento, em detrimento dos interesses e necessidades dos países da América Latina e de seus povos.

Assim como entre os séculos XVI e XVII a prata e o ouro americanos alimentaram o desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu, no século XIX os recursos minerais da região serviriam como meio fundamental de abastecimento para irrupção e a expansão do sociometabolismo urbano-industrial europeu. Esgotadas as entranhas do Cerro Rico de Potosí, no século XIX se colocaria em marcha a fenomenal transferência de nutrientes que, na forma de nitratos extraídos das salitreiras de Tarapacá (Peru) e Antofagasta (na época província boliviana), serviriam ao desenvolvimento da agricultura industrial moderna da Europa, com a Grã-Bretanha à frente. Daí por diante, primeiro as companhias britânicas e, em seguida, as estadunidenses organizariam no território regional um grande fornecimento de insumos mineiros industriais – chumbo, zinco e estanho (Peru e

Bolívia); ferro (Venezuela e Brasil) – explorados pela britânica Saint John Mining e pelas norte-americanas Hanna Mining, Bethlehem Steel e U.S. Steel. (ARÁOZ, 2020, p. 181-182)

O fundamental da relação da América Latina com os países centrais é sua utilização como espaço geográfico de extração e transferência de recursos naturais para as necessidades do desenvolvimento capitalista. Em um primeiro momento esta relação significou em termos sociais a desestruturação de sociedades autóctones, genocídio de etnias indígenas e sua escravização junto a de africanos. Em termos econômicos, foi a partir da colonização e do extrativismo mineiro que se estabelece as bases materiais para o nascimento e desenvolvimento capitalista na Europa. Com o decorrer dos séculos a extração e o uso dos recursos naturais latino-americanos serviram de base para eclosão da indústria, e mais recentemente para todo ramo de informática e eletrônicos, dependentes dos metais e minerais da América Latina. O paradoxo crucial é que apesar de a produção destas mercadorias depender das matérias-primas das terras latino-americanas, é a América Latina que é submetida a mais de cinco séculos a uma relação de dependência e dominação. A Europa primeiro, e depois os Estados Unidos, com o controle sobre nossas matérias-primas acabaram por dominar o continente.

A característica desta relação é que o exercício do controle por parte das metrópoles não se limita ao terreno econômico, ainda que este seja fundamental. As metrópoles coloniais exerciam um controle sobre os recursos naturais, portanto, sobre a natureza do continente, mas também sobre a subjetividade latino-americana e nesta relação contribuíram um padrão de poder que é econômico, mas também intersubjetivo, como desenvolve o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2014c, p. 782-784).

La privilegiada posición ganada con América para el control del oro, la plata y otras mercancías producidas por medio del trabajo gratuito de indios, negros y mestizos, y su ventajosa ubicación en la vertiente del Atlántico por donde, necesariamente, tenía que hacerse el tráfico de esas mercancías para el mercado mundial, otorgó a dichos blancos una ventaja decisiva para disputar el control del tráfico comercial mundial. La progresiva monetización del mercado mundial que los metales preciosos de América estimulaban y permitían, así como el control de tan ingentes recursos, hizo que a tales blancos les fuera posible el control de la vasta red preexistente de intercambio comercial que incluía, sobre todo, China, India, Ceylán, Egipto, Siria, los futuros Lejano y Medio Oriente. Eso también les hizo posible concentrar el control del capital comercial, del trabajo y de los recursos de producción en el conjunto del mercado mundial. Y todo ello fue, posteriormente, reforzado y consolidado a través de la expansión de la dominación colonial blanca sobre la diversa población mundial.

Observa-se no apresentado por Aníbal Quijano como se relacionava o controle sobre os recursos naturais, sobre a força de trabalho e uma hierarquização da sociedade a partir de critérios raciais. É ilustrado por Quijano alguns dos aspectos de um novo padrão de poder global inaugurado com a conquista e colonização da América Latina, e na sua transformação em primeira periferia do sistema-mundo moderno capitalista. A este padrão de poder Aníbal Quijano denomina como colonialidade do poder.

1.2 COLONIALIDADE DA NATUREZA LATINO-AMERICANA

A noção de colonialidade foi proposta por um conjunto de intelectuais latino-americanos a partir dos anos 1990 como parte do resgate da matriz analítica sobre o poder que havia sido invisibilizada com a hegemonia do pensamento liberal nas ciências sociais. O debate teórico e epistemológico latino-americano inaugurado pelo Projeto Modernidade/Colonialidade teve a capacidade de superar os limites colocados por esta abordagem e enriquecer o debate sobre o poder e a dominação sobre o continente. Sob influência da leitura marxista produzida pela teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (2007), esta proposta identifica a origem da modernidade capitalista na colonização da América Latina e na sua constituição como primeira periferia do sistema colonial europeu. Particularmente o conceito de colonialidade do poder elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, demonstra-se pertinente para a compreensão de como se manifesta a dominação capitalista no continente latino-americano.

O fundamental do conceito elaborado por Quijano é a localização de uma nova matriz de poder e dominação surgida a partir da colonização da América Latina. Sua característica é a classificação social das populações a partir da conformação de novas identidades raciais/sociais (brancos, negros, índios, mestiços, etc) e por seguinte, de novas identidades geográficas coloniais (América, Europa, Ocidente e Oriente) sustentando um novo padrão de poder global fundamentado no uso destas novas identidades como instrumento de hierarquização das populações a partir da ideia de raça. Para Quijano (2014b) raça é a noção que inaugura modernidade capitalista.

A colonialidade se constitui em dois eixos centrais: 1) um sistema de dominação assentado nas relações intersubjetivas, constituído a partir da classificação hierárquica da população mundial a partir da ideia de raça; 2) um sistema de dominação assentado nas

relações sociais materiais a partir do controle sobre a força do trabalho, articulando diferentes formas de exploração existentes em uma mesma estrutura de produção de mercadorias para o mercado mundial (QUINTERO, 2014). É a partir destes dois eixos que a colonialidade torna-se um padrão de poder global que caracteriza o sistema-mundo moderno capitalista. Sua estruturação sobre o conjunto das relações sociais se realiza pela permanente interação entre as dimensões de dominação, exploração e conflito, elementos fundamentais do fenômeno do poder. Estas três dimensões disputam o controle e, assim, pressionam de maneira sistemática a cinco âmbitos básicos da existência social que caracterizam a estruturação da sociedade: 1) O trabalho e seus produtos; 2) a natureza e seus recursos de produção; 3) o sexo, seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos; 5) a autoridade coletiva e seus instrumentos, em particular, de coerção, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais (QUIJANO, 2014b, p. 289).

Exemplos não nos faltam para demonstrar como as relações sociais no capitalismo, em particular na sua periferia se realizam na disputa pelo controle por estes cinco âmbitos acarretando na reprodução de relações de poder. É característico da relação de poder existente na América Latina a forma que se realiza o domínio sobre a força de trabalho; sobre a natureza e recursos naturais; a continua exclusão de mulheres da produção econômica com o intuito de sua preservação como instrumento privilegiado da reprodução social; o domínio sobre a subjetividade, como por exemplo com o avassalador eurocentrismo; e, é claro, os instrumentos de coerção sobre os povos do continente. A colonialidade, como novo padrão de poder é bem sintetizada por Pablo Quintero (2014, p. 208-209)

De esta manera, al hablar de colonialidad se está denotando el patrón de poder global del sistema-mundo moderno/capitalista originado con la conquista de América, por parte del colonialismo europeo del siglo XV (principalmente español y portugués), continuado bajo la hegemonía francesa y holandesa durante el siglo XVIII, prolongado con el imperialismo inglés en el siglo XIX, y extendido con el dominio del imperialismo norteamericano desde principios del siglo XX hasta hoy en día, a través de una larga lista de transformaciones y transmutaciones de las dimensiones subjetivas (clasificaciones sociales) y materiales (formas de control del trabajo) de este patrón.

A colonialidade como noção teórica e epistemológica permite compreender as relações sociais e o padrão de poder existente no continente no marco de um quadro histórico de transformações, reinvenções e readaptações, tão singulares do capitalismo. Difere, desta maneira, do conceito de colonialismo que diz respeito a dominação de um povo por outro ou de uma nação por outras, onde se destaca, portanto, o exercício da autoridade coletiva e

administrativa, enquanto colonialidade se refere a um padrão de poder global, o que ultrapassa os limites do domínio direto sobre um determinado povo ou nação. Colonialidade, assim, é um padrão histórico de poder que se desenvolve na América Latina a partir da colonização, mas que se mantém após os processos de independência dos países do continente.

Influenciado pelo Projeto Modernidade/Colonialidade, o sociólogo argentino Hector Alimonda, buscou refletir em conjunto com as áreas disciplinares da ecologia política latino-americana e da história ambiental o aspecto de colonialidade que caracteriza a natureza na América Latina. Sua conclusão é que o “trauma catastrófico de la conquista y la integración en posición subordinada, *colonial*, en el sistema internacional, como reverso necesario y oculto de la modernidad, es la marca de origen de lo latinoamericano” (ALIMONDA, 2011, p. 21).

Quiero comenzar por destacar el punto que me interesa desarrollar en este momento: la persistente colonialidad que afecta a la naturaleza latinoamericana. La misma, tanto como realidad biofísica (su flora, su fauna, sus habitantes humanos, la biodiversidad de sus ecosistemas) como su configuración territorial (la dinámica sociocultural que articula significativamente esos ecosistemas y paisajes) aparece ante el pensamiento hegemónico global y ante las elites dominantes de la región como un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes. A lo largo de cinco siglos, ecosistemas enteros fueron arrasados por la implantación de monocultivos de exportación. Fauna, flora, humanos, fueron víctimas de invasiones biológicas de competidores europeos o de enfermedades. Hoy es el turno de la hiperminería a cielo abierto, de los monocultivos de soja y agrocombustibles con insumos químicos que arrasan ambientes enteros – inclusive a los humanos –, de los grandes proyectos hidroeléctricos o de las vías de comunicación en la Amazonía, como infraestructura de los nuevos ciclos exportadores. Hasta las orientaciones políticas “ecológicamente correctas” de los centros imperiales suponen opciones ambientalmente catastróficas para nuestra región: transferencia de industria contaminante, proyectos de basureros nucleares, mega-monocultivos de agrocombustibles, etc. Una larga historia de desarrollo desigual y combinado, una ruptura a nivel global del metabolismo sociedad-naturaleza, que penaliza a nivel global a la naturaleza latinoamericana y a los pueblos que en ella hacen su vida (O’Conner, 2011) (ALIMONDA, 2011, p. 22 – grifo meu)

O programa de investigação Modernidade/Colonialidade ao deslocar o nascimento da modernidade da Europa Ocidental para o processo de conquista, colonização da América Latina e sua constituição como primeira periferia do sistema moderno/colonial, interage tanto as dimensões materiais, econômico-sociais, como as dimensões subjetivas, do imaginário social que se constitui no continente. Desde o princípio a América Latina foi vista pelas metrópoles coloniais e imperialistas como o espaço de colonização e exploração, humana e ecológica, o que explicita o caráter dependente do continente aos ciclos de acumulação capitalista. Entretanto mais que apenas uma relação econômica, como bem apresenta o

programa de investigação M/C, a relação também é de constituição de um imaginário social de subalternidade sobre o continente. Se desenvolve um imaginário em que a América Latina é um espaço que pode ser invadido, ocupado, explorado, arrasado e usado de forma conveniente por parte das metrópoles coloniais e capitalistas. É partindo desta proposição que Hector Alimonda interpreta a realidade latino-americana, observando com centralidade a persistente colonialidade da natureza que caracteriza o continente.

As formulações geo-epistemológicas ofertadas pelo Programa de Investigação M/C ao oportunizarem uma análise com distintas dimensões possibilitaram para Hector Alimonda a compreensão de que apropriação da biodiversidade natural dos trópicos foi elemento fundamental da modernidade (CORONIL, 2000; ALIMONDA, 2011). Por conseguinte a exploração e apropriação da biodiversidade da América Latina e destruição ou desarticulação de formações econômico-sociais existentes no continente é marco fundamental do que é ser latino-americano e da própria forma como o capitalismo se organizou em relação a América Latina e ao conjunto da periferia do sistema-mundo moderno capitalista.

Hector Alimonda entende que o processo de colonização da América significou também a colonização da sua natureza, seja no uso dos recursos naturais nas dinâmicas de exigências do mercado mundial e dos ciclos de acumulação; pela apropriação das tecnologias das populações indígenas e na destruição da natureza para construção de novos regimes de produção. A colonialidade da natureza, assim, se caracteriza pela destruição e desorganização de ecossistemas e formas produtivas autóctones, anulando potencialidades de autonomia destas sociedades (ALIMONDA, 2011, p. 51).

Desta forma a questão não diz respeito apenas a um momento histórico específico, mas a um padrão de poder global, histórico-estrutural, que diz respeito a relações econômico-sociais ainda hoje existentes. A dominação sobre a América Latina que se articulava a partir da espoliação de suas terras, sua colonização, extração de metais preciosos e outras formas de expropriação de recursos naturais através da exploração da mão de obra nativa e africana, significava uma profunda desarticulação das sociedades existentes no continente e daquelas transportadas pelo tráfico de escravos. O que, como já descrito acima, se articulava com uma nova forma de dominação baseada na classificação social e racial destas populações.

Este padrão de poder ainda é possível de ser percebido na atualidade, por exemplo, nos projetos de desenvolvimento extrativistas que atravessam o continente, como a megamineração à céu aberto; na forma como são construídos seus discursos ideológicos de caráter classificatório e na interação entre espoliação dos recursos naturais e a exploração do

trabalho a serviço do processo de acumulação capitalista. Percebe-se também, pelo contínuo interesse inclusive estratégico, de países como os Estados Unidos para os metais e minerais existentes sob os solos dos países latino-americanos (DELGADO-RAMOS, 2010; CECENÑA; BARRADA MARÍN, 1995). O extrativismo se estabelece como elemento econômico da relação subordinada na qual América Latina se inseriu no sistema-mundo capitalista, mas também, constituído de imaginários sociais sobre a superação do subdesenvolvimento do continente. As relações entre colonialidade e acumulação capitalista se encontram envolvidas. É interessante notar que para Alimonda o marco antecessor à noção de colonialidade se encontra na exposição de Rosa Luxemburgo (1970) em sua obra *Acumulação de Capital*.

Quizás sea oportuno destacar aquí que, dentro de la tradición teórica marxista, la aparición del tema de la colonialidad de los pueblos de la periferia y de la naturaleza se hace presente con la ruptura realizada por Rosa Luxemburgo. En las notas para su curso de Introducción a la Economía que dictaba en la escuela de cuadros del Partido Socialdemócrata alemán y en su libro *La acumulación del capital*, escrito en 1913, incorpora una amplia erudición, inusual en su época y ambiente, sobre lo que más tarde sería llamado el Tercer Mundo. Pero no sólo eso, sino que, en sintonía – lo que la constituye en una antecesora válida de la perspectiva contemporánea del Programa M/C – esa incorporación se expresa en una “epistemología de frontera” (y es tentador especular sobre si la posibilidad de descubrir un “punto de lectura otro” residía en su condición de género, que la hizo especialmente sensible a lecturas alternativas a las lógicas hegemónicas, blancas, civilizadas, masculinas). La colonialidad, dice Rosa, es parte constituyente de la acumulación de capital, es su reverso *fundante* y necesario. A partir de ese reconocimiento, Rosa cuestiona el modelo analítico del modo de producción capitalista desarrollado por Marx en *El Capital*, que no incorpora a la subordinación colonial de pueblos y de naturalezas como condición necesaria para la reproducción ampliada de ese régimen de producción. (ALIMONDA, 2011, p. 27)

Esta característica do exercício do poder na América Latina no que se refere a natureza, a colonialidade da natureza, está intimamente relacionada com a dinâmica da acumulação de capital, como “fundante e necessário”. Da mesma forma que o extrativismo de metais preciosos foi parte do processo de acumulação “primitiva” de capital e manifestação colonial, os atuais ciclos de acumulação capitalista impõem a (re)primarização das economias da periferia capitalista. Busca-se a manutenção do caráter de exportador de matérias-primas para o mercado mundial, incluindo, com crescimento de projetos de mineração sobre o continente. Aprofunda-se a espoliação de terra indígenas e camponesas e, portanto, a desarticulação das formas de organização destas populações.

1.3 ACUMULAÇÃO CAPITALISTA VIA ESPOLIAÇÃO

Em seu primeiro tomo d' *O Capital*, Karl Marx (2017) dedica a seção VII para apresentar o desenvolvimento do “processo de acumulação de capital”. Expõe assim um conjunto de processos econômicos que caracterizam o movimento do capital, sua produção e reprodução e manutenção do modo de produção capitalista. Em seu capítulo XXIV, que faz parte da seção, Marx a partir do estudo da história econômica e social busca a desnaturalizar a visão idílica produzida pela economia política e pelos historiadores burgueses sobre a acumulação primitiva como um processo pacífico de acumulação de riqueza e propriedade. De maneira crítica expõe com precisão que “assim chamada acumulação primitiva de capital” é, sobretudo, um processo histórico que se fundamentou no uso sistemático da coerção e da violência.

O primeiro elemento da acumulação “primitiva” é o processo de privatização e expropriação da terra. Este é seu aspecto fundamental. Sem a expulsão de populações de suas terras na Europa e no continente americano seria impossível pensar o processo de formação, por um lado da nova classe de capitalistas e, por outro, a nascente classe de trabalhadores europeus. A expropriação das terras e o domínio sobre territórios, agora incluídos na lógica do mercado capitalista, foram a base para o processo de acumulação capitalista. Para Karl Marx “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2017, p. 786).

O processo de alienação dos camponeses de suas terras, sejam elas individualmente privadas ou coletivas e comuns de um conjunto de produtores foi o primeiro passo para a criação de uma massa de despossuídos (BENSAÏD, 2017) que não tinham nada além de suas próprias forças, ou seja, sua força de trabalho para oferecer. Entretanto nem mesmo a transformação de despossuídos em proletariado foi sem uma grande carga de violência. Foram criadas um conjunto de legislações, minunciosamente apresentadas por Marx, que puniam duramente quem não trabalhasse, inclusive com a morte. O “trabalhador livre” surgido com o modo de produção capitalista, era livre da propriedade feudal, mas, sobretudo, para vender sua força de trabalho, como apenas mais uma mercadoria.

Por outro lado as bases materiais que permitiram um acúmulo de riqueza por parte da nova classe de capitalistas que surgia, tinha tanto relação com a formação de um número de

proprietários fundiários, e logo de pequeno-burgueses e burgueses industriais, como também, na exploração e expropriação de metais preciosos da América Latina e no tráfico de seres humanos escravizados do continente africano. O papel exercido pela conquista, colonização e exploração das terras e da população da América Latina foram centrais para acumulação primitiva de capital. Essa é base fundamental do desenvolvimento capitalista e da riqueza da classe de capitalistas surgida na Europa Ocidental.

Silvia Federici (2017) em seu livro *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, seu denso estudo sobre a acumulação capitalista e seu impacto sobre as mulheres, resume bem o processo de privatização da terra como base fundamental da acumulação primitiva:

Desde o começo do capitalismo, a guerra e a privatização da terra empobreceram a classe trabalhadora. Este fenômeno foi internacional. Em meados do século XVI, os comerciantes europeus haviam expropriado boa parte da terra das Ilhas Canárias para transformá-la em *plantations* de cana-de-açúcar. O maior processo de privatização e cercamento de terras ocorreu no continente americano, onde, no início do século XVII, os espanhóis tinham se apropriado de um terço das terras comunais indígenas sob o sistema da *encomienda*. A caça de escravos na África trouxe como consequência a perda de terras, por que privou muitas comunidades de seus melhores jovens.

Na Europa, a privatização da terra começou no final do século XV, coincidindo com a expansão colonial. Ela assumiu formas diferentes: despejo de inquilinos, aumento de aluguel e impostos elevados por parte do Estado, o que levou ao endividamento e à venda de terras. Defino todos esse processos como expropriação de terra, porque, mesmo quando a força não era usada, a perda da terra se dava contra a vontade do indivíduo ou da comunidade, solapando sua capacidade de subsistência. (FEDERICI, 2017, p. 130)

A privatização das terras na América (Latina) significou conseqüentemente sua transformação em propriedade privada de poucos homens europeus responsáveis da sua exploração. A extração de matérias-primas, em especial de metais preciosos foi a primeira modalidade de comércio, mas não única. Um conjunto de formas de extrativismo dos recursos naturais foram transformados em simples mercadoria à venda no mercado mundial, assim como, a própria transformação de seres humanos em mercadoria.

A economista marxista Rosa Luxemburgo (1970) em seu já citado livro *Acumulação de capital* aprofunda alguns aspectos apresentados por Marx sobre a acumulação de capital, mas também proporciona novas contribuições, como a relativa a importância da colonização das novas áreas geográficas como centrais para a reprodução do capitalismo. No interior do debate existente no final do século XIX e início do século XX sobre imperialismo e colonialismo, com a repartição administrativa da África e da Ásia pelas nações europeias, é

que Luxemburgo desenvolve sua interpretação sobre a acumulação capitalista como parte destes novos acontecimentos, que acabariam, posteriormente, por eclodir na I Guerra Mundial imperialista.

No capítulo XXXI de sua obra, Rosa Luxemburgo destaca e explicita o caráter da reprodução do capital que toma forma com o nascimento da forma imperialista de dominação. Para Luxemburgo “o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontram ainda dominadas” (LUXEMBURGO, 1970, p. 392). Observa-se que ainda que seu debate se realize nos marcos da compreensão deste novo fenômeno à época, que era o imperialismo, ele também responde a própria dinâmica do capital, na sua necessidade reprodutiva de buscar novos horizontes de exploração, e assim, de colonização. A partilha do continente africano e expansão das nações capitalistas a partir da segunda metade do século XIX, explica-se, em boa medida, por essa orientação do capital em se expandir para se reproduzir.

Os limites econômicos são evidentes ao atentarmos para história econômica e social. Seja pela impossibilidade de se obter uma expansão ininterrupta, como também, pelos limites impostos por aqueles que atingidos pelo expansionismo do capital, resistem. A própria natureza impõe limites aos processos de desenvolvimento capitalista. Para Rosa Luxemburgo, com sua aguçada compreensão dialética da realidade, o resultado é que a própria acumulação capitalista produz sua negação² e edifica sobre os seus pés, para usarmos uma imagem de Walter Benjamin (2016), a catástrofe. Nas palavras de Luxemburgo (1970, p. 392)

Dado o grande desenvolvimento e a concorrência cada vez mais violenta dos países capitalistas para conquistar territórios não-capitalistas, o imperialismo aumenta sua agressividade contra o mundo não-capitalista, aguçando as contradições entre os países capitalistas em luta. Porém, quanto mais enérgica e violentamente procure o capitalismo a fusão total das civilizações capitalistas, tanto mais rapidamente irá minando o terreno da acumulação do capital. O imperialismo é tanto um método histórico para prolongar a existência, como um meio seguro para objetivamente pôr um fim a sua existência. Com isso não se disse que esse fim seja alcançado alegremente. A tendência da evolução capitalista para ele já se manifesta com ventos de desastre.

Isso é perfeitamente observável, por exemplo, na dinâmica capitalista após a restauração do capitalismo da União Soviética e no conjunto do leste da Europa. Uma parcela continental em extensão geográfica e populacional passou de economia planificada de Estado

² Lembremos da dialética explicitada por Marx (2017, p. 832) n’ *O Capital*: “O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação.”

para o controle privado de uma nova classe de capitalistas. Se um primeiro momento o seu significado foi um processo intenso de acumulação capitalista, oriundo, por exemplo, das privatizações de setores econômicos chaves, no momento seguinte com o decorrer das décadas, os limites da acumulação a partir da expansão capitalista ficaram nítidos.

A característica do capital de dispor na sua própria dinâmica a sua negação e que Luxemburgo observa na dinâmica do imperialismo, tem como central, elementos de barbárie, em especial ecológica, evidenciando o caráter destrutivo das formas de acumulação de capital. O rastro de destruição e violência é o aspecto primordial do processo de acumulação capitalista. Entretanto o ponto fundamental da contribuição de Rosa Luxemburgo, avançando naquilo que já havia sido exposto por Marx, se refere ao duplo processo da acumulação capitalista, apreendido a partir da observação da dinâmica do imperialismo.

Por conseguinte, a acumulação capitalista tem, como todo processo histórico concreto, dois aspectos distintos. *De um lado, tem lugar nos lugares de produção de mais-valia – na fábrica, na mina, na propriedade agrícola e na circulação de mercadorias.* Considerada assim, a acumulação é um processo puramente econômico, cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados, mas que ambas as partes, na fábrica como no mercado, move-se exclusivamente dentro dos limites da troca de mercadorias, do câmbio de equivalências [...]

Outro aspecto da acumulação do capital realiza-se entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Esse processo desenvolve-se no cenário mundial. Aqui, os métodos são a política colonial, o sistema de empréstimos internacionais, a política de interesses privados, a guerra. Aparecem aqui, sem dissimulação, a violência, a trapaça, a opressão e a rapina. Por isso é difícil descobrir as leis severas do processo econômico nessa confusão de atos políticos de violência, nesse confronto de forças. [...] *Os dois aspectos da acumulação do capital acham-se ligados, organicamente pelas condições de reprodução de capital, e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital* (LUXEMBURGO, 1970, p. 398 – grifo meu).

Rosa Luxemburgo ao observar que o processo de acumulação capitalista tem um duplo aspecto, um diretamente relacionado as relações de produção, e outro, que se realiza na esfera mundial, demonstra a capacidade do desenvolvimento capitalista de inserir outros modos de produção no conjunto de suas relações econômicas. Se desenvolvendo tanto na forma de subsunção de outros modos de produção, como na forma de espoliação e desestruturação – por vezes a completa destruição – de formações econômico-sociais distintas. Esta característica do sistema capitalista é bem explicada pela noção de colonialidade como matriz de poder surgida com a modernidade capitalista, já que uma de suas características na formação do sistema-mundo moderno capitalista é a articulação de distintas formas de exploração em uma única estrutura de produção de mercadorias (QUINTERO, 2015).

A interpretação de Luxemburgo é inovadora para época, pois ao analisar as características do fenômeno imperialista não se limitou a observação de seus aspectos puramente econômicos, mas também a suas características políticas e sociais em abrangência histórica, àquilo que Hector Alimonda considerou um antecedente do programa de investigação Colonialidade/Modernidade. A época imperialista, ainda que com suas formas particulares, novamente reproduz na sua expansão as características da violência, do colonialismo, de ordenamentos legais para a expropriação das riquezas de outros países e exploração de suas populações. E claro, de imaginários sociais que justificam o controle sobre natureza.

Em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, o marxista russo Vladimir Lênin observa as características expansionistas do imperialismo na busca por matérias-primas. Para Lênin (2021, p. 108)

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes proprietários. Tais monopólios são mais robustos quando arrebata em uma única mão *todas* as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas dirigem os seus esforços para retirar do adversário qualquer possibilidade de concorrência, para adquirir, por exemplo, as terras que contém minério de ferro, as jazidas de petróleo etc. A posse de colônia é única coisa que dá plenas garantias ao sucesso do monopólio contra todas as contingências da luta com oponente, mesmo quando este procura se defender com uma lei que implante o monopólio estatal. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais agudas são a concorrência e a corrida por fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

A busca e disputa por recursos naturais por parte das associações monopolistas e nações imperialistas é, provavelmente, o elemento fundamental da expansão capitalista para novas áreas territoriais na periferia do sistema-mundo, levando a aquisição de novas colônias em pleno século XIX. Entretanto a colonização direta não é única forma de atuação do imperialismo. O “estágio superior do capitalismo” tem como característica o domínio sobre outras partes do globo, sem a necessidade de controle direto por parte das nações imperialistas dos países periféricos. O controle se realiza na esfera mundial, a partir a divisão internacional do trabalho. Enquanto os países centrais repartem o planeta em áreas de influência, os países da América Latina, África e Ásia fornecem matérias-primas e mão de obra barata para o desenvolvimento do capitalismo e para reprodução do capital. Somente uma mentalidade colonial é capaz de explicar a naturalidade com a qual os países centrais enxergam os países

da periferia do sistema-mundo como espaços a serem controlados, ocupados, explorados e apropriados nos seus recursos naturais para satisfazer as suas necessidades materiais.

Analisando a acumulação de capital após a década de 1970, na sua fase neoliberal, o geógrafo David Harvey em seu livro *O novo imperialismo*, apresenta algumas das transformações, no seu entendimento, sofridas na forma e natureza do imperialismo na contemporaneidade. Seguindo o caminho traçado por Luxemburgo que encontrou nas crises de 1860 e 1870 a base do imperialismo e do neocolonialismo na África, Harvey apresenta que a solução encontrada pela crise dos anos 1970, serviu de base para o surgimento da fase neoliberal do capitalismo (HARVEY, 1992; HARVEY, 2014). Porém divergindo da economista polonesa, para Harvey a crise não se origina em um processo de subconsumo, mas sim, de sobreacumulação.

A compreensão de Luxemburgo se sustentava na ideia de que as economias capitalistas sofrem uma falta de demanda efetiva para absorver o crescimento da produção capitalista (HARVEY, 2014) e para isso a conquista de novas áreas não-capitalistas é uma necessidade para a sua inclusão no conjunto do funcionamento do capital. O que orienta a busca de novas áreas, a partir deste argumento, é tanto a busca por recursos naturais e mão de obra, incluídos na lógica do capital, como a busca por espaços territoriais para o escoamento da produção de mercadoria europeia que não é possível de ser consumida no próprio continente. Entretanto Harvey contesta essa ideia demonstrando a contradição do argumento de Luxemburgo:

O problema, alega ela, é o subconsumo, uma falta geral de suficiente demanda efetiva para absorver o crescimento da produção que o capitalismo produz. Essa dificuldade advém da exploração dos trabalhadores, que, por definição, recebem bem menos valor para gastar do que aquilo que produzem, e os capitalistas são obrigados ao menos em parte a reinvestir em vez de consumir. Tendo considerado devidamente as várias maneiras pelas quais se poderia transportar o suposto hiato entre oferta e demanda efetiva, ela conclui que o comércio com formações sociais não capitalistas proporciona a única maneira sistemática de estabilizar o sistema. Se essas formações sociais ou territórios relutarem em comerciar, têm de ser compelidos a fazê-lo pela força das armas (como ocorreu no caso das guerras do ópio na China). Esse é para ela o próprio cerne do imperialismo. Um possível corolário desse argumento (embora Luxemburgo não o extraia diretamente) é que, para o sistema durar qualquer intervalo de tempo, tem-se de manter os territórios não-capitalistas (à força se necessário) em condição não capitalista (HARVEY, 2014, p. 116)

Embora, como já observado, a própria Luxemburgo entende que o imperialismo cria as próprias condições de sua negação, inclusive, pela incapacidade que há para sua reprodução ininterrupta, as formações sociais não-capitalistas ao serem inseridas no modo de

produção capitalista, são rapidamente desestruturadas, por sua inserção se realizar de forma subordinada e periférica. A contradição deste argumento se encontra nos próprios limites da disputa territorial, já que as formações sociais não-capitalistas passam a ser capitalistas ainda que uma ocupando lugar periférico.

O argumento de Harvey, por outro lado, localiza na sobreacumulação a explicação para as crises capitalistas. A sua explicação é que um conjunto de excedente de capital se encontra ocioso e necessita ser investido em processos lucrativos. A influência de Luxemburgo no conjunto das ideias apresentadas por Harvey está no argumento de que o capitalismo necessita de algo “fora de si” para se reproduzir. A acumulação de capital precisa, portanto, de algo exterior a si, sejam áreas territoriais, ou como Harvey nos apresenta, em ramos econômicos não plenamente inseridos na lógica do capital. Essa dialética interior-exterior é a base explicativa utilizada pelo geógrafo para analisar o “novo imperialismo”.

Até a crise do modelo fordista a partir dos anos 1970, o capitalismo nos seus centros econômicos, Estados Unidos e Europa, se caracterizava por uma lógica de acumulação orientada para a expansão interna, ainda que como é própria característica do imperialismo o domínio sobre outras nações continuava existir. Entretanto sua característica central da acumulação de capital no após II Guerra Mundial era a orientação do deslocamento de capitais para investimentos em infraestrutura, uma sólida geração de emprego, e o aumento da renda e do consumo nos centros imperialistas. Isso fica nítido no processo de urbanização e suburbanização dos Estados Unidos e de países europeus, como na própria reconstrução da Alemanha Ocidental e do Japão depois da guerra e sua transformação em países de um desenvolvimento capitalista em crescente dinamismo. Foi também o momento de difusão da ideia/força desenvolvimento (QUINTERO, 2015) e do Estado como agente de intervenção sobre o social (RADOMSKY, 2020).

O esgotamento parcial deste modelo levou a uma nova orientação, com centralidade em um renovado processo de expansão do capital excedente localizado nos países centrais, tanto na forma de investimentos em infraestrutura, como na aquisição e uso de uma força de trabalho e recursos naturais mais barata. O seu sentido era o deslocamento dos capitais sobreacumulados no tempo e espaço. O horizonte inaugurado por esta nova orientação é de um conjunto de projetos de desenvolvimento e privatizações, que ao possibilitarem lucratividade de longo prazo, permitem, ainda que parcialmente, resolver alguns problemas da crise sobreacumulação. A este processo de acumulação é que David Harvey denomina como

acumulação via espoliação. A partir do resgate de Marx e Luxemburgo, o autor analisa os seus aspectos históricos, mas, sobretudo, contemporâneos da acumulação de capital.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Industrias nacionalizadas tem sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2014, p. 121)

O que a acumulação via espoliação permite, é que este excedente de capital sobreacumulado seja aplicado em novos ativos que são liberados por este processo de espoliação. São as empresas estratégicas das nações da periferia capitalista que são privatizadas; são os projetos de desenvolvimento extrativistas que expulsam populações indígenas e camponesas de suas terras; são setores como educação e saúde sistematicamente desregulados e colocados a serviço da lógica do capital.

A financeirização da economia cumpre papel de vanguarda neste processo de acumulação via espoliação. É a transformação de todos ramos econômicos, serviços públicos e, inclusive, formas culturais em simples mercadoria, por exemplo, as privatizações da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc., abrem um amplo campo a ser apropriado pelo capital sobreacumulado (HARVEY, 2014). Como já relatado, este mesmo processo ocorreu quando da restauração capitalista na União Soviética e a liberação de ativos (bens públicos) que foram apropriados pelo capital. Para Harvey o projeto neoliberal é uma resposta, portanto, a crise de sobreacumulação.

Privatização, expropriação e violência são os principais meios de semelhança da acumulação capitalista, seja a “primitiva” exposta por Marx, a da época imperialista, apresentada por Luxemburgo ou, a do período neoliberal, à qual Harvey dedica sua análise. O papel do Estado é outro ponto em comum da acumulação de capital. A ação consciente do Estado, seja a partir do monopólio da violência, seja na sua capacidade institucional de criar leis é transversal no tempo histórico. Como observa Harvey (2014, p. 127), “toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais do tipo descrito por Marx sob rubrica da acumulação primitiva”. Foram as legislações sobre a “vagabundagem” na

Inglaterra da acumulação primitiva; foi a repartição “legal” do continente africano no século XIX; como são os reordenamentos legais neoliberais dedicados a abertura das economias e para grandes projetos na atualidade.

Na América Latina este processo significou uma perda significativa da soberania nacional com o predomínio do capital financeiro sobre o controle de empresas nacionais, em especial as de caráter estratégico, como as de água, energia e telecomunicações. Um horizonte de espoliação neoliberal se abriu sobre o continente entre os anos 1980 e 1990, mudando sua configuração legal e abrindo suas portas para entrada maciça de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), em particular relacionados a projetos de desenvolvimento extrativistas de longo prazo, como é o caso da agroindústria e a mineração.

1.4 A PAISAGEM DA ESPOLIAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A América Latina tem a sua história marcada pela forma em que se inseriu no sistema-mundo moderno capitalista. A permanente colonialidade da natureza que caracteriza o continente, produziu um conjunto de processos de exploração da força de trabalho latino-americana e expropriação de suas riquezas naturais, submetidas a se transformarem em mercadorias no mercado global do capitalismo. A cada ciclo de acumulação capitalista, lá se encontra a América Latina como local privilegiado das potências colonias, e depois, imperialistas e suas corporações, para o contínuo processo de saqueio. O que em um determinado momento histórico foi a Companhia das Índias, nos tempos atuais são as mineradoras estadunidenses e canadenses.

O novo ciclo de acumulação de capital via espoliação que marcou as últimas décadas o continente significou uma nova “expulsão das terras comuns” que Marx havia descrito em *O Capital*. A privatização das terras, serviços públicos e setores econômicos estratégicos são suas características fundamentais, assim como, a ação legal e institucional do Estado para garantir “a tranquilidade do negócios”, o eufemismo utilizado para a *pax* produzida pelas burguesias locais e seus agentes políticos sobre os territórios atingidos por essa norma privatizadora que se impõe pelas corporações estrangeiras. A partir da década de 1980 foram recorrentes as mudanças das legislações ambientais, por exemplo, permitindo novos empreendimentos na região. A liberalização das economias era a antessala de um processo de acumulação via espoliação que tem transformado a paisagem do continente.

Nos marcos do Consenso de Washington e de suas políticas impulsionadas pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, o extrativismo mineiro foi importante para se aprofundar a liberalização e a dependência dos países do seu papel como produtor de matérias-primas. O receituário destes organismos internacionais era, em um primeiro momento, com destaque os anos 1980, um profundo ajuste estrutural nas economias latino-americanas para a produção de superavit para o pagamento da dívida pública e, em um segundo momento, particularmente, durante a década de 1990, a realização de um conjunto de privatizações, mudanças na legislação e abertura para investimentos relacionados a projetos primário extrativistas para exportação (ARÁOZ, 2011, p. 158). Para Horacio Machado Aráoz (2020, p. 191),

Visto retrospectivamente, o último *boom* mineiro desatado na América Latina constitui apenas um novo capítulo da velha história colonial. As políticas do Consenso de Washington, desenhadas pelas principais potências e impostas pelos organismos multilaterais sob seu controle (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Organização Mundial do Comércio) estiveram deliberadamente orientadas a recuperar o acesso e o controle sobre as fontes de matérias-primas (mineração, energia e alimentação), restabelecer o abastecimento do Norte e impulsionar a exportação de indústrias contaminantes ao Sul. O novo ápice do extrativismo em geral e, particularmente, da mineração transnacional em grande escala inscrevem-se nesse marco da geopolítica do neoliberalismo (Machado Aráoz, 2011b). Trata-se, portanto, de uma estratégia do poder imperial orientada a intensificar as taxas e os ritmos de apropriação e exploração desigual da Natureza, interior e exterior.

No Brasil o exemplo mais latente da política de liberalização da economia e sua relação com o extrativismo mineiro foi a privatização da Companhia Vale do Rio Doce em 1997. A empresa criada em 1942 durante a ditadura do Estado Novo fazia parte das empresas estatais fundadas por Getúlio Vargas, nos marcos da política nacionalista de seu governo e que predominava à época nos governos nacionalistas e populistas do continente. Como parte das políticas neoliberais da década de 1990, a empresa foi privatizada e hoje a Vale S.A é uma das maiores mineradoras do mundo, profundamente financeirizada (BELLUZO; SARTI, 2019) e diretamente responsável por tragédias recentes, como os deslizamentos das barragens nos municípios de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais.

O que ocorreu na América Latina com o processo de liberalização, privatização e financeirização foi que “ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso compartilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles” (HARVEY, 2014, p. 131). Uma das características deste processo é o aumento das Inversões Estrangeiras Diretas (IED) para os

projetos extrativistas, em particular, os relacionados a mineração, pela possibilidade de proporcionar espaços de investimentos diversos e por um longo prazo. Um projeto de megamineração à céu aberto significa não apenas a apropriação de uma vasta extensão de território por um longo prazo tempo, como também um conjunto espaços de investimento em infraestrutura e transporte que podem auxiliar na valorização do capital.

A “mineração neoliberal” (ARÁOZ, 2011) exemplifica a forma como opera a dinâmica de acumulação de capital via espoliação. Por um lado, reúne um processo de exploração de mão de obra, a forma habitual de acumulação ampliada originada da relação capital-trabalho, enquanto que por outra vértice, no seu aspecto central, se destaca na sua característica de expropriação territorial e exploração da natureza. A transferência de recursos naturais, sob este modelo, se realiza tanto na forma de extração e exportação das matérias-primas, como pelo uso desenfreado de recursos como água e energia, exploradas na América Latina enquanto destinam os ganhos econômicos para os centros imperialistas.

Segundo Gian Carlo Delgado Ramos (2010) as últimas décadas explicitaram a dependência dos países imperialistas dos minerais encontrados na periferia do sistema-mundo, em particular na América Latina. O continente tornou-se uma reserva estratégica de minerais. Entre 1990 e 1997, por exemplo, enquanto os investimentos na exploração em mineração se limitaram a um crescimento de 90% a nível mundial, na América Latina o crescimento foi de 400% e a área concedida para mineração passou a cobrir no início do século XXI quase 10% do continente (ARÁOZ, 2020).

O Brasil foi um dos países que se destacaram pela crescente exploração de seus recursos naturais através da construção de grandes projetos neoextrativistas sob o seu território. Por um lado, devido ao processo de Inversões Estrangeiras Diretas como parte do escoamento de capitais para serem investidos na periferia do sistema-mundo, e por outro lado, pelos altos preços internacionais das *commodities* durante as primeiras décadas do século XXI, o que contribui para o aprofundamento da dependência extrativista-exportadora da América Latina. Entre 1995 e 2006, por exemplo, Chile, Brasil e Peru intensificaram a extração de minerais devido aos preços internacionais, contribuindo de maneira central nos ingressos de venda de minerais em todo o continente (DELGADO-RAMOS, 2010, p. 25). Apesar das transformações políticas recentes no continente e econômicas mais gerais do mundo, o Brasil ainda no ano de 2019, foi responsável por 24% das Inversões Estrangeiras Diretas direcionadas à exploração de recursos naturais e 13% de manufaturas intensivas em recursos naturais, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL,

2020). Junto ao México também destaca-se entre os países que concentram na América Latina as Inversões Estrangeiras Diretas em ramos de manufatura relacionados a indústrias de derivados de petróleo e carvão, representando no acumulado de 2015-2019, juntos quase 40 milhões de dólares de entradas. Junto a isso um dos setores centrais das IED para o continente tem sido o ramo de transporte, intimamente relacionado com a construção de infraestrutura para produção minerária e agroindustrial. O aumento da participação da exploração de recursos naturais no PIB do país e no conjunto do continente tem se elevado desde o início do século XXI, chegando ao pico em 2008 de uma participação de quase 8% do PIB da América Latina e Caribe e de 6% no Brasil (CARVALHO, MILANEZ; GUERRA, 2018).³

Ao mesmo tempo que há um crescente e renovado interesse pelos minerais latino-americanos pelas corporações e países imperialistas, manifestadas nas IED, há também no Brasil um conjunto de empresas privadas nacionais normalmente associadas com empresas estrangeiras que exploram recursos naturais como os da mineração. O horizonte aberto pelas IED e pela intervenção de empresas transnacionais na construção de projetos de mineração também permite, em nosso entendimento, a busca na construção de formas de consenso no debate público e na sociedade que contribuem para o avanço da mineração destinada para o mercado interno realizado por corporações privadas. Este é o caso, por exemplo, da indústria extrativista de carvão mineral no Brasil que é destinada fundamentalmente para mercado brasileiro e está sob controle de empresas privadas nacionais.

Em termos concretos a mineração de caráter nacional não difere substancialmente da mineração transnacional. Ainda que destinada para o mercado interno brasileiro, as características fundamentais da acumulação via espoliação se apresentam nestes projetos de desenvolvimento extrativistas. A privatização e expropriação de grandes áreas territoriais, financeirização e expulsão de populações locais de seus territórios. A própria relação entre espoliação territorial e as características sociais e raciais destas populações são visualizadas. Não é fruto do simples acaso que os projetos desenvolvimento que caracterizam a acumulação via espoliação sejam direcionados à territórios ocupados por populações indígenas e camponesas. Estes projetos apresentam em termos práticos concretos a relação entre colonialidade do poder, colonialidade da natureza e acumulação via espoliação.

O mais significativo projeto recente no Rio Grande do Sul que mobilizou o debate público e a luta de resistência por parte das comunidades locais, e que era o centro da perspectiva de investimentos estrangeiros e nacionais, foi a tentativa de construção do projeto

³ Os recursos naturais consistem em petróleo, gás natural, carvão, minério e florestas.

Mina Guaíba, na região do Baixo Jacuí na região metropolitana de Porto Alegre. Este projeto se insere no contexto de dependência extrativista que caracteriza a economia brasileira e, em particular do Rio Grande do Sul, mas, sobretudo, como espaço de acumulação de capital em múltiplas geografias com mudanças na paisagem social dos territórios (GARIBAY OROZCO, 2010). O projeto tinha protocolo de intenção assinado com a empresa estadunidense Air Products e suscitava interesse pela empresa chinesa Zhejiang Energy que busca ampliar sua participação no mercado brasileiro. Havia também a previsão de construção de Polo Carboquímico na região, já que o Projeto Mina Guaíba previa a transformação do carvão mineral extraído em gás natural sintético a ser comercializado com a SÚLGás, distribuidora de gás natural do estado (MONTORO; BIRD; LEITE; GUIDOLIN; VALE, 2018)

O que se apresentou nos últimos anos no estado do Rio Grande do Sul, em particular com o Projeto Mina Guaíba, se assemelha ao movimento existente em todo o Brasil e na América Latina. São os investimentos e presença de capital estrangeiro associado a empresas privadas nacionais na exploração de recursos nacionais; o discurso colonial e desenvolvimentista que busca a normalização da destruição ecológica; a atuação do Estado como instrumento institucional para o favorecimento de tais projetos e, sobretudo, os objetivos das empresas com seus projetos de expropriação territorial e expulsão de populações locais, indígenas e camponesas. Todas as características da acumulação via espoliação tem se apresentado pela paisagem do estado do Rio Grande do Sul e o Projeto Mina Guaíba é um caso apropriado de análise desta dinâmica e da própria resposta das comunidades e dos movimentos sociais.

CAPÍTULO 2

O PROJETO MINA GUAÍBA: ESTADO E AÇÃO EMPRESARIAL

O poder político, o governo territorializado e a administração se constituem numa variedade de escalas geográficas e compõem um conjunto hierarquicamente organizado de ambientes politicamente carregados no âmbito dos quais ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital.

David Harvey, *O novo imperialismo*

2.1 A AGÊNCIA ESTATAL NA ACUMULAÇÃO VIA ESPOLIAÇÃO

Os distintos processos moleculares de acumulação capitalista via espoliação que se desenvolveram nos países da América Latina após os ajustes fiscais neoliberais dos anos 1980, tiveram como característica a intervenção do Estado como facilitador da ação das empresas empreendedoras. Este processo se realizou através da ação institucional do Estado na promoção de um conjunto de transformações legais que permitiram a abertura dos mercados latino-americanos para o aprofundamento de uma política econômica que tinha com centralidade a presença de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e a presença de capital estrangeiro associado ao nacional.

As iniciativas neoliberais se casam com as ideias de desenvolvimento colocando centralidade no Estado como promotor e condutor das mudanças sociais através de suas políticas. Como sustenta Guilherme Radomsky (2020, p. 17) “ao Estado é imputado o papel histórico de construir políticas sobre o social, categoria que passa a ser objeto das intervenções para que o social possa operar e se dinamizar através de ações econômicas”. Deste modo, sustentamos que o Estado é um agente da acumulação capitalista via espoliação, sem o qual ela não se realizaria, pela importância que o domínio sobre o território e suas garantias legais na expropriação de populações locais exige. Tendo estas ideias como orientadoras, pretendemos apresentar neste capítulo o papel exercido pelo Estado através de suas políticas, legislação e órgãos institucionais junto a empresas mineradoras para o avanço recente da mineração no Rio Grande do Sul e na sua construção como um novo polo minerador do Brasil, nos marcos do padrão de acumulação por espoliação que caracteriza a expansão capitalista em sua fase neoliberal aberta na América Latina e no Brasil a partir dos anos de 1980.

2.1.1 AS DINÂMICAS DA ESPOLIAÇÃO NO BIOMA PAMPA: UM HORIZONTE DE PROJETOS DE MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Nos últimos anos a paisagem social do Rio Grande do Sul tem convivido com uma intensa transformação. O crescimento de projetos neoextrativistas tem se alastrado por todo estado, junto a uma crescente dependência econômica relacionada a matriz primário exportadora. Entre os projetos extrativistas é significativo a presença daqueles relacionados a exploração mineral que tem se alastrado por todo estado, com destaque para a região centro-sul onde se concentra o bioma Pampa. A extensão da dependência econômica do Rio Grande do Sul das formas de extrativismo também se manifesta em um conjunto de imaginários sociais que buscam construí-lo como característica essencial do estado.

As dinâmicas da acumulação capitalista via espoliação demonstram que o capital procura ser investido em áreas que possam ajudar em sua valorização em um largo espaço de tempo. É o que David Harvey (2014, p. 99) denominou como “ordenação espaço-temporal”.

A produção do espaço, a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, a criação de complexos de recursos novos, mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) proporcionam importantes maneiras de absorção de excedentes de capital e de trabalho.

Este processo apresentado por Harvey ao mesmo tempo em que é característico da dinâmica da acumulação via espoliação, com a exportação de capitais excedentes localizados nos países centrais para a periferia do sistema-mundo capitalista, também é parte das dinâmicas capitalistas no interior dos próprios países da periferia. Por sua característica de investimento de capital ligado a terra⁴, na construção de infraestrutura e exploração dos recursos naturais, a acumulação via espoliação se encontra diante de uma importante contradição. Tanto a terra como os recursos naturais não são infinitos e a infraestrutura física também tem seu limite de valorização. O ciclo de expansão capitalista tem que se repetir e, novamente o capital tem que ser exportado para outro país ou regiões do país ainda possíveis de serem melhor exploradas.

⁴ O sociólogo Fernando Coronil (1999) alertava, resgatando Marx, a importância que a categoria “renda da terra” tem para o debate sobre a relação colonial. Para ele: “Estimo que nuestra comprensión de las historias coloniales mejoraría mucho si sacáramos más provecho de la categoría tierra-renta del suelo. Marx opinaba que dicha categoría, junto a las de capital-ganancia y trabajo-salário formaba una “fórmula trinitaria” que engloba todos los secertos del proceso social de producción (CORONIL, 1999, p. 34)

A mineração no Rio Grande do Sul no período recente pode ser compreendida a partir desta dinâmica. Apesar de historicamente ser um setor econômico importante do estado, é apenas mais recentemente que projetos de mineração começaram a se alastrar pela região, nos marcos do avanço de distintas indústrias extrativistas, como observamos na figura 1. Atualmente são mais de sete mil pedidos de pesquisa mineral e 166 projetos de megamineração em andamento no estado do Rio Grande do Sul, sendo que mais 160 estão localizados na Metade Sul e 4 estavam em processo de licenciamento ambiental até o ano de 2020. Estes quatro projetos eram: o Projeto Retiro, em São José do Norte, da empresa Rio Grande Mineração S.A., que visa retirar titânio e zircônio em uma faixa de terra entre Laguna dos Patos e o mar; o Projeto Caçapava, no município de Caçapava do Sul, da empresa Nexa Resources, que pretende retirar chumbo, zinco e cobre às margens do Rio Camaquã; o Projeto Fosfato Três Estradas, em Lavras do Sul, da empresa Água Fertilizantes, que busca retirar fosfato em área da nascente do Rio Santa Maria; e o Projeto Mina Guaíba, nos municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas que buscava construir a maior mina à céu aberto da América Latina para extração de carvão às margens do Rio Jacuí, na proximidade de Porto Alegre, capital e mais populosa cidade do Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2020).

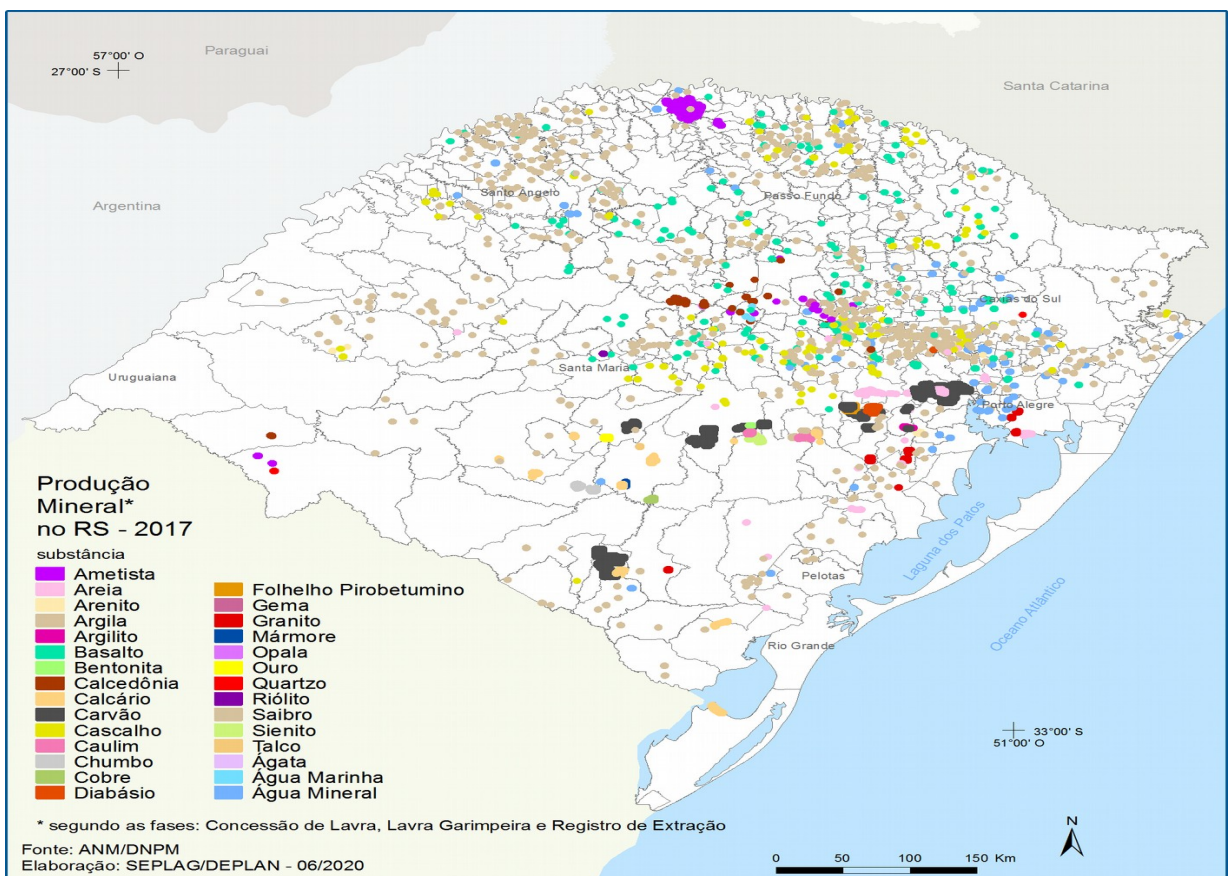


Figura 1: Produção Mineral no Rio Grande do Sul - 2017

Fonte: Atlas Socioeconômico, 2022

Estes projetos tem elevado potencial de risco para ecologia local por suas proximidades de áreas de importantes rios do estado, como também pela localização de todos eles sobre o bioma Pampa. Existente no Uruguai e em parte da Argentina, o bioma Pampa no Brasil é exclusivo do estado do Rio Grande do Sul, representando 63% da área do estado e 2% do país (REDE CAMPOS SULINOS, 2021). Nele se encontra, por exemplo, uma das maiores reservas de água potável do mundo e sua biodiversidade é impressionante, registrando mais de 500 espécies de aves e mais de 3000 espécies de plantas (AMIGOS DA TERRA BRASIL, 2019). O impacto recente do neoeextrativismo no estado tem resultado na acelerada destruição deste bioma, ocupando atualmente o segundo lugar como o mais devastado do país, atrás apenas da Mata Atlântica. Segundo dados reunidos pela Rede de Campos Sulinos (2021) que reúne pesquisadores dedicados ao estudo da biodiversidade do sul do Brasil, o Pampa tem apenas 33,6% dos 19,3 milhões de hectares de sua área total atualmente preservados. Este número em 1985 era de 44% de sua vegetação campestre preservada, concretizando em 2 milhões de hectares perdidos durante este período.

Os motivos para devastação crescente do bioma Pampa estão intimamente relacionados ao neoeextrativismo. No período recente houve importante aumento da área destinada para agricultura, em particular para a monocultura de soja e de eucalipto para a produção de celulose, e agora mais recentemente são os projetos de megamineração que buscam avançar sobre esses territórios. Uma das características destes projetos é a forte presença de capital transnacional para a construção dos empreendimentos. Ainda que as empresas responsáveis pelos projetos possam ser em alguns casos nacionais e, inclusive fundadas no Rio Grande do Sul, estão majoritariamente associadas a corporações mineiras transnacionais ou mesmo controlados por capital internacional. É o caso do projeto da Nexa Resources S.A, do Grupo Votorantim e, o projeto da Águia Fertilizantes S.A, subsidiária da australiana Aguia Resources Ltda. A própria Rio Grande Mineração é uma subsidiária da mineradora Santa Elina, com sede em Mato Grosso e que tem como sua principal acionista a mineradora canadense Vaaldiam Mining Inc. E o maior dos projetos seria o da Copelmi Mineração Ltda, empresa de mineração de carvão do Rio Grande do Sul com investimentos das transnacionais estadunidense Air Products, do ramo de produção de gás e produtos químicos para indústria e a chinesa Zhetiang Energy Group, transnacional da área de energia.

O carvão mineral, pela sua presença elevada de reservas no Rio Grande do Sul (DIEESE, 2021), tem sido, particularmente, uma matéria-prima que tem se destacado na indústria extrativista contemporânea no estado. Apesar de ser uma fonte de energia fóssil e

estar intimamente ligada a geração de gases de efeito estufa, a sua extração e uso como fonte energética e por parte da indústria tem avançado nos últimos anos. O carvão ainda conta com 27% de participação na matriz energética global e seu uso industrial tem sido crescente, sendo que 70% da fabricação de aço depende desta matéria-prima e contribui de maneira fundamental na produção de cimento (IEA/WEO, 2019). No Brasil, segundo dados da Associação Brasileira de Carvão Mineral (2017), 84% da produção de carvão mineral é destinada a produção de energia elétrica.

Apesar de sua destinação para produção de energia ser elevada, a dependência nacional do carvão para energia é baixa. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (EPE/MME, 2021), apenas 3,9% do carvão mineral e seus derivados são ofertados para produção de energia elétrica. Entretanto, no Rio Grande do Sul que concentra 88% das reservas nacionais desta matéria-prima, por volta de 23% da produção de energia elétrica é originada de termelétricas, centralmente a partir do uso de carvão (SPGG, 2022). A elevada reserva nacional de carvão no Rio Grande do Sul e sua alta utilização para produção de energia são algumas das principais justificativas governamentais e empresariais para o desenvolvimento da indústria extrativista de carvão no estado.

O avanço de projetos de mineração sobre o estado se coloca nos marcos das inversões estrangeiras diretas para projetos extrativistas, ao mesmo tempo que se manifesta com potencial de destruição ambiental de um bioma característico da região, com impactos ecológicos, sociais e culturais significativos. Se uma das características visuais do bioma Pampa é sua paisagem plana e horizontal, podemos sugerir que o horizonte que se impõe ao Pampa e ao Rio Grande do Sul é o do extrativismo mineral. E nele estão intrincadas as características de espoliação, com expropriação das populações locais de seus territórios e as transformações na economia da região. O que tem sido denunciado pela população do Pampa e suas organizações coletivas, como o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa, articulação que reúne representantes de pecuaristas familiares, quilombolas, populações indígenas das etnias Mbyá Guarani e Kaingang, povo cigano, povo de terreiro e benzedeiros na luta pela preservação do bioma, da economia tradicional e de seus territórios contra a mineração (CPCTP; FLD, 2018).

Entretanto, como será observado mais adiante no capítulo, é crucial para o avanço da exploração mineral no Rio Grande do Sul a atuação do Estado, através de seus instrumentos institucionais, em especial a partir de transformações na legislação. São políticas e instrumentos tributários que possibilitam o avanço de projetos neoextrativistas nos últimos

30 anos sobre o território brasileiro e que agora tem em seu horizonte o Rio Grande do Sul, com sua potencial transformação em novo polo da mineração do país.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES INFRALEGAIS COMO INCENTIVO A MINERAÇÃO

No período dos anos de 1990 como parte do processo de abertura das economias latino-americanas para o modelo acumulação capitalista de caráter neoliberal, foram realizadas um conjunto de modificações infralegais nos países do continente. O receituário defendido pelas organizações multilaterais, como o FMI e Banco Mundial foram aplicadas disciplinadamente pelos governos latino-americanos, possibilitando o aprofundamento da matriz primário-exportadora das economias da região (ÁRAOZ, 2019). Foram modificadas as legislações referente ao uso da terra, flexibilizadas as direcionadas à proteção ambiental, como também as políticas fiscais e tributárias referentes a exploração de recursos naturais.

No Brasil o projeto de lei que melhor representa estas transformações foi a promulgação da Lei Kandir em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Esta lei quando observada junto a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), presente na Constituição Federal de 1988, apresenta como sua finalidade atuar como instrumento legal e tributário de incentivo à indústria extrativista mineral no território brasileiro. Acompanhadas pela onda de privatizações de empresas nos anos 1990, como é o caso das mineradoras Vale do Rio Doce e Votorantim, demonstram o Estado como garantidor legal da acumulação via espoliação e do aprofundamento de uma matriz econômica primário-exportadora.

No Rio Grande do Sul o recente crescimento de projetos de mineração também tem no Estado um agente que atua em benefício das mineradoras. A partir de políticas iniciadas durante o governo de José Ivo Sartori, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), observamos, como sugere Radomsky (2020) como Estado atua para promover o ideário do desenvolvimento e seus projetos. Destacam-se os volumes I e II do documento de diagnóstico do setor, *Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro* e o instrumento de incentivo legal, a Política Estadual do Carvão Mineral.

2.2.1 A TRIBUTAÇÃO COMO INCENTIVO A MINERAÇÃO: A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM) E A LEI KANDIR

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), conhecida como *royalties* da mineração, é um dispositivo para compensação por parte das empresas mineradoras a União, Estados e municípios mineradores. É amparada pelo artigo nº 20 da Constituição Federal de 1988, em seu caput §1º

É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Este artigo é regulamentado pela Lei nº 7290/89, que em seu artigo 6º diz que: “A exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), nos termos do §1º art. 20 da Constituição Federal” (BRASIL, Lei 7290/89). A partir desta regulamentação se estabelece a CFEM como um dispositivo de compensação aos entes federativos impactados pela mineração em seus territórios.

Apesar do reconhecimento dos recursos naturais como bens da União, este conjunto legal abre a possibilidade de sua exploração por atores privados, e ao não se constituir como uma tributação, mas apenas uma compensação por parte das mineradoras a União, Estados e municípios pela exploração, tem se demonstrado ineficaz para a arrecadação financeira aos entes atingidos pela mineração. Segundo o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM, 2020): “A arrecadação no ano de 2019, por exemplo, foi de 4,5 bilhões de reais, num montante de 153, 4 bilhões faturados pelo setor, o que representa menos de 3% do valor total faturado pelo conjunto das mineradoras”. No ano de 2022, a partir dos dados disponibilizados pela Agência Nacional de Mineração (2022) existentes até outubro, a arrecadação de CFEM pelo Rio Grande do Sul, por exemplo, foi de um pouco mais de 27 milhões de reais no ano.

A baixa arrecadação obtida com a CFEM é quase que complementada pela Lei Kandir, outro instrumento legal aplicado no Brasil no contexto de neoliberalização de sua economia no início dos anos 1990. A lei complementar nº 87 de 1996, de autoria de Antônio Kandir, à época ministro do Planejamento do governo de Fernando Henrique Cardoso e mais conhecida

como Lei Kandir tem como seu fundamento isentar de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) produtos primários e industrializados semielaborados e serviços destinados ao exterior. Sua justificativa era tornar as mercadorias brasileiras mais competitivas no mercado exterior incentivando o papel exportador da balança comercial do país.

A Lei Kandir junto ao conjunto de privatizações, como da Vale do Rio Doce e da Votorantim, por exemplo, incentivava o avanço das fronteiras agrícolas do agronegócio, assim como da fronteira de exploração mineral, com o avanço da mineração destinada ao exterior. O resultado foi aprofundamento do papel primário-exportador da economia brasileira e o controle estrangeiro das principais empresas mineradoras. A característica estimulada pela Lei Kandir é a extração e comercialização de minérios em seu estado bruto, com baixo uso de tecnologia e alta degradação ambiental e precarização do trabalho. Assim, por um lado, há o incentivo a exportação de matérias-primas na forma de *commodities*, por outro, o aumento da concentração de terras, das monoculturas para exportação, da presença de transnacionais e das inversões estrangeiras diretas em indústrias extrativas como da mineração. Por último, a desoneração de produtos primários tem um impacto nas receitas de estados e do Distrito Federal, já que o ICMS é um tributo estadual.

No caso do Projeto Mina Guaíba estes dois instrumentos de arrecadação funcionam como incentivo à mineração, sem ao menos dispor contrapartidas mínimas aos seus impactos ambientais e socioeconômicos. A CFEM tem sua alíquota para o carvão mineral na base de apenas 2% e 3% do lucro líquido do produto, tendo este percentual repartido pela União, estados e municípios. Em relação ao ICMS o estado do Rio Grande do Sul e a mineradora Copelmi assinaram protocolo isentando a empresa de seu pagamento por no mínimo 15 anos se o carvão extraído da Mina Guaíba for destinado ao Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul, previsto pela Política Estadual do Carvão Mineral (HANAUER; KUNH; OLIVEIRA, 2019). Já se o carvão extraído for destinado a exportação, novamente será isento de tributação devido a Lei Kandir. Em síntese, a Lei Kandir e a CFEM são exemplos de como ordenamento legal de caráter neoliberal, atua a partir da tributação, como instrumento de incentivo fiscal a indústria extrativista mineral em detrimento dos interesses da população e da preservação ambiental.

2.2.2 PROGRAMA ESTADUAL DE MINERAÇÃO E A POLÍTICA ESTADUAL DO CARVÃO MINERAL

A partir de 2015 foi colocada em prática no Rio Grande do Sul um conjunto de políticas governamentais orientadas ao incentivo à mineração no estado. O governador à época, José Ivo Sartori, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ao assumir em 2015 cria a Secretaria de Minas e Energia e, em seguida, por meio do Decreto nº 52.582, de 1º de outubro de 2015 o Comitê de Planejamento de Mineração do Rio Grande do Sul (Comergs). O Comergs tinha como responsabilidade ser um espaço de atendimento as demandas do setor da indústria mineral com o objetivo de atrair investimento para área. A partir dele é iniciada a elaboração do Plano Estadual de Mineração, com a publicação do primeiro volume do documento de diagnóstico da mineração no estado, *Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro*, no ano de 2018, que buscava elaborar um conjunto de proposições orientadas à setores chaves para o crescimento da mineração no estado.

O objetivo do documento era subsidiar as decisões governamentais para o fortalecimento da indústria extrativista mineral do Rio Grande do Sul aproveitando as variadas reservas minerais que existem no estado. Um dos setores que se destacava na publicação era a mineração de carvão mineral, por suas elevadas reservas, que concentram quase a totalidade do mineral no país, e por seu papel na geração de energia, mas também por suas novas oportunidades econômicas com a transformação do carvão mineral em gás de síntese (syngas)⁵. Segundo o documento:

Visando promover o desenvolvimento socioeconômico a partir do uso deste bem mineral, abundante no estado, o governo do Rio Grande do Sul tem proposto ações para diminuir a dependência externa de insumos estratégicos a partir do uso do carvão sem limitar-se à geração de energia elétrica (SME, 2018, p. 44).

É destacado por inúmeras vezes no documento a importância da Lei nº 5047, de 29 de novembro de 2017, que institui a Política Estadual do Carvão Mineral e a formação do Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul, com dois complexos regionais: o Complexo Carboquímico do Baixo Jacuí e o Complexo Carboquímico da Campanha. O primeiro abrangendo os territórios dos municípios de Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá,

⁵ Gás de síntese (syngas), ou gás natural sintético (GNS) é um gás sintético podendo ser definido como uma mistura gasosa contendo elevadas quantidades de monóxido de carbono e hidrogênio podendo ser gerada a partir da gaseificação do carvão mineral (SME, 2018).

Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo; enquanto, o segundo abrangeria o território dos municípios de Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Pedras Altas.

Em consonância com a publicação de diagnóstico do setor mineral, a Política Estadual do Carvão Mineral tinha como suas justificativas centrais a busca pela superação da dependência do Rio Grande do Sul de insumos estratégicos, como é o caso do petróleo e da importação de gás e o incentivo à transformação química do carvão para produção de energia e gás de síntese, como também de outros produtos químicos. Sua orientação era atrair investimentos para o conjunto da cadeia produtiva de carvão mineral, beneficiamento e indústria carboquímica como parte de uma política que entendia a mineração como espaço para o desenvolvimento sustentável.

Atualmente o Rio Grande do Sul tem 23% da sua produção de energia elétrica dependente do uso de termelétricidade movida a combustível fóssil e biomassa (SPGG, 2022), quase na sua totalidade oriundas de duas termelétricas à carvão em funcionamento no estado, a Usina Termelétrica Candiota III⁶ e Usina Termelétrica Pampa Sul, localizadas no município de Candiota na região da Campanha, no sul do estado, sob o bioma Pampa. Para o governo do Estado à época, com o elevado volume das reservas, o carvão mineral tinha um papel estratégico para o Rio Grande do Sul, “por oferecer segurança energética, por impulsionar economicamente a região carbonífera e da campanha e reduzir a dependência do petróleo” (SME, 2018, p. 44). Entretanto segundo estudo do Instituto de Energia e Meio Ambiente o uso de termelétricas tem-se demonstrado uma forma de geração de energia de pouca eficácia e bastante poluidora. A Usina Termelétrica Candiota III, por exemplo, é a mais ineficiente do país e a maior emissora de gás de efeito estufa do Brasil (IEMA, 2022).

Entretanto, apesar das evidências sobre o uso de combustíveis fósseis ser prejudicial ao meio ambiente, o Plano Estadual de Mineração e a Política Estadual do Carvão Mineral, tinham como objetivo o fortalecimento e incentivo à presença do setor carbonífero, sustentados no discurso ideológico de um uso “mais limpo” do carvão, em referência a construção do Polo Carboquímico e a transformação do carvão mineral extraído para a produção de gás natural sintético, o gás de síntese. A ideia da mineração de carvão como forma de “desenvolvimento sustentável” é, por sinal, é exaustivamente utilizada no conjunto da lei como defesa da política de mineração de carvão, como fica nítido em seus artigos n° 2, 3 e 4 da Lei n° 5047/2017.

⁶ A Usina Termelétrica de Candiota III é ligada a empresa Eletrobras e, portanto, como a empresa de energia, está neste momento em processo de privatização.

Art. 2º A Política de que trata esta Lei tem por princípio o desenvolvimento econômico-sustentável e terá por finalidade:

I - a preservação do interesse estadual;

II - a cooperação público-privada;

III - a promoção da livre concorrência;

IV - o desenvolvimento socioeconômico.

Art. 3º A instituição da Política Estadual do Carvão Mineral tem por objetivo a redução da dependência externa de insumos e a promoção do desenvolvimento econômico sustentável inclusive a partir do carvão mineral do Estado.

Art. 4º Os objetivos da instituição do Polo Carboquímico compreendem a instalação de complexos industriais para a exploração extrativa do carvão mineral e a transformação deste recurso, visando à produção de energia e/ou gás de síntese, gerando produtos químicos como amônia, nafta, ureia, metanol, gás natural sintético, além de englobar o uso ou disposição final econômica e ambientalmente apropriada dos subprodutos e resíduos destes processos. (RIO GRANDE DO SUL, Lei nº 5047/2017)

Tanto a ideia de uso sustentável do carvão mineral como a sua utilização para produção de gás de síntese, também são utilizadas pela mineradora Copelmi Mineração para o projeto Mina Guaíba em seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). A semelhança do discurso empresarial e governamental em seus documentos em períodos de tempo semelhantes, mostram a relação casada entre a ação estatal e empresarial para o projeto de expansão da mineração e, assim, para espoliação territorial.

Mesmo após a mudança do governo com a eleição de Eduardo Leite do PSDB as medidas de incentivo a mineração continuavam na agenda pública do Rio Grande do Sul. Primeiro durante todo governo manteve em vigor o Protocolo de Intenções assinado entre o Governo do Estado e Copelmi. Segundo ao extinguir a Secretaria de Minas e Energia levou-a para o interior da Secretária de Meio Ambiente e Infraestrutura (SEMA), escalando para pasta Arthur Lemos, antigo Secretária de Minas e Energia do governo de José Ivo Sartori. Arthur Lemos depois sairia da SEMA para se tornar secretário-chefe da Casa Civil. As continuidades na estratégia dois governos à frente do Estado do Rio Grande do Sul só entram em contradição com declaração de Eduardo Leite contrário à Mina Guaíba. Ela se dá quando já havia sido suspenso o licenciamento ambiental pela Justiça Federal, em um ambiente político nacional pré-eleitoral e após declaração na Assembleia Geral da ONU do presidente da China, Xi Jipiang, de que não investiria mais na construção de usinas à carvão, o que restringe as possibilidades de investidores estrangeiros para o projeto de Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2021; CCMRS, 2021; FACHIN, 2021, GONZATTO, 2021)

Com a reeleição de Eduardo Leite para governador manteve-se o Departamento de Mineração no interior da SEMA – que desde março de 2022 tem como secretária, Marjorie Kauffmann, antes diretora-presidenta da Fepam – e através do Decreto nº 56.865, de 23 de Janeiro de 2023 é modificado o nome do Comergs para Comitê do Patrimônio Mineral do Estado do Rio Grande do Sul, também alterando o inciso VII do artigo 2º, agora com redação de “contribuir com a política de transição energética justa do Estado do Rio Grande do Sul e com as diretrizes sobre mudanças climáticas que visam mitigar emissões de gases na atmosfera” (RIO GRANDE DO SUL, Decreto nº 56.865/2023). Apesar da declaração contrária à Mina Guaíba e a orientação de buscar viabilizar o Rio Grande do Sul como vanguarda da transição energética, não há uma ruptura com a mineração como fica evidente no lançamento pela Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura ainda em 2022 do segundo volume do documento de diagnóstico da mineração no estado, *Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro*.

A atual postura do governo do Estado se assemelha ao que Maristella Svampa (2011) denomina como *eco-eficientismo*. Corrente do ecologismo que predomina entre alguns governantes de países imperialistas e ONG’s e que se orienta pela eficiência no uso dos recursos naturais, baseado no princípio do “desenvolvimento sustentável” e superação dos problemas ecológicos através do uso de tecnologia. Pressionada pela mobilização socioambiental e compreendendo os limites da conjuntura para uso de energias altamente poluentes, esta corrente “actúa con pragmatismo o se funde con los intereses económicos en juego” (SVAMPA, 2011, p. 189), mantendo em seu horizonte o incentivo à presença de agentes privados para exploração dos recursos naturais através dos investimentos em energias renováveis.

As transformações na legislação, com a Política Estadual do Carvão Mineral, os volumes documento de diagnóstico *Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro* e as pretensas justificativas ideológicas, como do uso carvão para o desenvolvimento sustentável, são alguns elementos da relação aliançada entre Estado e mineradoras para construir um ambiente econômico e social que possibilite o avanço da mineração, como de outros projetos extrativistas e de exploração dos recursos naturais. São por um lado os instrumentos legais e tributários que beneficiam a atuação empresarial, e por outro, a construção de imaginários sociais, alicerçadas na ideia/força desenvolvimento (QUINTERO, 2015) de um uso “sustentável” do carvão. E é neste contexto de políticas, de legislação e justificativas que se tentou construir o Projeto Mina Guaíba nos municípios de

Charqueadas e Eldorado do Sul, duas cidades que fazem parte do Polo Carboquímico Jacuí, proposto pela Política Estadual do Carvão Mineral e interrompido após intensa luta social.

2.3 O PROJETO CARBONÍFERO MINA GUAÍBA

O Projeto Mina Guaíba, projeto de mina para extração de carvão mineral e cascalho, da empresa Copelmi Mineração exemplifica o horizonte do Estado do Rio Grande do Sul numa política de incentivo a mineração de carvão. Instituído pela Política Estadual do Carvão Mineral, o Polo Carboquímico do Jacuí teria como sua principal subsidiária o carvão extraído da Mina Guaíba.

Observar a sua constituição, seu desenho, e seu percurso é nosso objetivo nesta segunda parte do capítulo. Queremos desta maneira apresentar em termos empíricos como se apresenta da acumulação via espoliação, seja a partir de seu desenho, que apresenta as formas da espoliação territorial e seu percurso em consonância com as transformações da legislação e das construções de imaginário e justificativas ideológicas do Estado para o Projeto Mina Guaíba.

2.3.1 A EMPRESA MINERADORA COPELMI MINERAÇÃO LTDA

A empresa mineradora de carvão Copelmi Mineração LTDA se confunde com a história do extrativismo mineral do Rio Grande do Sul. Seu início remonta a 1883 com a fundação da Companhia de Minas de Carvão de Arroio dos Ratos – CMCAR, e em 1889 com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – CEFMSJ. Um processo de formação e incorporação de empresas que culmina em 1948 com a constituição da Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI que incorpora até 1965 as CMCAR, CEFMSJ e a Companhia Carbonífera Minas de Butiá – CCMB. Em 2019 é criada a Copelmi Energia, com foco no desenvolvimento de projetos em geração de energia.

A Copelmi é a maior mineradora privada de carvão do país detendo 14% das reservas deste recurso natural, o que se estima, em por volta de 4,4 bilhões de toneladas (SOUTO, 2019) e é responsável por 80% do mercado industrial e 18% do total do mercado interno de

carvão mineral (COPELMI, 2022). Seus dois sócios administradores, Carlos Weinschenck de Faria e César Weinschenck de Faria, são também, respectivamente, vice-presidente de Desenvolvimento Setorial e membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Carvão Mineral – ABCM, ocupando a empresa um papel de relevância para o setor de carvão mineral brasileiro.

A estratégia de desenvolvimento da Copelmi tem-se orientado ao atendimento na geração de energia elétrica em usinas termelétricas à base de carvão. Segundo consta em seu endereço eletrônico: “A Copelmi procura pautar seu crescimento dentro desta estratégia, ampliando, através de pesquisa suas reservas de carvão e buscando parcerias no desenvolvimento de usinas termelétricas a carvão no Estado do Rio Grande do Sul e no Brasil” (COPELMI, 2022). É, por exemplo, sua empresa subsidiária, Seival Sul Mineração – SSM a fornecedora de carvão para Usina Termelétrica Pampa Sul, no município de Candiota.

A partir dos anos 2010 a Copelmi começou a desenvolver projetos direcionados a produção de gás a partir do carvão mineral e na área de produção de energia. Em 2014 inicia o desenvolvimento de projeto de gaseificação de carvão na Mina do Baixo Jacuí e em 2018 estabelece parceria com a empresa estadunidense Air Products que participa do mercado de produção de energia a partir de gás. Este processo culmina em 2019 com a formação da Copelmi Energia, com foco na geração de energia. É junto da empresa estadunidense que a Copelmi elabora o seu maior projeto, a Mina Guaíba, às margens do Rio Jacuí, na região metropolitana de Porto Alegre.

2.3.2 O PROJETO MINA GUAÍBA

A Copelmi Mineração tem um histórico antigo na região do Baixo Jacuí. São seis minas de carvão da mineradora na região, conhecida historicamente pela presença da indústria do carvão. A Política Estadual do Carvão Mineral apresentada no ano de 2017 era ponto inicial da tentativa de iniciar um Complexo Carboquímico na região do Jacuí, incentivando não apenas a mineração de carvão mineral, mas o conjunto da sua indústria, como o desenvolvimento de projetos de gaseificação a partir desta matéria-prima. O Projeto Mina Guaíba da empresa Copelmi cumpriria o passo fundamental, como piloto, para aplicação da política governamental do Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul, mostrando a simbiose

entre o interesse da empresa empreendedora e do Estado como instrumento que possibilita a realização dos interesses empresariais.

A Mina Guaíba propunha a construção da maior mina de carvão à céu aberto da América Latina, em uma área de 4.373, 37 hectares, nos municípios de Charqueadas e Eldorado Sul, próximo do Rio Jacuí, como mostra a figura 2. As duas cidades são abarcadas pelo projeto de Complexo Carboquímico do Jacuí e fazem parte da região metropolitana de Porto Alegre. O projeto previa a mineração de carvão mineral, e como subprodutos areia e cascalho, destinando-os para geração de energia termelétrica e produção de gás de síntese, enquanto que a areia e cascalho para construção civil. Ao todo a previsão apresentada era da extração de 166 milhões toneladas de carvão durante a vida útil da mina prevista para um período de 23 anos (EIA/RIMA, 2018).

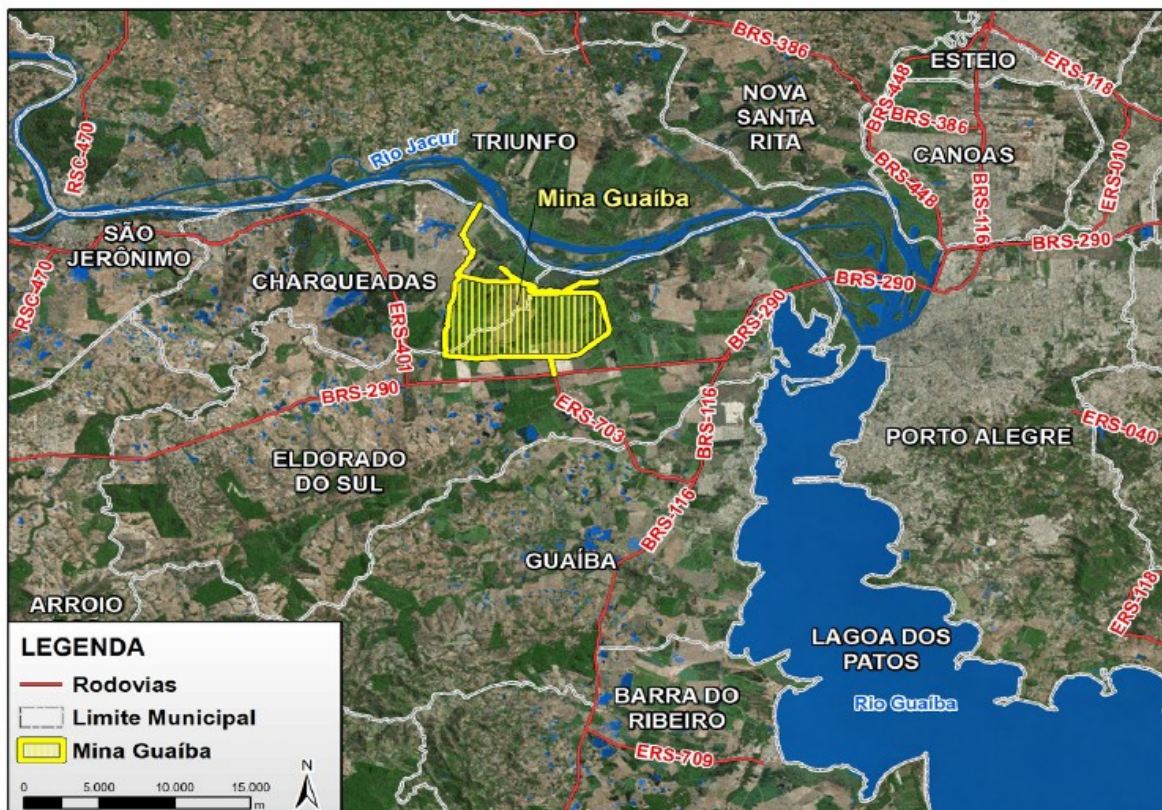


Figura 2: Localização da Mina Guaíba entre Charqueadas e Eldorado do Sul

Fonte: RIMA, 2018, p. 12

O processo de licenciamento ambiental da Mina Guaíba teve início no ano de 2014 com abertura de Processo Administrativo de Licenciamento e apresentação à Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM) de Termo de Referência para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tendo sido negado este primeiro Termo. Em 2016 é protocolado o EIA/RIMA a Fepam que deu

prosseguimento a um novo Termo de Referência para consolidação do Estudo de Impacto Ambiental. Por fim, em 2018 é apresentado um EIA/RIMA consolidado em 6 volumes, elaborado pelas empresas de serviços multidisciplinares em meio ambiente ABG Engenharia e Consultoria Ambiental Ltda. e Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda., atendendo, segundo a empresa, as demandas do Termo de Referência (EIA/RIMA, 2018).

O EIA/RIMA apresenta três escopos espaciais de definição do impacto do projeto, de acordo com a legislação ambiental vigente: Área Diretamente Afetada (ADA), Área de Influência Direta (AID) e Área de Influência Indireta (AII) (EIA/RIMA, 2018). A partir da análise do EIA/RIMA, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) elaboraram parecer técnico em que observam a definição do raio de impacto da Área Diretamente Afetada (ADA) o perímetro de 10 quilômetros, a Área de Impacto Direto (AID) de 15 quilômetros e de 20 quilômetros de Área de Impacto Indireto (AII) com horizonte de impactos socioeconômicos e ecológicos sob o meio físico e biótico do conjunto da região. (COELHO; FERNANDES; PUEBLA; SANTOS DE MOURA; OKIDO; SOARES DE LIMA; HEIDRICH; DIAS DE FREITAS, 2019).

A ADA e a AID, por exemplo localizam-se nas microbacias hidrográficas dos arroios Pesqueiro e do Jacaré, até as margens do Rio Jacuí (FERREIRA, 2022). Já a AII afetaria a bacia hidrográfica do Rio Jacuí, a totalidade dos municípios de Eldorado do Sul, Charqueadas, Arroio dos Ratos, São Jerônimo, Barão do Triunfo e Triunfo, como mostra a Figura 3. No perímetro da ADA e da AID estão duas comunidades indígenas, a Tekóa Guajayvi e Tekóa Pekurutu – omitidas no EIA/RIMA do empreendimento, e as comunidades de Guaíba City e o Assentamento Apolônio de Carvalho, que tem a maior produção de arroz orgânico da América Latina.

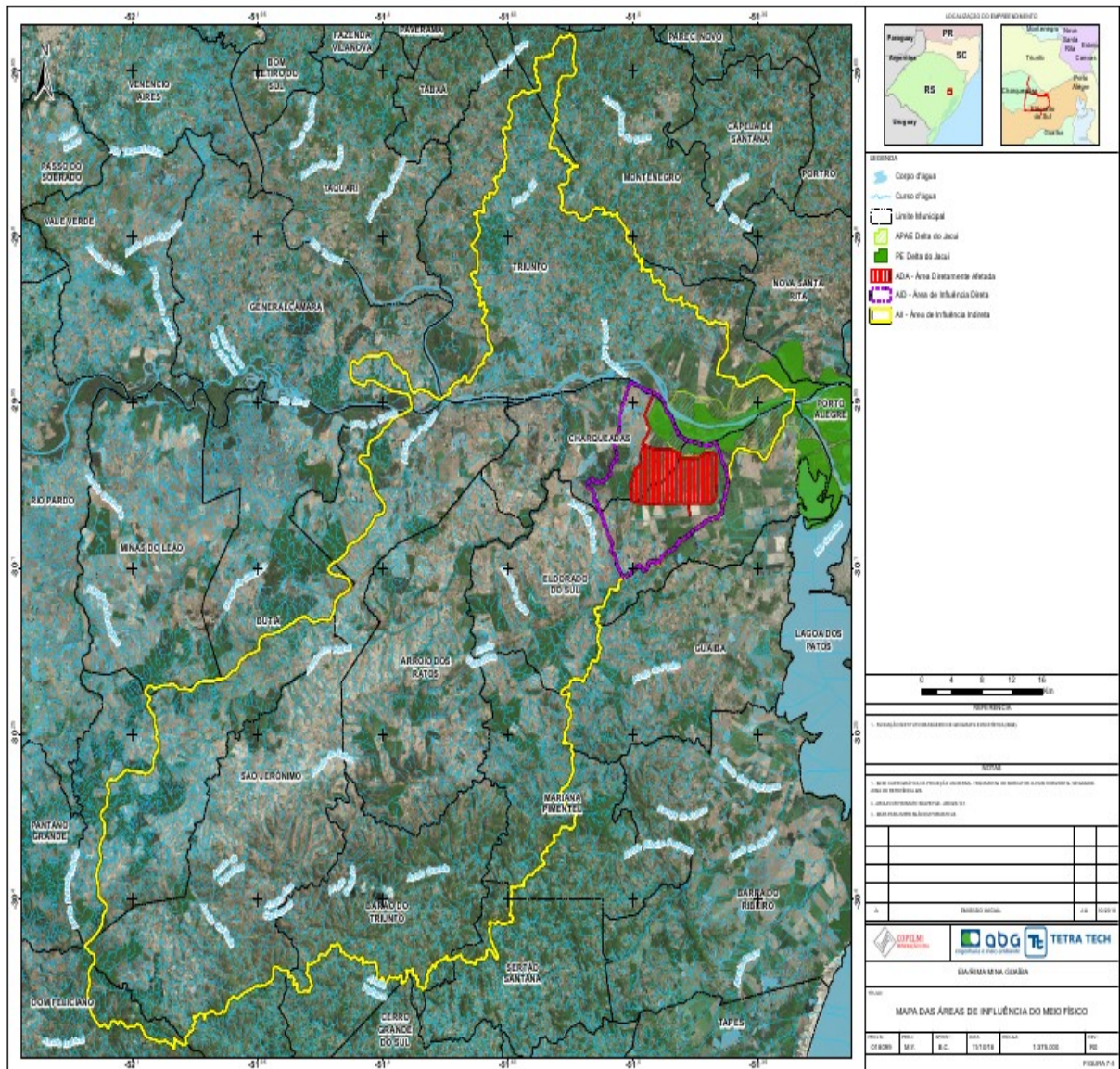


Figura 3: Mapa com os limites sob o meio físico da ADA em vermelho, AID em roxo e AII em amarelo
 Fonte: EIA volume II, 2018, p.10

A Mina Guaíba ao prever a formação de um Complexo Carboquímico tinha, segundo o BNDES a perspectiva de investimentos superiores a 5 bilhões de reais e tinha objetivo de comercialização do gás natural sintético, o gás de síntese, produzido a partir de carvão extraído, para a distribuidora local de gás natural, a empresa SulGás (MONTORO; BIRD; LEITE; GUIDOLIN; VALE, 2018). O projeto também tinha como investidores estrangeiros a empresa estadunidense da área de gás e produtos químicos para indústria, Air Products e a chinesa de energia Zhejiang Energy Group. Consistia, portanto, em um grande projeto, com altos investimentos e de grande impacto sobre o território, ancorado em uma perspectiva estatal de incentivo a mineração de carvão no Rio Grande do Sul.

As elevadas reservas de carvão do Rio Grande do Sul, a dependência energética do estado e a ideia de uso sustentável e “limpo” do carvão, são as justificativas fundamentais utilizadas pela empresa Copelmi em seu EIA/RIMA, em consonância com o que já havia sido expresso no diagnóstico da mineração para o Plano Estadual de Mineração e na Política Estadual do Carvão Mineral:

Sendo assim, a utilização do carvão da Mina Guaíba, no curto e médio prazo, será uma forte oportunidade para atender a demanda reprimida de gás natural para o consumo industrial; e criar condições para o surgimento de um novo mercado consumidor do gás sintético obtido por meio do processo de gaseificação do carvão mineral extraído da Mina Guaíba.

A Mina Guaíba terá impactos positivos na economia local, tanto para geração de empregos diretos e indiretos, bem como para a fixação de polo industrial carboquímico do Rio Grande do Sul. Esta perspectiva é importante para alavancar o desenvolvimento econômico e industrial do Estado. Será gerada ainda uma grande economia fiscal devido à redução da importação de energia e combustíveis advindos da região sudeste do país (EIA/RIMA, 2018, p. 14)

O que não é apresentado pela Copelmi é, por exemplo, que seu projeto além de impactos negativos relacionados ao meio físico e biótico, também significaria, segundo as estimativas na perda de sete mil e quinhentos empregos indiretos, relacionados a economia tradicional da região (FERREIRA, 2022); removeria comunidades indígenas e produtores rurais de seus territórios; e teria isenção de tributação, sem contar os impactos com sua operação sobre a saúde da população da região metropolitana de Porto Alegre, o rebaixamento do lençol freático e alteração do Delta do Rio Jacuí, poluição dos solos e, possivelmente das águas, bem como a supressão da diversidade da fauna e flora da região, localizada entre os biomas Pampa e Mata Atlântica, os mais impactos pela destruição ambiental recente no país (PRATES; RAGUSE; ALT; FLEURY, 2019). Isto significou que o processo de licenciamento do projeto tenha sido apenas o início de um conflito socioambiental que teve como aspecto fundamental a refutação das teses ideológicas sustentadas pela mineradora Copelmi e pelas próprias políticas governamentais em desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Reunidos no Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (CCMRS) movimentos sociais, pesquisadores e comunidades desenvolveram uma importante resistência ao projeto carbonífero Mina Guaíba, tornando-se fundamentais para não realização do projeto. O documento *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba*, elaborado pelo CCMRS e lançado no ano de 2019 foi instrumento central de contraposição a Mina Guaíba apresentando um acurado estudo técnico sobre o projeto e demonstrando a inconsistência do EIA/RIMA apresentado pela Copelmi Mineração.

CAPÍTULO 3:

MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNIDADES CONTRA MINERAÇÃO: O COMBATE AO PROJETO MINA GUAÍBA

É a mesma coisa que você faz uma cirurgia no corpo: o médico vai estar tirando um pedaço de carne de dentro do seu corpo, e vai querer fechar de novo, costurar e tudo mais, só que tu não vai ficar a mesma coisa, a mesma pessoa. A mesma coisa é a terra, tu vai estar tirando embaixo da terra muitas coisas que segura ali a vida dessa terra, e vai estar querendo botar outra coisa no meio onde que foi feito esse buraco, só que não vai ficar a mesma coisa... Por cima vai estar. Como ele [Cristiano Weber na audiência pública de Eldorado do Sul] mostrou no projeto, parecia lindo, só que daí não tem a vida da terra, não tem mais. Tu vai plantar alguma coisa, e vai morrer ali porque não tem mais vida da terra. Então vai estar faltando a carne da terra, então não vai recuperar mais, mesmo que ele vai tentar, mas não vai recuperar mais. Por esse lado, como eu falei, já foi destruída nossa terra, como que vai estar querendo destruir mais ainda o que sobrou? Tem que tá cuidando desse que sobrou. Não vai ter, a empresa pode pagar milhões pra nós, mas assim a gente não fica com isso contentes assim, não porque não vai voltar a mesma coisa...

Cláudio Acosta, liderança Mbyá Guarani da Tekóa Guajayvi, em 14 de set. 2019

3.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA REGIÃO DO RIO JACUÍ

O Projeto Mina Guaíba proposto para a região do Baixo do Rio Jacuí está inserido no contexto de crescimento de projetos minerários e da indústria extrativista de carvão no Rio Grande do Sul nos últimos anos, com avanço da matriz econômica primário-exportadora e de novos debates sobre dependência energética do estado. Entretanto a região do Jacuí, assim como a da Campanha tem um histórico de presença da indústria carbonífera sobre seus territórios, como é o caso particular de municípios como Candiota, na região da Campanha e de Charqueadas, na região do Jacuí.

Estas duas regiões pela sua relação histórica com a indústria extrativista do carvão mineral e por concentrarem sob seus solos as maiores reservas de carvão do Rio Grande do Sul e do Brasil – como mostra a figura 4, são apresentadas pela Lei 15047 de 29 de novembro de 2017, que instituí a Política Estadual do Carvão Mineral, como espaços territoriais para a construção do Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul, também instituído por esta lei. A formação do Polo Carboquímico, com o Complexo Carboquímico do Jacuí e o Complexo

Carboquímico da Campanha, se orienta pela aposta da utilização do carvão mineral para o desenvolvimento da indústria química relacionada ao carvão, uma indústria de elevada agregação de valor e acentuada participação estrangeira, em distinção à continuidade do extrativismo carbonífero presente há mais de um século na região. Este é ponto fundamental do argumento construído pelo Estado em sua normativa legal e pela empresa Copelmi Mineração em seu EIA/RIMA direcionado à implementação da Mina Guaíba.

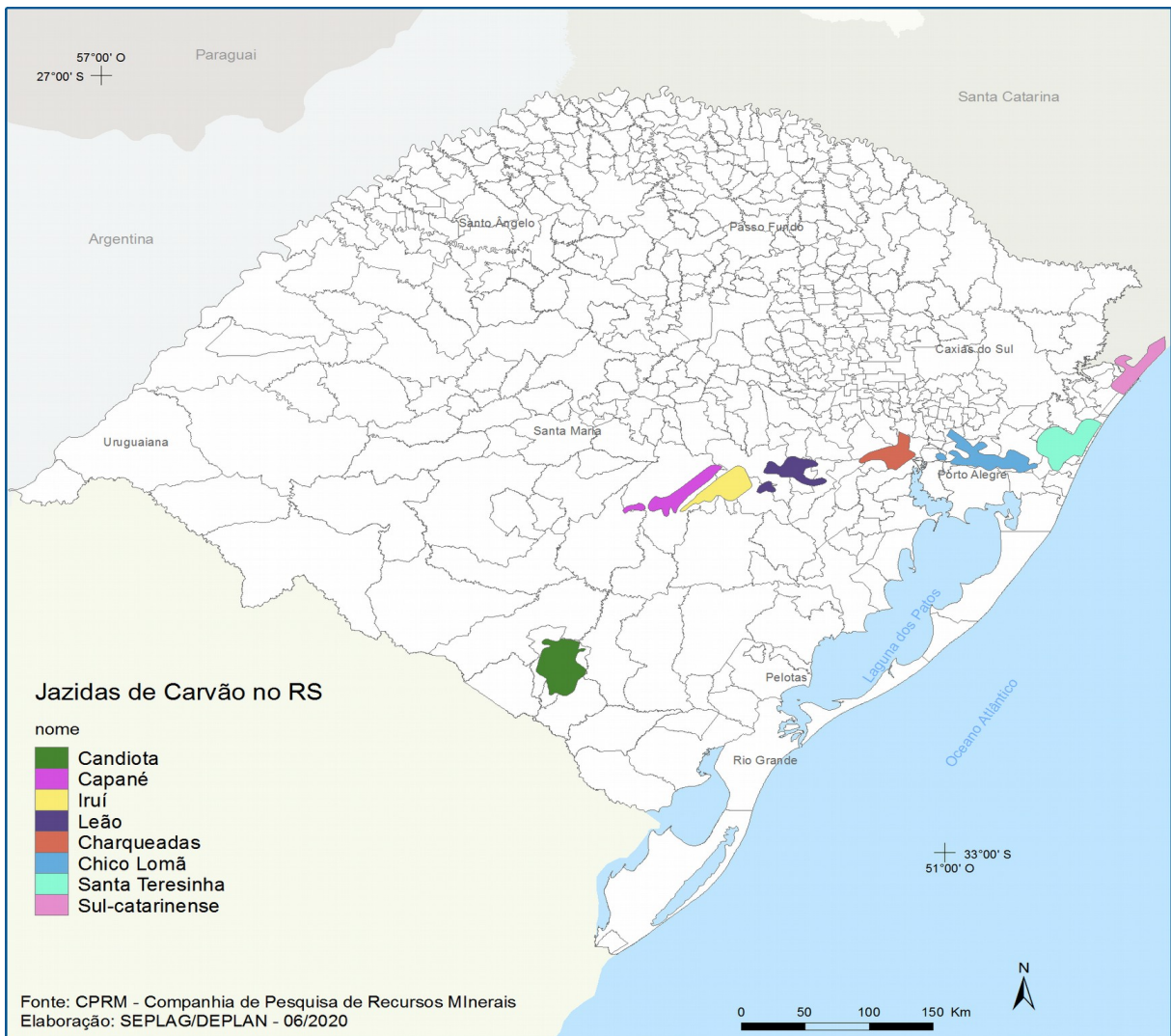


Figura 4: Jazidas de Carvão no Rio Grande do Sul

Fonte: Atlas Socioeconômico, 2022

Por ser um dos territórios nacionais que concentram as reservas de carvão mineral do país, a história da região do Jacuí está intimamente relacionada com a indústria carbonífera. Em 1889 com a formação da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – CEFMSJ, em Arroio os Ratos, município da região do Baixo Jacuí inicia-se a indústria extrativista de carvão no estado. Em 1924, esta mesma Companhia foi responsável pela construção da primeira usina para geração de energia elétrica do Brasil, a Usina Termoelétrica

de Arroio dos Ratos, que esteve em funcionamento até o ano de 1956. A extração de carvão da região foi fundamental no fornecimento do minério para locomotivas, indústrias e para outras usinas, como a antiga Usina do Gasômetro, que funcionou entre os anos de 1928 e 1974 na cidade de Porto Alegre e que hoje é um centro cultural e ponto turístico da capital. A relação construída a partir da economia carbonífera foi parte fundamental para construção da identidade da região e do próprio território entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX (WITKOWSKI; MORIGINI, 2019).

O impacto da indústria extrativa de carvão para região do Baixo Jacuí foi a formação de uma classe trabalhadora mineira que se estabeleceu na região e constituiu a mineração como elemento central da economia da localidade na primeira metade do século XX. Após este período, a extração da matéria-prima teve uma gradual diminuição, com o surgimento de novas fontes de energia para o país, como o desenvolvimento da indústria do petróleo e gás, e da hidroeletricidade. Analisar a formação histórico-estrutural da região do Jacuí na sua configuração econômica, ecológica e grupos sociais que o ocupam, busca aproximar a construção histórica da região, inclusive em seus aspectos de identidade social, associados aos ciclos de expansão capitalista e suas exigências econômicas (QUINTERO, 2015b; 2017).

Portanto se conclui que a região do Jacuí se construiu partir do desenvolvimento de uma economia capitalista baseada na extração de matérias-primas, que corresponde as dinâmicas de expansão capitalista e de acumulação originária de capital, com a ocupação e privatização de extensas áreas territoriais, exploração de recursos naturais por agentes privados e exploração do trabalho mineiro. As características da colonialidade da natureza também se apresentam pela normalização da exploração e colonização da natureza, como componentes da identidade da região, construída a partir da relação com o carvão. Hoje, por exemplo, a antiga Usina Termoelétrica de Arroio dos Ratos é a sede do Museu Estadual do Carvão (WITKOWSKI; MORIGINI, 2019).

A região carbonífera do Baixo do Jacuí é formada por nove municípios: Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo, como mostra a figura 5. Estes mesmos municípios estão compreendidos na proposta do Complexo Carboquímico do Jacuí, instituído pela Política Estadual do Carvão Mineral. A região do Baixo do Jacuí teve sua formação histórico-estrutural atravessada pelo extrativismo mineiro e pela indústria carbonífera configurando um território condicionado por uma dependência estrutural (QUIJANO, 1977) da extração e venda de matérias-primas e exploração dos recursos naturais.



Figura 5: Mapa da Região Carbonífera do Baixo Jacuí

Fonte: Diretório Estadual do Movimento Democrático Brasileiro (MDB/RS)

Entretanto a região do Baixo Jacuí, conhecida como região carbonífera do estado, é também espaço territorial de diversidade ambiental. Esta região próxima ao Rio Jacuí se caracteriza pela intersecção dos biomas Pampa e Mata Atlântica, que dividem o Rio Grande do Sul e que tem sido afetados pela acelerada devastação ecológica das últimas décadas. O EIA/RIMA do projeto Mina Guaíba, por exemplo, omite as informações dos impactos significativos da construção da Mina sobre áreas de remanescentes de Mata Atlântica, o que foi criticado por pesquisadores reunidos no Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul (PRATES; RAGUSE; ALT; FLEURY, 2019).

O Parque Estadual do Delta do Jacuí criado a partir do Decreto Estadual n. 24.385/1976 é uma Unidade de Conservação do Rio Grande do Sul que concentra uma área núcleo do bioma Mata Atlântica e que tem por objetivo a preservação ambiental próxima ao Rio Jacuí, prevendo somente atividades de baixo impacto em sua área de amortecimento. Localizado na extensão das cidades de Porto Alegre, Canoas, Nova Santa Rita, Charqueadas, Eldorado do Sul e Triunfo, o Parque compartilha 62% de seu território com a Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta Jacuí criada a partir da Lei Estadual nº 12.371, de 11 de novembro de 2005. A construção da Mina Guaíba teria impacto significativo sobre as áreas do

Parque Estadual e da APA do Delta Jacuí, conforme apresenta o biólogo e professor do Departamento de Botânica da UFRGS, Paulo Brack (2019, p. 66).

Conforme o EIA-RIMA do projeto, na Área Diretamente Afetada (ADA) é onde ocorreriam os maiores impactos diretos da implantação e operação do empreendimento (área da lavra, bota-foras de estéreis e rejeitos, área industrial, etc. – Figura 1.2, Volume I), sendo que a Área de Influência Direta (AID) é a que sofreria diretamente os efeitos das alterações decorrentes das atividades desenvolvidas na ADA. A área diretamente afetada (ADA) é prevista no setor norte do empreendimento atingindo área de Amortecimento do Parque Estadual Delta do Jacuí (PEDJ) e Área de Influência Direta (AID) do empreendimento na APA do Delta do Jacuí, de maneira que os impactos previstos, de grande monta e irreversíveis, afetariam diretamente estas unidades de conservação e indiretamente a fauna e a flora que habitam a região.

Além dos impactos sobre a ecologia da região e sobre áreas de proteção ambiental, a Mina Guaíba impactaria negativamente na economia local. Há cerca de 5 quilômetros do Parque Estadual Delta do Jacuí, por exemplo, há uma importante produção agroecológica de arroz e hortaliças no assentamento agroecológico Apolônio de Carvalho que seria impactado pela expulsão de suas famílias e o fim do cultivo na região. O processo atual de novos empreendimentos de mineração de carvão na região do Baixo Jacuí, com destaque para a Mina Guaíba não significam a simples reprodução da indústria carbonífera do passado que existiu e constitui a região. É também uma nova demonstração das dinâmicas de (re)expansão capitalista com o intuito de aprofundar a inserção da economia da região a um papel de subordinação à economia extrativista de carvão e construção do Rio Grande do Sul como espaço minerador. Sua característica fundamental é a expropriação, privatização e espoliação do território a partir da expulsão de populações e comunidades locais. O projeto Mina Guaíba é o exemplo prático desta nova proposta apresentando nitidamente as dinâmicas da acumulação via espoliação em sua concepção e trajeto de implementação, interrompido após diversificada luta social para o seu impedimento.

Na área de construção da Mina Guaíba, havia além da fauna e flora características do bioma Pampa e remanescentes do bioma Mata Atlântica, populações dedicadas a economias tradicionais distintas à da indústria carbonífera. A Mina Guaíba com sua construção impactaria diretamente sobre os territórios e economias domésticas de populações pesqueiras do Rio Jacuí, na agricultura familiar e na produção para subsistência de alimentos de comunidades indígenas Mbyá Guarani. O projeto previa a remoção de mais de 50 famílias do Loteamento Guaíba City, no município de Charqueadas, limítrofe de Eldorado Sul e bastante próximo ao Delta Jacuí e de 72 famílias produtores rurais do Assentamento Agroecológico

Apolônio de Carvalho, em Eldorado do Sul. Por fim, o empreendimento teria impacto direto na remoção das aldeias Mbyá Guarani, Tekoá Guajaivy, em Charqueadas e Tekoá Pekuruty⁷, às margens da rodovia BR-290, no km 133, no município de Eldorado do Sul. As duas não foram nem ao menos citadas no EIA/RIMA apresentado pela Copelmi para o licenciamento ambiental como territórios ocupados por populações indígenas, mostrando a negligência do empreendimento com as comunidades e ferindo à legislação nacional e os acordos internacionais referentes a empreendimentos em territórios indígenas.

3.2 POPULAÇÕES INDÍGENAS E TRABALHADORES RURAIS: UMA NOVA IDENTIDADE SOCIAL NA REGIÃO DO JACUÍ NO COMBATE À MINA GUAÍBA

Ocupado há mais de uma década por comunidades Mbyá Guarani e trabalhadores rurais assentados a territorialidade do Delta do Jacuí tem demonstrado uma grande diversidade socioeconômica e cultural, distinta das limitações da definição do território como Região Carbonífera do Rio Grande do Sul. A produção de arroz orgânico, hortaliças e outras alimentos e animais, assim como a produção para consumo próprio, está em consonância com a ecologia do território, demonstrando que a mineração de carvão, que por muito tempo caracterizou o local, está em contradição e em conflito com a atual formação social existente na região e com identidade social das comunidades que por lá residem e constroem seu modo de vida.

Estas comunidades em conjunto com movimentos sociais ambientalistas, entidades políticas e sindicais e pesquisadores se reuniram no Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul para se organizar contra o Projeto Mina Guaíba. Esta reunião diversa mostrou-se eficaz em disputar a opinião pública e contrapor-se a mina, resultando, por fim, no arquivamento do processo de licenciamento pela Fepam em março de 2022.

⁷ Segundo Prates e Pereira (2012, p.28): “Em termos nativos, os significados para o termo teko’a ultrapassam a compreensão de espaço físico. Em contexto de regularização fundiária é utilizado para referenciar espaços ocupados, manejados e importantes desde o ponto de vista cosmológico e, por esse motivo, muitas vezes é traduzido pelos Mbyá, a fim de serem compreendidos pelas instâncias governamentais, como ‘aldeia’”.

3.2.1 A POPULAÇÃO MBYÁ GUARANI FRENTE AO PROJETO MINA GUAÍBA: AS ALDEIAS TEKOÁ GUAJAYVI E TEKOÁ PEKURUTY

A população Guarani é um dos mais numerosos grupos étnicos da América Latina, com uma população estimada em mais de 100 mil pessoas, ocupando o espaço territorial do Paraguai, parte do Noroeste da Argentina, Sudeste da Bolívia e Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiro. O subgrupo étnico mais numeroso entre a etnia guarani são os Mbyá, que habitam em sua maioria o Sul e Sudeste do Brasil, a província de Misiones na Argentina e o Leste e Sudeste do Paraguai (QUINTERO, 2021). No Rio Grande do Sul, os Mbyá Guarani somam cerca de três mil pessoas, com aldeias em sua maioria nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre e Litoral (PEREIRA; PRATES, 2012).

Linguisticamente, os Mbyá Guarani pertencem ao tronco Tupi Guarani e tem como um dos principais fundamentos de seu universo cultural o papel ocupado pela religiosidade como núcleo organizador da sua cosmologia e organização social (SCHADEN, 1962 apud QUINTERO, 2021). Outras práticas características que estão presente entre os Mbyá Guarani são sua mobilidade e migrações entre as unidades domésticas, onde constituem laços de parentesco, pertencimento social, territorialidade e organizativas comuns (QUINTERO, 2021, p. 222). Entretanto a prática de deslocamento exercidas pelos Mbyá, que é parte de sua construção territorial, também é afetada pelo contato interétnico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964) e por sua inserção social em uma situação colonial (BALANDIER, 1993). O mais significativo destes processos para as populações guaranis foram as reduções missioneiras.

El siglo XVII inaugura la presencia y colonización jesuítica sobre territorios guaraníes, sobre la fundación de más de 30 ciudades basadas en reducciones misionales y, con ellas, la organización de un proceso de evangelización sin precedentes en Sudamérica, que tendrá como resultado la reconfiguración de las fronteras étnicas y de la propia etnicidad guaraní bajo la dominación y explotación de los indígenas. Este proceso histórico que afectó radicalmente a las poblaciones guaraníes hace difícil sostener cualquier tipo de imagen y/o relato que recree la existencia las comunidades guaraníes como formas de vida totalmente autónomas o independientes. La cuestión de cómo influyeron la evangelización y la colonización general en las prácticas cotidianas y sistemas de pensamiento de las poblaciones guaraníes, y que habrían sido incorporados por la población indígena, han sido dos de los temas más importantes de la antropología guaraní (QUINTERO, 2021, p. 218).

A noção de territorialização elaborada por João Pacheco de Oliveira (1998) cumprindo função heurística semelhante a de situação colonial busca exprimir este processo, ao mesmo tempo, de contato colonial e de agencia indígena diante das condições impostas pelo

colonialismo, “instaurando uma nova relação da sociedade com o território deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural” (OLIVEIRA, 1998, p. 54). O exemplo das missões jesuíticas é elucidativo, em seu papel para as práticas e processos de subjetivação entre os guaranis.

Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1998, p. 55).

E mais adiante

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “*reducciones*” e “*resguardos*”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). E aí volto a reencontrar Barth, mas sem restringir-me à dimensão identitária, vendo a distinção e a individualização como vetores de organização social. As afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

A relação construída pelos Mbyá Guarani com seus territórios e suas práticas de deslocamento e migrações não são produtos puramente autônomos, como poderia sugerir leituras essencialistas e/ou indigenistas (RAMOS, 1995). Antes, são parte do contato entre Mbyá e formas distintas de presença colonial, manifestadas nas missões jesuíticas, como também, nos processos de expansão capitalista, com seus projetos de desenvolvimento e avanços das fronteiras agrícolas e minerais. Em termos históricos e antropológicos, a relação construída entre os Mbyá e seus territórios no Rio Grande do Sul, são fruto desta conjugação entre os processos de expansão capitalista e seus processos de territorialização.

A noção de território para a população Mbyá não é determinada em seus limites geográficos, mas, sobretudo, pelas relações desenvolvidas entre aldeias e seus deslocamentos. Segundo Maria Inês Ladeira (2015, p. 103-104) “é a mobilidade que permite a apreensão do espaço físico e do espaço social e é a base também dos intercâmbios: sementes, plantas,

matérias-primas, rituais, mutirões, etc.”, entre os Mbyá Guarani. Ao mesmo tempo, em que o fato dos Mbyá não ocuparem “seu território de forma contígua, nem exclusiva, deve-se à expansão das sociedades nacionais” (LADEIRA, 2015, p. 100).

A presença dos Mbyá Guarani na região hidrográfica do Guaíba e do Jacuí corresponde a um processo histórico de longo prazo. Há pelo menos dois mil anos grupos guaranis oriundos da Amazônia teriam chegado à região da bacia platina através de seus afluentes Paraguai, Paraná, Uruguai, adentrando na região do rio Jacuí (PEREIRA; PRATES, 2012). Ocupando as proximidades de rios e sob a cobertura vegetal da Mata Atlântica, os Mbyá Guarani se estabeleceram e se deslocaram pela extensa faixa territorial próxima da área litorânea do Rio Grande do Sul.

A população Guarani tem resistido e mantido sua presença em todo o Rio Grande do Sul apesar da colonização, das Missões, guerras e serviço militar (PEREIRA; PRATES, 2012), assim como à outros processos de acumulação capitalista. Particularmente a região do Jacuí, por preservar uma parte importante dos bioma Pampa e, sobretudo, Mata Atlântica, convive com uma forte presença Mbyá Guarani, como é apresentado pelos pesquisadores do grupo de pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS), Guilherme Sasso e Lorena Fleury (2019, p. 165).

Longe de dizerem respeito a um passado remoto, a presença guarani na região é perene, sendo capaz de ter resistido ao longo processo de colonização desse território. Em alguns casos, algumas áreas nessa região foram devidamente demarcadas pela FUNAI como Terra Indígena, como no caso da TI Cantagalo, em Porto Alegre. Em outros, esse direito foi garantido pelo governo estadual, como no caso da Reserva Indígena Coxilha da Cruz, em Barra do Ribeiro. Há ainda aldeias que contaram com doações de áreas privadas (aldeia Anhetenguá, na Lomba do Pinheiro, Porto Alegre), e várias que encontravam-se em situação de acampamento em áreas tradicionais e acabaram reassentadas a partir de medidas de compensação socioambiental por conta de processos de duplicação de rodovias (Tape Porã, em Guaíba, e Ka’aguy Porã, em Barra do Ribeiro). Ainda há, sobretudo, muitas aldeias que aguardam os estudos de identificação territorial por parte da FUNAI, como a Tekoá Pindó Mirim (Itapuã, Viamão), aldeia do Lami (Porto Alegre) e a Terra Indígena Arroio do Conde (Guaíba), entre outras.

A região do Jacuí é, portanto, território de presença e circulação da população Mbyá Guarani. A construção de um megaempreendimento de mineração como a Mina Guaíba teria impactos negativos significativos para a territorialidade Mbyá Guarani presente na região, como mostra a figura 6. Na própria proposta de sua construção, o Projeto Mina Guaíba reserva um manifesto descaso e omissão com as populações indígenas da região. Em seu EIA/RIMA apresentado para Fepam, a empresa Copelmi Mineração não fornece espaço dedicado

ao Componente Indígena, necessário para projetos que impactam populações indígenas. A empresa limita-se apenas a mencionar no capítulo 8.3.5 - “Uso e ocupação do solo” a existência de duas comunidades indígenas no interior da Área de Influência Direta (AID) do empreendimento, mas não a apresentando seus nomes, etnias e situação fundiária.

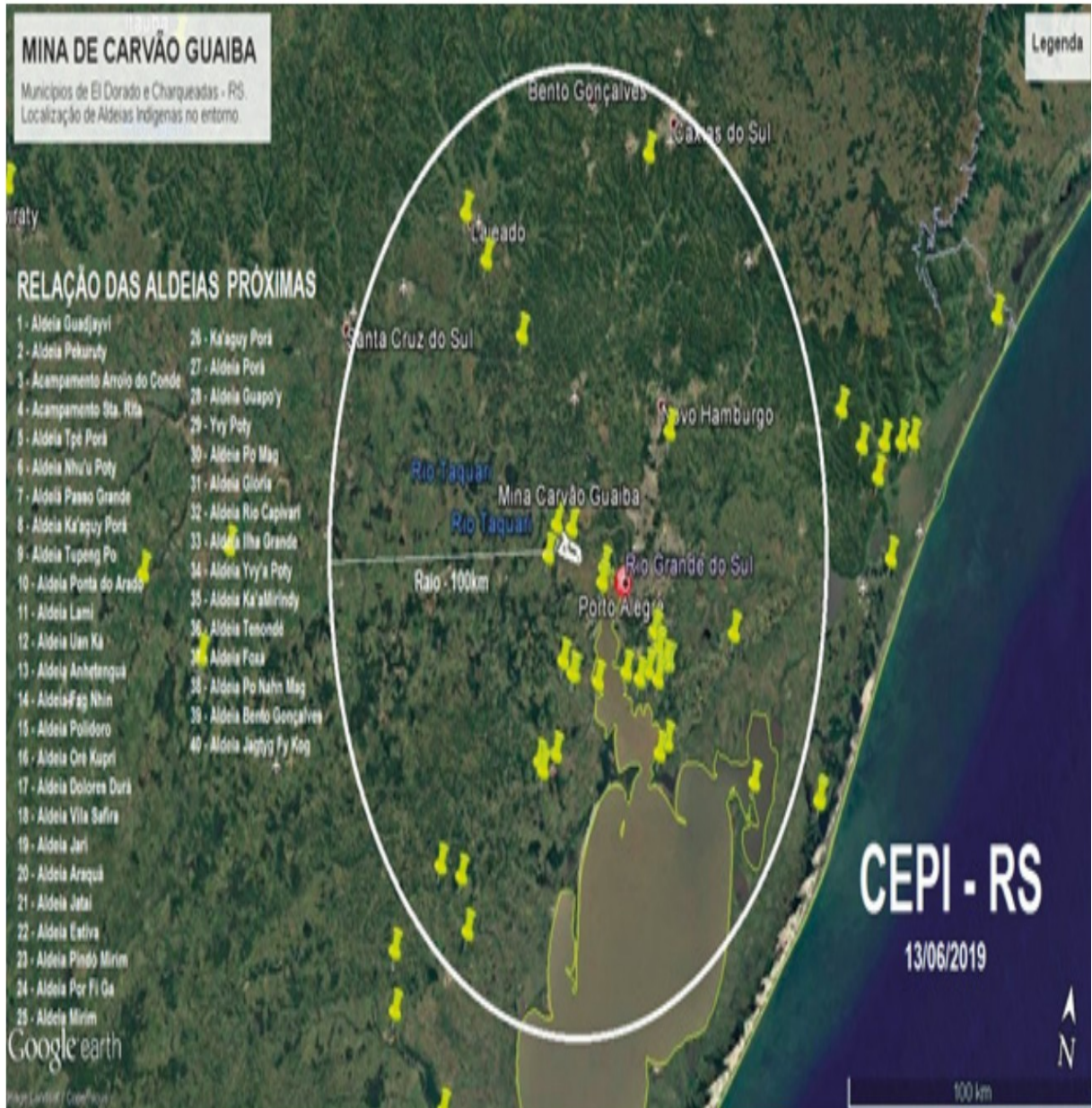


Figura 6: Comunidades indígenas na região do Jacuí e do Guaíba

Fonte: Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Rio Grande do Sul (CEPI – RS)/ SASSO, FLEURY, 2019, p.166

As duas comunidades indígenas Mbyá Guarani que se localizam na área impactada pela construção do Projeto Mina Guaíba são: Tekoá Guajayvi e Tekoá Pekuruty. A primeira localiza-se na Área de Impacto Direto (AID) e há um quilômetro da Área Diretamente Afetada (ADA). Enquanto a Tekoá Pekuruty se localiza há sete quilômetros da (AID), como é possível observar na figura 7.

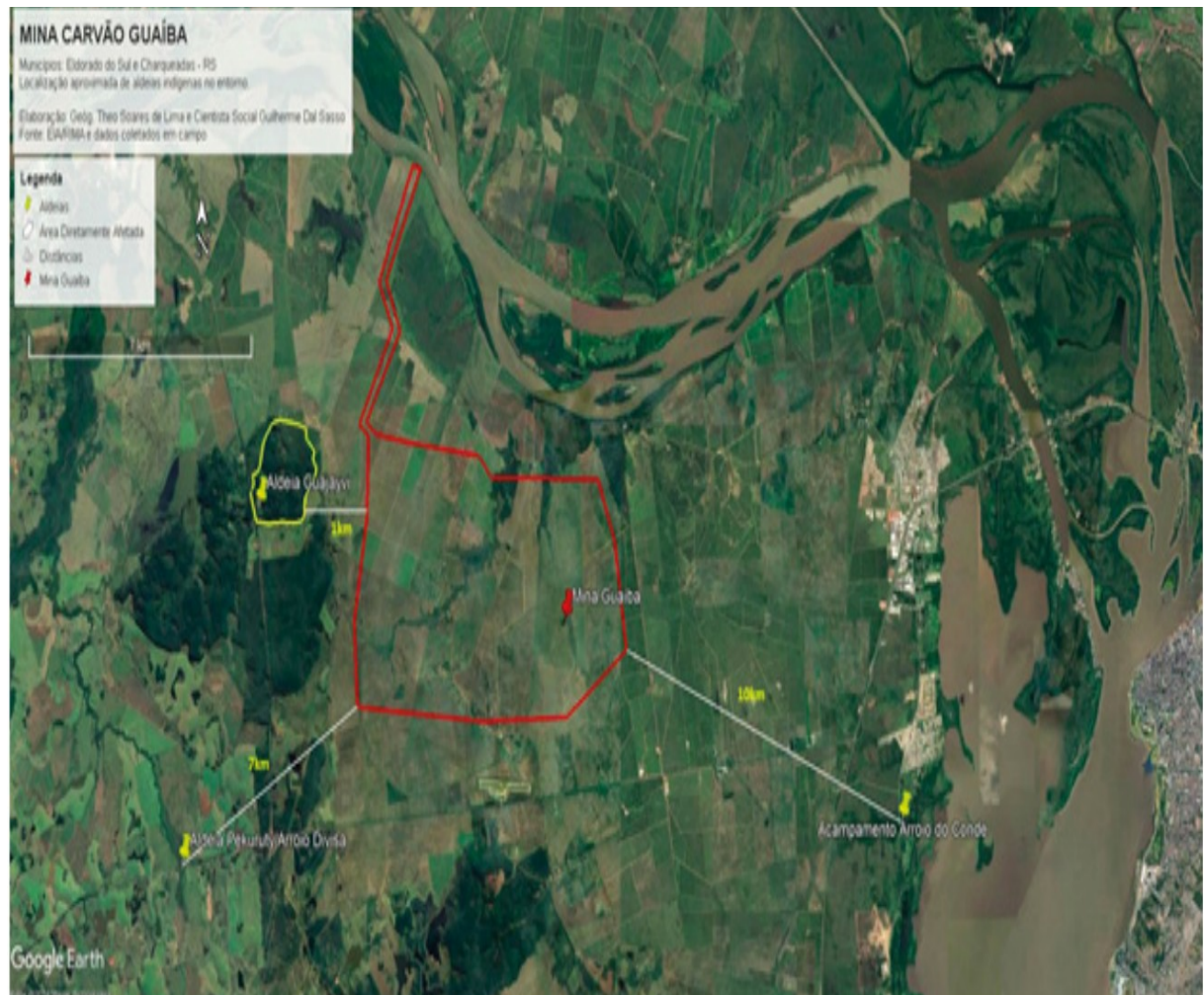


Figura 7: Proximidade das Tekoá Guajayvi, Pekuruty e Arroio do Conde da Mina Guaíba

Elaboração: Theo Soares de Lima e Guilherme Dal Sasso

Fonte: SASSO; FLEURY, 2019, p. 167

A Tekoá Guajayvi trata-se de Reserva Indígena Estadual criada em 2013, como resultado de um termo de cooperação entre a comunidade indígena, a antiga Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul e atualmente se encontra em processo de regularização fundiária (SASSO; FLEURY, 2019). A sua atual localização é fruto de complexa negociação que visava retirar a comunidade indígena de Arroio do Conde, em Guaíba, para construção de uma fábrica de caminhões e reassentá-la em outra áreas, sendo a Tekoá Guajayvi, em Charqueadas, uma destas áreas. Portanto, a constituição da Tekoá Guajayvi, já é resultado de um processo de espoliação territorial. Deste processo de espoliação soma-se a um processo de territorialização, já que condicionados a se retirar de seu antigo território devido ao avanço de empreendimento capitalista, os Mbyá Guarani construíram novas formas de subjetivação social na atual área que se localizam.

A partir de parecer técnico elaborado por Guilherme Sasso, Pablo Quintero e Clémeline Maréchal (2019) – os dois últimos pesquisadores do Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS) – é possível apreender as condições socioeconômicas e ecológicas da Tekoá Guajayvi, assim como, sua importância espiritual como parte da territorialidade Mbyá Guarani. A área da Tekoá Guajayvi é de 297 hectares e conta com 17 famílias (ao redor de 65 pessoas) ocupada por 18 casas de madeira construídas através de recursos próprios dos Mbyá, apesar de – segundo Cláudio Acosta, liderança da Tekoá Guajayvi, em entrevista para os antropólogos – ao saírem de Arroio do Conde o governo ter-lhes prometido casas de alvenaria no local (SASSO; QUINTERO; MARÉCHAL, 2019).

Há no território uma Escola de Ensino de Fundamental, ainda em estrutura de madeira, que recebe por volta de 25 alunos. No que diz respeito a saúde recebem na comunidade como atenção médica, há cada dois meses, o atendimento da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde. A comunidade recebe de maneira regular água potável a partir de convênio entre o Distrito Sanitário Especial Indígena Sul (DSEI) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN). Todos aspectos que confirmam a ocupação do espaço por parte dos Mbyá Guarani no território e que são omitidos pela empresa empreendedora em seu EIA/RIMA.

No que se refere aos aspectos socioeconômicos a comunidade Tekoá Guajayvi se sustenta principalmente a partir da produção e comercialização de artesanato, da pesca, caça, da criação de animais e a colheita. A terra também é preparada para *kokue* (roça tradicional guarani) com plantas tradicionais da sua alimentação e para medicina tradicional. Em seu aspecto espiritual, Cláudio Acosta afirma na visita dos antropólogos, que há o objetivo, de construir no local uma *Opy* (casa de reza), que é uma referência espiritual e cultural importante para os Mbyá Guarani aprenderem os valores *nhanderekó* (sistema cultural Guarani). Inclusive o território é considerado por várias *Karai* (lideranças politico-espirituais) de outros territórios Mbyá como “espiritualmente “válido” para o bom exercício e aprendizagem do *nhanderekó*, para as crianças que ali estão crescendo” (SASSO; QUINTERO; MARÉCHAL, 2019, p. 181).

A Tekoá Pekuruty, também conhecida como acampamento do Arroio Divisa, é uma comunidade localizada às margens da rodovia BR-290, no km 133, no município de Eldorado do Sul. Presente no local há cerca de dez anos, se origina de famílias que buscaram escapar dos impactos da duplicação da rodovia BR-116 (SASSO; QUINTERO; MARÉCHAL, 2019).

É formada por cerca de três famílias e aproximadamente dez pessoas, apesar dos números variarem devido a intensa mobilidade guarani acentuada pela estratégia de sobrevivência em situações precárias possibilitada por estes acampamentos às margens das rodovias. Mesmo em tal situação a uma relação profunda entre os Mbyá Guarani e o território, o próprio “nome da aldeia deriva de um tipo de específico de taquara que é abundante no local, chamada de “pekuru” pelos guarani – daí o nome da aldeia, que quer dizer “mato de pekuru” (SASSO; QUINTERO; MARÉCHAL, 2019, p. 178).

Essa taquara além de conferir nome a aldeia, também é uma das fontes para produção dos artesanatos vendidos pela comunidade à beira da estrada, esta que é sua principal fonte de renda. A aldeia também conta com uma escola que funciona com regularidade, são atendidos pela SESAI e contam com caixas d’água instaladas no ano de 2019 para fornecimento de água potável. Também há preparação da terra para roça tradicional guarani na aldeia, apesar do pouco espaço à beira da estrada (SASSO; QUINTERO; MARÉCHAL, 2019, p. 175).

Os pareceristas destacam que nas duas comunidades se desenvolve uma relação entre seus habitantes e a natureza bastante distinta daquela limitada à economia de subsistência. Nas duas comunidades o espaço físico natural também é um local se desenvolve o *Mbyá Rekó*, o jeito de ser Mbyá Guarani, portanto, uma relação com a ecologia local que difere do imaginário desenvolvimentista hegemônico presente em projetos como a Mina Guaíba.

3.2.2 O ASSENTAMENTO APOLÔNIO DE CARVALHO

Localizado no município de Eldorado do Sul, próximo ao rio Jacuí, o Assentamento Apolônio de Carvalho é uma área destinada a produção de produtos orgânicos e ecológicos originados da reforma agrária. Fruto de um importante processo de luta desenvolvido pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em conjunto com as famílias sem terra, em 2007 as famílias obtém a destinação do terreno como um Projeto de Assentamento (PA) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), podendo se dedicar a produção de alimentos no local. Em uma área de 952 hectares, residem por volta de 72 famílias, sendo que 53 destas famílias dedicam-se em uma área de 700 hectares, a produção de arroz orgânico, além de hortaliças. O assentamento é o segundo maior produtor de arroz orgânico do Rio Grande do Sul e em conjunto com outros assentamentos do estado é

responsável pela maior produção de arroz orgânico da América Latina (KOCH, 2019; SOUZA, 2019; CAMARGO, 2019; CENTENO; MARKO, 2019).

A luta para obter o local iniciou no ano de 2005, quando cerca de 600 famílias de um acampamento organizado pelo MST em Arroio dos Ratos, também na região Carbonífera do estado, ocuparam o terreno, à época pertencente ao traficante colombiano Juan Carlos Ramirez Abadía para lavagem de dinheiro. Após ocupação de 68 dias as famílias foram despejadas e em 2006 realizaram uma marcha até o local novamente para reivindicá-lo à reforma agrária. Em 2007 a partir de decreto do presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), a área foi desapropriada para interesse social (MEDEIROS, 2019).

Em seu EIA-RIMA para o Projeto Mina Guaíba, o Assentamento Apolônio de Carvalho é reconhecido como parte da Área Diretamente Afetada (ADA) e a apresentada a posição de contrariedade do projeto para maioria de seus moradores. Entretanto este reconhecimento não significa no documento nenhum comprometimento com a algum tipo de decisão contrária ao deslocamento do local. Pelo contrário, desde que o projeto foi apresentado às famílias, elas se dedicaram a resistir as ofensivas da empresa mineradora, se organizando junto a outros atores por meio do Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul. Entretanto desde o principio da sinalização do projeto, as relações na comunidade foram impactadas, já que em relatos à pesquisadores, os moradores apontaram a fragmentação do tecido social do assentamento já que a empresa incidia sobre algumas famílias com intuito de dividi-las (PRATES; VARGAS; ALMEIDA; FLEURY, 2019).

O que se destacou durante todo o processo é o fato de que em nenhum momento a Copelmi apresentou um plano detalhado para o reassentamento das famílias ou explicitou o que aconteceria com sua produção de arroz orgânico. A pretensão de construir uma mina de carvão em um lugar de grande diversidade ambiental e onde populações rurais vivem e produzem diferentes relações sociometabólicas com o meio natural, é a demonstração explícita não somente dos processos de expansão capitalista a partir da acumulação via espoliação como de uma mentalidade colonial sobre a natureza. Materializa-se na proposta da Mina Guaíba os traços da espoliação territorial e da colonialidade da natureza.

3.2.3 O LOTEAMENTO GUAÍBA CITY

Assim como o Assentamento Apolônio de Carvalho, o Loteamento Guaíba City se localiza em Área Diretamente Afetada (ADA), no município de Charqueadas, limítrofe de Eldorado Sul e próximo ao Rio Jacuí. A comunidade é um loteamento rural existente desde a década de 1960 com quase 120 famílias vivendo no território, algumas em sua terceira geração familiar (KOCH, 2019).

A área é dividida em lotes, que são pequenas chácaras onde as famílias constroem suas casas, criam animais, tem pequenas roças e hortas e perfuram seus poços. Ainda em 2019 em abaixo-assinado a maioria de seus moradores manifestou contrariedade ao projeto, ao mesmo tempo, em que apresentaram bastante insegurança diante da ameaça de deslocamentos de suas terras com impactos sobre suas vidas desde que o projeto havia-lhes sido apresentado no ano de 2014 (WEISSHEIMER, 2019b; AMIGOS DA TERRA, 2019b).

Enquanto no EIA/RIMA a comunidade é apresentada como espaço de grande vulnerabilidade social, segundo parecer técnico (PRATES; VARGAS; ALMEIDA; FLEURY, 2019) apresentado no *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba* elaborado por pesquisadoras nos marcos do Comitê de Combate à Megamineração, as pessoas que vivem no local apresentam viver muito bem no território, tendo construído suas vidas no local e estabelecendo uma relação saudável com sua diversidade ecológica, como com a possibilidade de desenvolverem suas hortas e criação de animais. O discurso da corporação mineira, através de seu EIA/RIMA apresenta-se mais como uma tentativa de legitimar seu projeto a partir da justificativa de pobreza da comunidade e como agentes do desenvolvimento e do progresso para região. Mais um exemplo do imaginário desenvolvimentista como parte dos processos de acumulação capitalista via espoliação.

O Loteamento Guaíba City e o Assentamento Apolônio de Carvalho foram simplesmente mencionados pelo EIA/RIMA, mas não apresentados como espaços onde pessoas vivem, produzem e reproduzem suas relações, não apenas entre si, como com o meio natural. Segundo o documento as comunidades fariam parte de um Plano de Reassentamento, entretanto em nenhum momento foi especificado ou mesmo apresentado as famílias para que local e quando e, principalmente, o direito a escolher legitimamente de maneira coletiva pelos seus destinos.

A articulação das duas comunidades e das Tekoá Guajayvi e Pekuruty, junto à pesquisadores e movimentos sociais no Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul foi crucial para a derrota do projeto. A realização de assembleias populares, atuação nas audiências públicas, promoção de debates e na publicação de pareceres técnicos foram os instrumentos utilizados para contraposição à Mina Guaíba e fazer ouvir suas vozes de contestação.

3.3 O COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

A sinalização emitida para o andamento da Mina Guaíba a partir de 2018 com quase nenhuma objeção por parte da Fepam, ensejou um conjunto de ações por parte de movimentos sociais em articulação com as comunidades contra o projeto. A formação do Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul nasce deste propósito de dar uma resposta unificada em contraposição aos projetos extrativistas de mineração que avançam sobre o estado, em particular, ao Projeto Mina Guaíba.

O Comitê de Combate à Megamineração foi fundado em 18 de junho de 2019 no auditório do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), sindicato dos profissionais da educação básica do estado e mais importante entidade sindical do Rio Grande do Sul. O encontro reuniu mais de 50 entidades que lotaram o auditório, contando com a presença de pesquisadores, ativistas ambientais e comunidades (WEISSHEIMER, 2019). O centro da articulação se referia a defesa do direito das comunidade decidirem de maneira soberana os seus destinos ameaçados pelos projetos de mineração.

A partir da sua conformação o Comitê começou a se articular para responder à Mina Guaíba. Foram inúmeras ações, desde eventos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, manifestações, panfletagens e assembleias populares. A principal forma de atuação foi a intervenção nas audiências públicas realizadas pela Fepam.

Em um primeiro momento estavam previstas apenas duas audiências públicas, nos municípios de Eldorado do Sul e Charqueadas, organizadas pela Fepam como parte do processo de licenciamento ambiental. A primeira ocorreu em 14 de março de 2019, no Clube Tiradentes, em Charqueadas. A própria realização da audiência chegou a ser ameaçada após uma liminar concedida pela juíza Claides Rahmeir, da 9ª Vara Federal de Porto Alegre a pedido do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingá), da Associação Gaúcha de Proteção

ao Meio Ambiente e da ONG União pela Vida, que alegavam ilegalidade na exposição dos documentos em audiência antes da conclusão da análise do EIA/RIMA pela Fepam (PORTAL DE NOTÍCIAS, 2019). A Fepam acabou por recorrer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) que suspendeu a liminar da juíza e acabou por permitir a realização da assembleia.

A segunda audiência foi realizada em 27 de junho de 2019 em Eldorado do Sul, também convocada pela Fepam, mas agora após forte pressão da sociedade e já com a formação da Comitê que incentivou a lotação do ginásio da Escola David Riegel Neto, no centro do município. O que sintetizou esta segunda audiência pública, diferentemente da primeira, foi a grande contestação ao projeto por parte dos presentes.

A pressão popular, principalmente, organizada pelo Comitê foi fundamental para a realização de novas audiências não previstas pela Fepam. Além das realizadas em Charqueadas e Eldorado do Sul, foi reivindicado pelos ativistas e comunidades reunidos no Comitê que fossem realizadas audiências públicas em Guaíba e Porto Alegre, cidades que segundo pesquisadores também seriam atingidas indiretamente pela construção da Mina Guaíba (MENEGET, 2019; FERREIRA, 2022). No município de Guaíba foi realizada a audiência pública em 11 de julho de 2019 na Câmara Municipal de Guaíba, convocado pela Prefeitura de Guaíba, mas demonstrando a faceta antidemocrática do projeto, não estiveram presentes representantes da Copelmi e da Fepam contando com a presença apenas dos ativistas ambientais e comunidades que expressaram, novamente, sua contrariedade com a mina (MOLNAR, 2019).

Em Porto Alegre as audiências públicas ocorrem após muita pressão popular. A primeira foi convocada em conjunto pelos Ministérios Público Estadual e Federal em 20 de agosto de 2019 no Auditório do Ministério Público Estadual, desta vez, com a presença da presidenta da Fepam, à época, Marjorie Kauffman e do representante da Copelmi, o gerente de sustentabilidade da empresa, Cristiano Weber – que representou a empresa mineradora nas audiências públicas. A segunda audiência pública realizada na cidade de Porto Alegre, foi convocada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (Alergs) no dia 30 de setembro, lotando o Teatro Dante Barone da Alergs

Sistematizando as manifestações nestas cinco audiências públicas e no Sistema Online de Licenciamento Ambiental da Fepam, os pesquisadores Pedro Luz e Rafael Kruter Flores (2020) organizaram parecer técnico apresentando que em sua maioria as manifestações foram de contrariedade à Mina Guaíba. De 274 manifestações, 190 delas foram contrárias ao

empreendimento, o que representa 70% do total das manifestações realizadas (LUZ & FLORES, 2020).

David Harvey em *O novo imperialismo* destaca que as características dos movimentos sociais que lutam contra a acumulação via espoliação, que tem seguido um caminho bastante distinto daquele que foi construído historicamente pela política socialista. Se esta última focava-se nos conflitos a partir do eixo da produção capitalista, portanto, da contradição entre capital e trabalho manifestada nos processos de reprodução ampliada, o combate contra acumulação via espoliação tem uma maior atomização, com múltiplos atores atuando por vezes em conjunto e em outras ocasiões separado, além de serem travadas em múltiplas escalas: locais, regionais ou mesmo globais. As próprias táticas de luta se transformam, como é perceptível no caso do combate contra a Mina Guaíba e na configuração organizativa flexível do Comitê de Combate à Megamineração do Rio Grande do Sul. A esta configuração da luta contemporânea contra a espoliação territorial Maristella Svampa (2011, p.171) entende como parte do giro eco-territorial que ocorre na lutas sociais da América Latina:

El resultado es la potenciación de un *lenguaje de valoración* acerca de la territorialidad, que se opone radicalmente al discurso *eco-eficientista* y la visión desarrollista, propia de la narrativa dominante. Este lenguaje de valoración divergente sobre la territorialidad pareciera ser más inmediato para el caso de las organizaciones indígenas y campesinas, debido tanto a la estrecha relación que éstas plantean entre tierra y territorio, en términos de comunidad de vida, como la notoria reactivación de la matriz comunitaria indígena acaecida en las últimas décadas. Sin embargo, como hemos anticipado, el giro eco-territorial no se halla restringido al ámbito rural, exclusivamente referido a las resistencias campesinas e indígenas; también se expande al ámbito urbano, sobretudo en pequeñas e medianas localidades, ampliando el registro de clases y, por ende, el tipo de actores involucrados.

O próprio sucesso em impedir a construção da Mina Guaíba é demonstrativo de um novo repertório de luta. A intervenção em audiências públicas junto a intervenção na imprensa foi importante para construir na opinião pública uma visão, no mínimo, crítica ao projeto minerário. A construção de uma frente técnica por parte do Comitê, também, mostrou-se central para desconstruir as narrativas da empresa mineradora e subsidiar as próprias comunidades e movimentos sociais com argumentos para contrapor-la. Foi a partir dos pareceres técnicos elaborados pela frente técnica do Comitê de Combate à Megamineração que foi possível demonstrar a inconsistência do Projeto Mina Guaíba, tanto com a preservação do meio ambiente como com as comunidades locais que estão na área do pretendido empreendimento. Os pareceres foram reunidos no documento *Painel de Especialistas:*

Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba lançado pelo Comitê em 10 de dezembro de 2019 no Auditório da Faculdade de Economia da UFRGS. Nele há desde análises críticas ao EIA/RIMA do projeto no que se refere aos aspectos ecológicos, de saúde até os socioeconômicos. Entretanto foi a partir dos pareceres que dizem respeito as populações indígenas que foi embasado o argumento jurídico que permitiu a suspensão e posterior anulação do licenciamento da mina pela justiça.

Foram três pareceres técnicos construídos com as populações indígenas que formavam a parte 4 do documento, dedicando-se a discorrer sobre a presença das comunidades Mbyá Guarani nas proximidades da área pretendida para o empreendimento. Estes três pareceres – dois já mencionados anteriormente – realizados a partir de pesquisa qualitativa de pesquisadores do grupos TEMAS e NIT, ambos vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e já citados anteriormente em nosso trabalho, evidenciaram a negligência da Copelmi em relação as Tekoá Guajayvi e Pekuruty. A negligência da mineradora em relação as comunidades Mbyá procedeu tanto na especificação da situação econômica, social, cultural e fundiária das comunidades, quanto por não consultá-las em nenhum momento sobre o empreendimento.

O terceiro parecer técnico, ainda não citado em nosso trabalho e realizado por Pablo Quintero e Clementine Maréchal, ambos do Núcleo de Antropologia de Sociedades Indígenas e Tradicionais (NIT/UFRGS) sistematizava as legislações feridas pelo EIA/RIMA do Projeto Mina Guaíba⁸. Segundo os pesquisadores o projeto feria os artigos 8, 10, 19, 20 e 23 da Declaração das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o artigo 2 do Pacto Internacional dos Direitos civis e Políticos, o artigo 22 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos (OEA), os artigos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 15 e 16 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais (QUINTERO; MARÉCHAL, 2019). No que se refere a discriminação aos povos indígenas ao tratar a Tekoá Guajayvi como “acampamento supostamente indígena” (EIA/RIMA, 2018, p. 391), mesmo localizando-se em Reserva Indígena Estadual, para os pesquisadores há uma clara violação de direitos previstos nos artigos 1 e 2 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Em relação aos direitos territoriais, a respeito da sua cultura, economia, instituições sociais e espirituais a cessão de licenciamento ambiental ao Projeto Mina Guaíba não

⁸ A exposição completa das legislações nacionais e internacionais que mostram o desacordo com o Projeto Mina Guaíba são aqui apenas citados, mas estão extensamente expostas no parecer técnico. Ver Quintero e Maréchal, 2019, pp. 185 -196.

respeitaria os Artigos 5, 8, 20, 24, 25 e 26 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, o artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o artigo 1 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o artigo 21 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos da Organização de Estados Americanos e os artigos 5, 8, 10 14, 15, 16 e 23 da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. Por fim, a construção da Mina Guaíba desrespeitaria o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 e os artigos 2, 6, 18 e 19 do Estatuto do Índio de 1973 (QUINTERO; MARÉCHAL, 2019)

É em base aos três parecer técnicos presentes no *Painel de Especialistas* que a Associação Indígena Poty Guarani e Associação Arayara de Educação e Cultura entraram com uma ação civil pública apontando que as comunidades indígenas não foram consultadas previamente pela empreendedora do empreendimento. Desta forma em 21 de fevereiro de 2020 a 9ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre determinou a partir de decisão da juíza Clarides Rahmeier a suspensão imediata do processo de licenciamento, apontando a necessidade da inclusão de Componente Indígena no EIA/RIMA para a concessão de licenciamento prévio pela Fepam (G1 RS, 2020). Dois anos depois, em 09 de fevereiro de 2022 a mesma juíza decidiu pela nulidade do processo de licenciamento e em 14 de março do mesmo ano a Fepam arquivou o Projeto Mina Guaíba apontando quatro motivos para sua decisão: 1) que os estudos originais apresentados foram insatisfatórios; 2) os dados complementares apresentados nos relatórios de impacto ambiental atualizados foram inconclusivos e insatisfatórios; 3) que as informações e estudos complementares solicitados não foram fornecidos, mesmo após a prorrogação dos prazos; 4) que a decisão judicial de fevereiro de 2022 na Ação Civil Pública nº 5069057-47.2019.4.04.7100/RS havia anulado o processo de licenciamento (G1 RS, 2022).

Considero que a participação ativa de movimentos sociais, comunidades e pesquisadores foi o elemento crucial para o arquivamento do projeto. Durante os 4 anos que se desenvolveu da apresentação do EIA/RIMA à Fepam até o seu arquivamento a disputa do debate público em suas múltiplas formas de disputa permitiram o enfraquecimento da iniciativa da empresa mineradora em legitimar o projeto perante a sociedade riograndense. Evidenciando as potencialidades da luta contra a mineração e os avanços extrativistas como parte da acumulação via espoliação, assim como o questionamento do imaginário desenvolvimentista e colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho que foi apresentado tinha por objetivo analisar o trajeto do Projeto Mina Guaíba promovendo uma abordagem que interagisse a análise de caso com o contexto de avanço de projetos extrativistas de mineração. Desta maneira buscava-se observar a amplitude do projeto de mina como um fenômeno social que faz parte das dinâmicas que caracterizam a (re)expansão capitalista na América Latina nas últimas décadas, notadamente em sua orientação para grandes projetos ligados a extração e mercantilização de recursos naturais do continente. Seguindo este objetivo a presente dissertação buscou mostrar que na tentativa construção da Mina Guaíba elementos que constituem a acumulação de capital via espoliação como modelo cada vez mais comum dos processos de reprodução capitalista, em particular na periferia do sistema-mundo moderno capitalista.

Partimos da constatação que a história da América Latina é atravessada, tanto seus aspectos econômicos como sociais, ambientais e ideológicos, pela maneira que se realizou sua inserção no sistema-mundo moderno capitalista. A colonização, primeiro, e a dominação imperialista, subsequente, ditaram as características econômicas e sociais e, mesmo da construção das subjetividades que foram construídas no continente. Com base nesta característica histórica da América Latina, no primeiro capítulo é abordado com centralidade a história da espoliação do continente com expropriação de ouro e prata para o mercado mundial, o que foi central para edificação da dominação europeia sobre o território latino-americano. Para compreender a história e ligá-la ao presente, são trabalhados os conceitos de colonialidade do poder e da natureza e, de acumulação de capital, na sua versão “primitiva” ou originária e na sua forma contemporânea, a partir da ideia de espoliação, desenvolvida por David Harvey (2014) e que é a base teórica fundamental para o conjunto da dissertação.

A colonialidade do poder é definido por Anibal Quijano (2014) como um dos elementos do padrão de poder capitalista que se estabelece na América Latina com a colonização e que se mantém a partir da articulação entre dominação, exploração e o conflito para o exercício do poder. Sua característica principal é a interação entre o controle sobre a exploração do trabalho para a produção de mercadorias disponibilizadas no mercado mundial e a classificação social/racial de populações para sua hierarquização. A importância teórico-metodológica da noção de colonialidade do poder para a investigação dos atuais projetos de desenvolvimento reside na sua capacidade de mostrar a perenidade histórica da dominação

capitalista no continente se orientar para o duplo aspecto de controle da produção e, ao mesmo tempo, na construção e controle dos imaginários sociais para realização destes projetos.

Como influência dos debates sobre colonialidade, a noção de colonialidade da natureza apresentada por Hector Alimonda (2011) foi fundamental para compreensão da historicidade da relação desigual e colonial que se manifesta sobre a natureza da América Latina. Mais que um processo casual, existe um padrão de poder que naturaliza e legitima a exploração da ecologia latino-americana, entendendo o continente como espaço geográfico para implantação de projetos orientados para exploração da natureza. O crescimento econômico, a balança comercial, a geração de empregos, o desenvolvimento, são muitas as construções ideológicas que fazem coro para o avanço do extrativismo. O que mostra a pertinência deste conceito para compreensão da manutenção e do aprofundado caráter primário-exportador das economias latino-americanas, que se baseiam na exploração intensiva e extensiva dos recursos naturais para o mercado mundial.

Tanto no passado como na atualidade os impactados por estes projetos são notadamente as populações indígenas e camponesas. Aqueles que com sua existência, suas formações sociais, suas manifestações culturais e territorialidade são apresentados pelo discurso ideológico como empecilhos ao desenvolvimento capitalista. A estes resta a necessidade de “incluir-los na civilização” ou desterritorializá-los e destruir suas formações sociais para fazer o uso privado de suas terras à serviço da reprodução capitalista. Se no passado foram estas características de violência que deram forma a acumulação “primitiva” de capital, hoje elas caracterizam as dinâmicas de acumulação de capital via espoliação.

A partir do uso do conceito de acumulação via espoliação no primeiro capítulo, buscamos enquadrar teoricamente as características das atuais dinâmicas de acumulação capitalista desenvolvidas na periferia capitalista, a partir do caso da Mina Guaíba. A busca por novos mercados, assim como, por novas geografias a serem exploradas e expropriadas são fundamentais para atual padrão de reprodução do capital que necessita cada vez da expropriação e privatização de grandes espaços territoriais e a mercantilização de bens comuns como a natureza. Se no passado colonial foram o ouro e prata, além das variadas monoculturas, hoje são para além das monoculturas, uma ampla variedade de metais e minerais fundamentais para o desenvolvimento capitalista, tanto no que se refere à segurança energética como da indústria de tecnologia e informática. Só que agora estas características semelhantes, que atravessam a história econômica e ambiental da América Latina se

apresentam nos marcos de uma ampla financeirização e mercantilização que caracterizam o modelo econômico neoliberal. Ainda assim terras públicas e/ou comuns são expropriadas e suas populações expulsas através de formas de violência estatal e empresarial sofisticadas.

No segundo capítulo mostramos que a atuação estatal presente nos processos de acumulação “primitiva” de capital, novamente aparecem nas atuais dinâmicas da acumulação via espoliação. O Estado atua com um horizonte de transformação que possibilite o avanço dos projetos de desenvolvimento extrativistas, a partir do uso da força, mas sobretudo, da construção sofisticada de legislações e instrumentos tributários que permitam a realização das dinâmicas da exploração e espoliação. No Rio Grande do Sul, o governo atuou através de variados métodos para tornar o estado em espaço de avanço da mineração, aproveitando-se de suas reservas de minerais, em especial de carvão mineral e sob justificativas de segurança energética, cada vez mais em voga no debate público. Sem a atuação do Estado através de seus instrumentos de coerção, seus dispositivos legais e tributários, dificilmente os novos projetos neoextrativistas seriam possíveis. O Estado atua, desta forma não apenas através da violência que concentra, mas, sobretudo, na construção de um consenso institucional e legal na sociedade que permita e possibilite estes megaempreendimentos. Em associação com agentes empresariais o Estado busca transformar o projeto das corporações mineiras em projetos dos próprios governos e do conjunto da sociedade.

Prosseguindo por este caminho, continuamos no segundo capítulo apresentando a empresa mineradora Copelmi Mineração LTDA, empreendedora do Projeto Mina Guaíba. Sua história tem grande relação com o setor carbonífero do estado do Rio Grande do Sul e seu papel para indústria nacional do carvão do país. O Projeto Mina Guaíba representaria para empresa um salto de qualidade na sua presença no setor da mineração do carvão, sendo sua maior construção e com alta perspectiva de investimento envolvido, além de sua participação no setor químico e de energia com transacionais, estadunidense e chinesa e com a própria formação da Copelmi Energia. A sua participação nestes ramos estratégicos da atual economia capitalista era possibilitada pela formação do Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul, com Complexo Carboquímico do Jacuí. A Política Estadual do Carvão Mineral, que instituiu o Polo, abria a possibilidade para a Copelmi e ao capital estrangeiro oportunidades lucrativas em detrimento de uma substancial geração de emprego ou renda para o Estado, em especial levando em conta os seus impactos para o meio ambiente e comunidades da região.

Esta relação de desigualdade de poder e, inclusive, distância geográfica entre as corporações mineiras que lucram, incentivadas por políticas de Estado e comunidades e

natureza afetadas pela construção dos empreendimentos é trabalhado por Garibay Orozco (2010) ao se referir que para a produção e reprodução da acumulação via espoliação é essencial a criação de duas paisagens sociais muito distintas. Uma nas geografias atingidas pelo empreendimento de mineração, que exigem imensos espaços territoriais, água em abundância, espaço para rejeitos, afetando diretamente as comunidades camponesas que são expropriadas e desarticuladas. Outra paisagem, bem diferente, nos países centrais ou locais onde vivem os acionistas das empresas onde a riqueza obtida é aplicada e reproduzida. Na paisagem social do Jacuí os impactos esperados e sistematizados pelos estudos apresentados pelos pesquisadores no *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba* (PRATES; RAGUSE; ALT; FLEURY, 2019) responderiam de maneira significativa para aprofundamento da destruição do bioma Pampa e de áreas remanescentes de Mata Atlântica, como também significariam a expulsão das comunidades de seus territórios, sua desarticulação e desde o início de sua trajetória se baseava no impedimento democrático da livre escolha de permanecer em seus territórios.

Enquanto as políticas de Estado auxiliam as corporações em detrimento das comunidades, à estas resta a necessidade de organizar-se coletivamente para garantir os seus direitos territoriais. No terceiro capítulo é apresentada desta maneira a atuação de comunidades que seriam atingidas pela construção da Mina Guaíba. Constituídas de histórias bastante distintas entre si, junto à coletivos ambientalistas e pesquisadores responderam política e cientificamente ao Projeto Mina Guaíba. Em toda periferia capitalista espaços políticos e organizativos de denúncia ao extrativismo e defesa dos territórios e da ecologia são conformados como contraponto a ação estatal e empresarial. São movimentos que buscam impedir a privatização da água e saneamento, que lutam contra as barragens e a megamineração, e que defendem a biodiversidade e a natureza contra a espoliação capitalista. O caso da Mina Guaíba, com a formação do Comitê de Combate à Megamineração no Rio Grande do Sul é um exemplo, por sua composição e forma de atuação, da variedade de manifestações da luta social diante dos processos de acumulação via espoliação. Este megaprojeto de mineração por sua amplitude de impactos – ao meio biofísico, a fauna, flora, a economia local, saúde e territórios – produziu uma ampla resposta coletiva em distintos níveis de atuação conseguindo impedir a continuidade da implantação da mina de carvão.

Enquadrando neste duplo marco teórico – através das noções de acumulação de capital e de colonialidade da natureza – buscou-se apresentar o trajeto percorrido pelo Projeto Mina Guaíba até o seu arquivamento pela Fepam. Os marcos teóricos foram fundamentais para que

ao se observar a agência estatal, empresarial e das comunidades, fosse possível visualizar concretamente as dinâmicas da acumulação via espoliação. Ainda que a espoliação territorial, felizmente, não tenha se concretizado as dinâmicas evidenciam o horizonte perseguido durante a trajetória da Mina Guaíba. Assim, através da atuação do Estado observamos o papel exercido pela legislação e tributação para o avanço da mineração. O conhecimento da história e atuação da empresa, permite a compreensão da sua relação com a economia e sua importância para o setor da mineração de carvão do Rio Grande do Sul e do Brasil, assim como sua recente atuação com transacionais de energia. A historicização da Região do Jacuí e das suas transformações socioeconômicas recentes buscam ensejar questionamentos sobre sua identidade social e subjetivação política de sua população, hoje com comunidades rurais e Mbyá Guarani que constroem uma relação com a natureza bastante distinta da extrativista de carvão. E assim, por fim, observamos a articulação destas comunidades com pesquisadores para responder ao Projeto Mina Guaíba, que suas características permitem uma aproximação das lutas contra espoliação contemporânea.

Ao não em esmiuçar o Projeto Mina Guaíba e a realidade específica das comunidades este trabalho se concentrou nas relações de poder que se manifestam na trajetória de grandes projetos de desenvolvimento extrativista. E como eles se relacionam com os debates ecológicos e energéticos da atualidade. O exemplo da destruição do bioma Pampa com as monoculturas e horizonte extrativista minerário é demonstrativo da atual devastação ecológica do capitalismo periférico e da emergência climática. Assim como o debate sobre segurança energética e transição energética recebem maior atenção e papel que cumprem os minerais energéticos neste contexto.

O Rio Grande do Sul como se buscou demonstrar na presente dissertação é uma geografia que tem um horizonte de mineração e outros projetos extrativistas que se relacionam o destruição do Pampa e com a busca por segurança energética. Foi sobre a justificativa de segurança energética que a Mina Guaíba foi apresentada pelo empresa mineradora Copelmi em seu EIA/RIMA e pelo governo do estado Rio Grande do Sul no documento de diagnóstico da mineração do estado e na Política Estadual do Carvão Mineral. A dependência energética do estado da importação de gás natural e a existência de grandes reservas de carvão mineral no Estado, tendem a ser a base para novos projetos como a Mina Guaíba enquanto a Política Estadual do Carvão Mineral não for revogada.

O exemplo europeu recente é ilustrativo de como a partir da discussão de segurança energética busca-se sustentar a continuidade e ampliação da extração e uso de combustíveis

fósseis. O retorno do uso de carvão mineral é um destes sintomas. A Alemanha, por exemplo, tem acelerado tanto no discurso como na prática políticas para uso do carvão mineral. Depois de em 2018 desativarem sua última mina de carvão do país, recentemente retomaram o projeto da mina de carvão no vilarejo de Lützerath sob forte repressão a ativistas ambientais e grande repercussão mundial. Assim como a Mina Guaíba este projeto pretende fornecer carvão mineral para a sua transformação em gás natural sintético. A justificativa também é a mesma: permitir a segurança energética do país.

As dinâmicas da acumulação via espoliação que se apresentam no percorrido do Projeto Mina Guaíba, modificam-se de acordo com os projetos, em seus objetivos, suas justificativas e territórios, mas algumas características ilustradas na teoria puderam ser observadas na tentativa de construção do empreendimento. A própria organização das comunidades na defesa de seus territórios apresenta as características da luta anti-espoliação crescente na América Latina em contraponto a também crescente mineração no continente. No atual contexto de elevada importância dos minerais, principalmente energéticos, para desenvolvimento capitalista a necessidade de respostas políticas e intelectuais a projetos como a Mina Guaíba permaneceram como horizonte de lutas.

Outra agenda política deve ser desenvolvida e ser parte da estratégia dos movimentos sociais no próximo período para manutenção do debate público crítico ao avanço da mineração no Rio Grande do Sul. Assim como a deve ser continuada a crítica radical ao modelo de sociedade que se edifica em base ao neoextrativismo, ao modelo de acumulação capitalista por espoliação existente e mesmo, a crítica epistemológica a ideia/força desenvolvimento (QUINTERO, 2015). Apenas a partir da crítica e da promoção de alternativas é possível desmistificar o desenvolvimento como regra e promover novos modos de vida coerentes na relação sociometabólica entre humanidade e a natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIMONDA, Héctor. La Colonialidad de la naturaleza: Una aproximación a la Ecología Política latino-americana. In: ALIMONDA, Héctor. **La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

ALMEIDA, Gerson. A Mina Guaíba e a desfaçatez do governador [online], **Sul 21**, 30 set 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opiniao/2021/09/a-mina-guaiba-e-a-desfacatez-do-governador-por-gerson-almeida/>> Acesso em: 20 mar. 2023.

AMIN, Samir. **Imperialismo e desenvolvimento desigual**. São Paulo: Vértice, 1987.

ARRIGHI, Giovanni. **El Largo Siglo XX**. Madri: Akal, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Mineração em números**. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/mineracao-em-numeros/copy_of_estatisticas/arrecadacao-cfem/arrecadacao-da-cfem-por-gerencias-regionais-2022-ate-janeiro-2022.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

ARÁOZ, Horacio Machado. El auge de la minería transnacional em América Latina. De la ecología política del neoliberalismo a la anatomía política del colonialismo. In: ALIMONDA, Héctor. **La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Trad. João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

AMIGOS DA TERRA BRASIL. **Nem Aqui, nem em lugar algum: Denúncias e resistências ao avanço da mineração sobre o bioma Pampa**. 2019. Disponível em: <http://www.amigosdaterra.org.br/wp-content/uploads/2020/04/votorantim_-_ideograf-1.png>. Acesso em: 10 dez. 2022

AMIGOS DA TERRA BRASIL. Visita ao Assentamento Apolônio de Carvalho e ao Loteamento Guaíba City evidencia danos sociais e ambientais do Projeto Mina Guaíba. **Amigos da Terra Brasil**. 06 jun. 2019b. Disponível em: <<http://www.amigosdaterra.org.br/2019/06/06/visita-ao-assentamento-apolonio-de-carvalho-e-ao-loteamento-guaiba-city-evidencia-danos-sociais-e-ambientais-do-projeto-mina-guaiba-da-copelmi/>> Acesso em: 15 jan. 2022.

BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. **Cadernos de Campo**, 3, São Paulo, 1993, pp. 107-131.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; SARTI, Fernando. Vale: uma empresa financeirizada, **Le Monde Diplomatique Brasil**, 10 fev. 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/vale-uma-empresa-financeirizada/>>. Acesso em 18 nov. 2022.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Trad. João Barrento – 2. ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BENSAÏD, Daniel. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira** – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

BRACK, P. Imprudências sobre o meio biótico no diagnóstico da viabilidade ambiental da Mina Guaíba. In: PRATES, C. D.; RAGUSE, E.; ALT, J. P; FLEURY, L. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Porto Alegre: Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, p. 65-74, 2019.

BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o Imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1996/leicomplementar-87-13-setembro-1996-370965-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20125.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7990-28-dezembro-1989-372285-norma-actualizada-pl.html>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CAMARGO, Gilson. Mina de carvão em Eldorado do Sul ameaça Delta do Jacuí. [online], **Extra Classe**, 13 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/ambiente/2019/03/mina-de-carvao-em-eldorado-do-sul-ameaca-delta-do-jacui/>>. Acesso em 13 jan. 2023.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O índio e o mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

CARVALHO, Alba Marinho Pinho.; MILANEZ, Bruno.; GUERRA, Eliana Costa. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado

(1990-2017) In: RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (org). **Tramas para a justiça ambiental: diálogo de saberes e práxis emancipatórias**. 1a. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018, p. 19-57.

CARVALHO, Luana Dalla Rosa, Mineração e subdesenvolvimento no RS. **Jornal da Universidade**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/megaminerao-e-subdesenvolvimento-no-rs/>>. Acesso em 10 dez. 2022.

CECEÑA, Ana Esther; BARREDA MARÍN, Andrés. La producción estratégica como sustento de la hegemonía mundial. Aproximación metodológica. In: CECEÑA, Ana Esther; BARREDA MARÍN, Andrés (coord). **Producción estratégica y hegemonía mundial**. México, DF: Siglo XXI editores, 1995, pp. 15 – 51.

CENTENO, Ayrton; MARKO, Katia. Projeto prevê remoção do segundo maior assentamento produtor de arroz orgânico do estado. **Brasil de Fato RS**, n. 13, 16 – 30 abr. 2019. Disponível em: <https://issuu.com/brasildefato/rs/docs/bdfrs_13_16_abril_19_final>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe**. Santiago, 2020.

CCMRS – COMITÊ DE COMBATE À MEGAMINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. Sobre as declarações de Eduardo Leite referentes à Mina Guaíba [online], **Sul 21**, 30 set. 2021. Disponível em: <<https://sul21.com.br/opinioao/2021/09/sobre-as-declaracoes-de-eduardo-leite-referentes-a-mina-guaiba-por-comite-de-combate-a-megaminerao/>> Acesso em: 20 mar. 2023.

COELHO, Ramon; FERNANDES, Amanda; PUEBLA, Carmem; SANTOS DE MOURA, Natasha; OKIDO, Ricardo; SOARES DE LIMA, Theo; HEIDRICH, Álvaro Luiz; DIAS DE FREITAS, Marcos Wellausen. Visão paisagística sobre o empreendimento Mina Guaíba. In: PRATES, C. D.; RAGUSE, E.; ALT, J. P; FLEURY, L. (Orgs). **Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, 2019.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. **EIA/RIMA – Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Mina Guaíba/RS**. ABG Engenharia e Meio Ambiente Ltda. e Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda, 2018.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. **EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental**. ABG Engenharia e Meio Ambiente Ltda. e Tetra Tech Engenharia e Consultoria Ltda, volume I e II, 2018.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. **Conheça a Copelmi**. Disponível em: <<http://copelmi.com.br/conheca-a-copelmi/>> . Acesso em: 08 mar. 2020.

COPELMI MINERAÇÃO LTDA. **Projeto Mina Guaíba.** Disponível em <<https://copelmi.com.br/mina-guaiba/>> Acesso em 19 dez. 2022.

CORONIL, Fernando. Mas allá del occidentalismo: hacia categorías geohistóricas no imperiales, La Habana, **Casa de las Américas**, nº214, p. 21-49, 1999.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (ed). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CPCTP – Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa; FLD – Fundação Luterana de Diaconia. **Manifesto sobre violações de direitos provocadas pela mineração no Brasil e como se reproduz no Projeto “Fosfato Três Estradas (RS)”**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://comitepampa.com.br/media/2019/05/Manifesto_Fosfato-Tres-Estradas_sem-anexos_dez-2018.pdf> Acesso em: 21 dez. 2022.

DELGADO-RAMOS, Gian Carlo. América Latina y el Caribe como reservas estratégicas minerales. In: DELGADO-RAMOS, Gian Carlo (org). **Ecología política de la minería em América Latina**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades, 2010. pp. 17-58.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Os trabalhadores em extração e beneficiamento de carvão mineral em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Estudos e Pesquisas**, São Paulo, nº 101, 24 de janeiro de 2022.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA; MME – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Balço Energético Nacional 2021: Ano base 2020**. Rio de Janeiro: EPE, 2021.

FACHIN, Patricia. Mina Guaíba está suspensa no RS, mas projeto de desmonte ambiental segue sem alteração. Entrevista especial com Marcelo Dutra da Silva [online], **IHU – Unisinos**, 08 out. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/159-noticias/entrevistas/613543-mina-guaiba-esta-suspensa-no-rs-mas-projeto-de-desmonte-ambiental-segue-sem-alteracao-entrevista-especial-com-marcelo-dutra-da-silva>> Acesso em 20 mar. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Thiago da Silva. A Expansão mineral no sul brasileiro: silenciamento da crítica através dos discursos relativos à implementação do projeto carbonífero Mina Guaíba no Rio Grande do Sul. In: RESTREPO, Eduardo; FERRERO, Lía (coord). **Memorias del VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Antropología, 2022. Desafíos emergentes**.

Antropologías desde América Latina y el Caribe, Asociación Latinoamericana de Antropología, 1ed, volume 2, pp. 133 -142, 2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Coletânea da legislação indigenista Brasileira**. Brasília: FUNAI, 2008.

G1 RS. Licenciamento ambiental da obra da Mina Guaíba é suspenso por liminar da Justiça Federal [online]. **G1**, 21 fev. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/21/licenciamento-ambiental-da-obra-da-mina-guaiba-e-suspenso-por-liminar-da-justica-federal.ghtml>>. Acesso em 16 jan. 2023.

G1 RS. Projeto da Mina Guaíba na Região Metropolitana de Porto Alegre é arquivado pela Fepam [online]. **G1**, 15 mar. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/03/15/projeto-da-mina-guaiba-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-e-arquivado-pela-fepam.ghtml>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

GARIBAY OROZCO, Claudio. Paisajes de acumulación minera por desposesión campesina em el México actual. In: DELGADO-RAMOS, Gian Carlo (coord). **Ecología política de la minería em América Latina**. México: UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades, 2010, pp. 133-182.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GONZATTO, Marcelo. Governo do RS retira apoio a projeto polêmico da Mina Guaíba, que está suspenso [online], **GZH**, 28 set. 2021. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/09/governo-do-rs-retira-apoio-a-projeto-polemico-da-mina-guaiba-que-esta-suspenso-cku4hiqyv002e019mits1pyjb.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

HANAUER, Luana dos Santos; KUNH, Daniela Dias, OLIVEIRA, Leticia Paranhos M. de. Análise dos tributos sobre o empreendimento projeto. In: PRATES, Camila Dellagnese; RAGUSE, Eduardo; ALT, Júlio Picon; FLEURY, Lorena (Orgs). **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Porto Alegre: Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, 2019.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves, 8. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IEA – INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **World Energy Outlook 2019**. Paris, 2019. Disponível em: <<https://iea.blob.core.windows.net/assets/98909c1b-aabc-4797-9926-35307b418cdb/WEO2019-free.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2022.

IEMA – INSTITUTO DE ENERGIA E MEIO AMBIENTE. **2º Inventário de emissões atmosféricas em usina termelétricas: geração de eletricidade, emissões e lista de empresas proprietárias das termelétricas a combustíveis fósseis do Sistema Interligado Nacional (ano-base 2021)**. Dezembro de 2022. Disponível em: <https://energiaambiente.org.br/wp-content/uploads/2022/12/termeltricas_IEMA_2021.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

KOCH, Eleandra. Mirando (r)existências de sujeitos sociais em luta contra a mineração: o caso Mina Guaíba. **Revista Contraponto**, [S. l.], v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/100718>>. Acesso em: 6 jan. 2023.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-MBYA: significado, constituição e uso**. Versão Online. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2015.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **Acumulação do capital**. São Paulo: Zahar Editores, 1970.

LUZ, Pedro; FLORES, Rafael Kruter. **Análise das manifestações nas seis audiências públicas sobre o empreendimento Mina Guaíba**, 2020. Disponível em: <<https://rsemrisco.org.br/2020/03/25/maioria-dos-participantes-das-audiencias-publicas-e-contra-a-mina-guaiba/>>. Acesso em 17 jan. 2023.

MAM – MOVIMENTO PELA SOBERANIA PARA MINERAÇÃO. Democratizar a CFEM pela defesa da vida. **MAM**, 20 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.mamnacional.org.br/2020/04/20/democratizar-a-cfem-pela-defesa-da-vida/>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Cátia de. Mina Guaíba: “Somos contra, porque somos a favor da vida”, afirma assentado. [online], **MST**, 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/04/19/mina-guaiba-somos-contra-porque-somos-a-favor-da-vida-afirma-assentado/>>. Acesso em 13 jan. 2023.

MENEGAT, Rualdo. Projeto Mina Guaíba: o extrativismo mineral sem limites em pleno século XXI. **Democracia e Direitos Fundamentais**, 10 mar. 2021. Disponível em:

<<https://direitosfundamentais.org.br/projeto-mina-guaiba-o-extrativismo-mineral-sem-limites-em-pleno-seculo-xxi/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOLNAR, Pedro. Ausência da construtora gera desconforto na audiência pública do projeto Mina Guaíba. [online]. **Guaíba online**, 12 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.guaiba.online/noticia/ausencia-da-construtora-gera-desconforto-na-audiencia-publica-do-projeto-mina-guaiba>>. Acesso em 16 jan. 2023.

MONTORO, Guilherme Castanho Franco; BIRD, Claudia Sussekind; LEITE, Marco Antônio Silvestre; GUIDOLIN, Silvia Maria; VALE, Fernão de Souza. **Região Sul: Estratégias para um Crescimento Econômico Equilibrado**. BNDES, 2018. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/76057f92-8253-4eeb-ba02-d56f5251b0ba/Regi%C3%A3o+Sul+Montoro+v2.pdf?MOD=AJPERES&CVID=m90l9nq>> Acesso em: 19 nov. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnografia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v4, n1, pp. 47-77, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos povos indígenas**. Genebra: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto internacional de direitos civis e políticos**. Genebra: ONU, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto internacional de direitos econômicos, sociais e culturais**. Genebra: ONU, 1992.

ORGANIZAÇÃO DE ESTADOS AMERICANOS. **Convenção americana de sobre Direitos Humanos**. São José da Costa Rica: OEA, 1992.

PRATES, M. P.; PEREIRA, C. C. Nas margens da estrada e da história jurua: um ensaio sobre as ocupações mbyá na região hidrográfica do Guaíba (Estado do Rio Grande do Sul). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, pp. 97 – 136, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/30458>>. Acesso em: 8 jan. 2023.

PRATES, Camila Dellagnese; RAGUSE, Eduardo; ALT, Júlio Picon; FLEURY, Lorena (Orgs). **Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, 2019.

PRATES, Camila Dellagnese; VARGAS, Felipe; ALMEIDA, Jalcione; FLEURY, Lorena. Inconsistências sobre o Plano Conceitual de Reassentamento. In: PRATES, Camila Dellagnese; RAGUSE, Eduardo; ALT, Júlio Picon; FLEURY, Lorena (Orgs). **Painel de**

Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba. Porto Alegre: Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, p. 131-14, 2019.

PORTAL DE NOTÍCIAS. Charqueadas: realizada audiência pública para apresentação do estudo de impacto ambiental da Mina Guaíba. [online]. **Portal de Notícias**, 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://www.portaldenoticias.com.br/noticia/7071/charqueadas-realizada-audiencia-publica-para-apresentacao-do-estudo-de-impacto-ambiental-da-mina-guaiba.html>> Acesso em: 16 jan. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Imperialismo y Marginalidad en América Latina.** Lima: Mosca Azul, 1977.

QUIJANO, Aníbal; CLÍMACO, Danilo Assis (org). **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**, 1a ed., Buenos Aires: CLACSO, 2014a.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y Clasificación Social. In: QUIJANO, Aníbal; CLÍMACO, Danilo Assis (org). **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**, 1a ed., Buenos Aires: CLACSO, 2014b.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: QUIJANO, Aníbal; CLÍMACO, Danilo Assis (org). **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**, 1a ed., Buenos Aires: CLACSO, 2014c.

QUINTERO, Pablo. Notas sobre la teoría de la colonialidad del poder y la estructuración de la sociedad en América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **Des/colonialidad y bien vivir: Un nuevo debate en América Latina.** Lima: Editorial Universitaria, 2014, pp.193-216.

QUINTERO, Pablo. **Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones, 2015.

QUINTERO, Pablo. Desarrollo agroindustrial, Inversión Extranjera Directa y acumulación por desposesión en las Fronteras de la Provincia del Chaco: la corporación Al-Khorayef en El Impenetrable. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS, n. 18, p 141-157, jan./jun. 2015b.

QUINTERO, Pablo. La colonización del Chaco argentino: procesos de territorialización, expansión del capital y colonialidad del poder en la “Guerra contra el Indio” (1875-1917). In: MURA, Fabio e SILVA, Alexandra Barbosa da (orgs.) **Povos indígenas e relações de poder.** Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, pp. 77-101, 2017.

QUINTERO, Pablo. ¿Buen vivir entre los mbyá guaraní? In: PIMENTEL, Boris Marañón (Coord). **Economías alternativas y buenos viveres. El debate**. México: UNAM, pp. 211-232, 2021.

QUINTERO, Pablo; MARÉCHAL, Clementine Ismérie. A negação e omissão dos direitos dos povos indígenas previstos na legislação nacional e internacional vigente. In: PRATES, C. D.; RAGUSE, E.; ALT, J. P; FLEURY, L. (Orgs). **Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Comitê de Combate a Megamineração do RioGrande do Sul, 2019.

RADOMSKY, Guilherme. As políticas de desenvolvimento entre a sedução e a sedação. **Revista Sociedade e Cultura**, v.23, 2020.

RAMOS, Alcida. O índio hiper-real. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28 (10), São Paulo, 1995, pp. 5-14.

REDE CAMPOS SULINOS. **A agonia do Pampa: um panorama atual sobre a supressão da vegetação nativa campestre**. Disponível em: <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Agonia_do_Pampa.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 12.371, de 11 de Novembro de 2005. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA - Estadual Delta do Jacuí e o Parque Estadual Delta do Jacuí e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.sema.rs.gov.br/area-de-protecao-ambiental-estadual-delta-do-jacui>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE MINAS E ENERGIA. **Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro: volume I**. Porto Alegre: Secretaria de Minas e Energia, 2018.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA. **Mineração no Rio Grande do Sul: diagnóstico setorial e visão de futuro: volume II**. Porto Alegre: Secretaria de Meio Ambiente e Infraestrutura, 2022a.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO. DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. – 6. Ed. – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental, 2022b. Disponível em: <<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei Nº 15047 DE 29/11/2017. Cria a Política Estadual do Carvão Mineral, institui o Polo Carboquímico do Rio Grande do Sul e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=353023>> Acesso em: 18 dez. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 56865, de 23 de janeiro de 2023**. Disponível em: <<https://admin.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202303/01084105-decreto-n-56-865-de-23-de-janeiro-de-2023-comergrs.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2023.

SASSO, Guilherme; FLEURY, Lorena. As aldeias Guajayvi e Pekuruty e suas invisibilidades no EIA-RIMA. In: PRATES, C. D; RAGUSE, E.; ALT, J. P; FLEURY, L. (Orgs). **Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, 2019.

SASSO, Guilherme; QUINTERO, Pablo; MARÉCHAL, Clémentine. Território, reprodução social, vida material e espiritual das comunidades Guajayví e Pekuruty. In: PRATES, C. D.; RAGUSE, E.; ALT, J. P; FLEURY, L. (Orgs). **Painel de Especialistas: Análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental da Mina Guaíba**. Comitê de Combate a Megamineração do Rio Grande do Sul, 2019.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.

SOUTO, Levi. **Geração Termelétrica à carvão**. Ministério de Minas e Energia. Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/workshops/fontes-energeticas-no-planejamento-de-longo-prazo/geracao-eletrica-e-outros-usos/apresentacoes/02-levi-souto-copelmi-energia.pdf>> Acesso em 20 nov. 2022.

SOUZA, Camila. Mina Guaíba: mineração ameaça assentamento agroecológico em Eldorado do Sul (RS). [online], **Humanista**, 23 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/humanista/2019/05/23/mina-guaiba-mineracao-ameaca-assentamento-agroecologico-em-eldorado-do-sul-rs/>>. Acesso em 13 jan. 2023.

SVAMPA, Maristella. Modelos de Desarrollo, cuestión ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Héctor. **La naturaleza colonizada: Ecología Política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. São Paulo: Contraponto, 2007.

WEISSHEIMER, Marco. As vozes de quem não quer trocar seu território e modo de vida por uma mina de carvão. [online]. **Sul 21**, 6 de jun. 2019. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2019/06/as-vozes-dos--que-nao-querem-trocar-seu-territorio-e-modo-de-vi-da-por-uma-mina-de-carvao/>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

WEISSHEIMER, Marco. Comitê de Combate à Megamineração no RS é lançado com o apoio de mais de 50 entidades. [online]. **Sul 21**, Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/geral/2019/06/comite-de-combate-a-megamineracao-no-rs-e-lancado-com-o-apoio-de-mais-de-50-entidades/>>. Acesso em: 16 jan. 2023.

WITKOWSKI, Alexsandro; MORIGINI, Valdir José. Território e identidade na região carbonífera do Baixo Jacuí/RS: o acervo documental da mineração do arquivo histórico do Museu Estadual do Carvão. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.12, n.1, p.191-210, 2019.

ZANCAN, Fernando Luiz. **Carvão Mineral**. Brasília: ABCM – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CARVÃO MINERAL. 26 nov. 2019. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/56a-legislatura/codigo-brasileiro-de-energia-eletrica/apresentacoes-em-eventos/ZancanAPcomissaocodigodeenergiaeletricavf.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2022.